



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 125

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 15 de fevereiro de 2012

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído durante a Sessão pelo Deputado Mark Marques)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se à **Agenda da Reunião**.

1 - Interpeção ao Governo Regional – “Abertura de um debate sobre saúde”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Após a intervenção inicial pelo Sr. Deputado Artur Lima, usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Ricardo Cabral (*PS*), Rogério Veiros (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Mário Moniz (*BE*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

No seguimento de uma das intervenções do Sr. Deputado Artur Lima, usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Rogério Veiros (*PS*).

2- Relatório sobre matéria de interesse regional – “Pescas nos Açores”, apresentado pelo Sr. Deputado José Lima (*PS*).

Usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), António Pedro Costa (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*), Duarte Freitas (*PSD*) e Berto Messias (*PS*).

No seguimento de uma das intervenções do Sr. Deputado José Lima, usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*) e para defesa da honra o Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*).

Também usou da palavra para um protesto o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*) no seguimento da intervenção proferida pelo Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*).

3 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/2011 – “Aprova o Código da Ação Social dos Açores”, apresentada pela Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*).

Participaram no debate os Srs. Deputados Nélia Amaral (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Piedade Lalanda (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS/PP*), António Marinho (*PSD*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 08 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, restantes Membros do Governo.

Vamos iniciar os nossos trabalhos da reunião de hoje, começando naturalmente com a chamada.

(Eram 10 horas e 08 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste **Parreira**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

João Oliveira **Teves**

José **Gabriel** **Eduardo**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Francisco Salvador **Fernandes**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Paulo Jorge Silva **Ribeiro**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (*CDS/PP*)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (*BE*)

Mário Manuel de Castro **Moniz**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (*PCP-PEV*)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (*PPM*)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos e segundo o acordado em Conferência de Líderes esta manhã está reservada para a **Interpelação ao Governo Regional – “Abertura de um debate sobre saúde”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP, ao abrigo dos artigos 183.º e 184.º do Regimento.

A Conferência organizou o debate com os seguintes tempos: interpelante, Governo e PS, 30 minutos; PSD, 20 minutos; BE, 13 minutos; PCP e PPM, cada um e respetivamente, 10 minutos.

Também de acordo com o Regimento para abrir o debate dou a palavra ao interpelante.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No âmbito da fiscalização constante que o CDS-PP promove à ação governativa, interpelamos hoje o Governo dos Açores sobre as políticas de saúde.

Tentamos fugir às nuvens negras e aos cenários derrotistas ou pessimistas, mas não conseguimos. As políticas de saúde adotadas, nos últimos anos, são um falhanço e os resultados estão à vista.

Na sua primeira intervenção, nesta Assembleia, o Secretário Regional da Saúde assumiu que o programa que se propunha desenvolver tinha e cito: “*objetivos ambiciosos e alcançáveis, medidas estruturantes e adequadas*”.

Todavia, a ambição tornou inalcançáveis as reformas e as medidas tomadas ou serviram como paliativos, ou foram “experiências-piloto”.

Vejamos alguns exemplos.

Nos últimos anos, foram anunciadas como grandes e importantes medidas estruturantes para o Serviço Regional de Saúde (SRS) as seguintes:

A implementação do cartão do utente, falhou;

A introdução da Telemedicina, em toda a Região Autónoma dos Açores falhou;

A informatização dos serviços de saúde, cuja última versão é o famigerado SIS-ARD, um desastre;

A criação da SAUDAÇOR, um falhanço;

Deputado José San-Bento (PS): Tem de se esforçar mais!

O Orador: A central de compras, um falhanço;

E a transformação dos Hospitais em Entidades Públicas Empresariais (EPE), um falhanço.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Todas estas medidas falharam.

Deputado José San-Bento (PS): Haverá alguma coisa de pé?

O Orador: Nenhuma destas reformas surtiu efeitos práticos na melhoria dos cuidados de saúde, nem sequer na acessibilidade dos utentes aos serviços públicos de saúde.

Mas tiveram efeitos mais nefastos: ou foram investimentos milionários desperdiçados, ou aumentaram drasticamente o défice do sector.

Senhor Secretário Regional da Saúde:

Quanto custou a tentativa de implementação do Cartão do Utente, que foi atirado para o lixo?

Onde está a Telemedicina, prometida desde 1997, e que nunca funcionou em toda a Região?

Quanto à informatização, andamos há mais de uma década a deitar dinheiro literalmente ao lixo: primeiro, foi o programa “Consultórios” (onde está, Sr. Secretário?) para os Centros de Saúde, agora o SIS-ARD...

Afinal, Sr. Secretário, quanto custou o projeto SIS-ARD? Quanto é que se pagou à empresa espanhola que nunca cumpriu os prazos estabelecidos? Cobraram-se multas pelos incumprimentos, Sr. Secretário? Quanto? E com a rescisão do contrato a Região será indemnizada?

Estas questões merecem resposta a esta casa e aos açorianos.

A SAUDAÇOR foi criada para resolver os constrangimentos financeiros do sector da saúde e o que se sabe é que hoje tem um passivo de cerca de 300

milhões de euros. Não reduziu as dívidas, pelo contrário aumentou-as; nem uma central de compras foi capaz de pôr a funcionar!

Verificado que foi o falhanço da SAUDAÇOR e face ao aumento galopante da dívida, o Governo avançou então para outro processo que seria milagroso: a transformação dos Hospitais em Entidades Públicas Empresariais. Mais uma vez foi pior a emenda que o soneto e, os últimos dados conhecidos, indicam dívidas superiores a 352 milhões de euros.

Falhou igualmente o investimento que se fez na formação de gestores de unidades de saúde, pois que se saiba não houve um único formando que tivesse sido contratado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como se comprovou as medidas estruturantes falharam, e, apesar de todos os milhões, as medidas correntes de melhoria das acessibilidades aos serviços de saúde também não tiveram, infelizmente, resultados satisfatórios.

As listas de espera aumentaram, apesar dos milhões gastos em programas de recuperação.

O Vale Saúde, importante proposta do CDS-PP, aprovada por esta Casa, para reduzir as listas de espera cirúrgicas, através de recurso a entidades dos sectores privado e social, desde 2009 já contou com mais de um milhão de euros, mas as suas taxas de execução, em 2009 e 2010, foram 0%.

Não temos dados de 2011, mas temos muita curiosidade em saber quais os resultados do Vale Saúde nesse ano?

Pela aprovação de mais uma iniciativa do CDS-PP, neste Parlamento, e com a aprovação da maioria e por unanimidade nesta casa, o Governo comprometeu-se a aumentar as diárias dos doentes deslocados para 70 euros até ao final da Legislatura...

Senhor Secretário Regional da Saúde, a Legislatura está no fim e não se conhece a justificação para não se ter dado cumprimento a este compromisso?

O Enfermeiro de Família, mais uma proposta do CDS-PP (que o PS não quis aceitar nesta Assembleia), foi transformado pelo Governo num projeto-piloto

em Vila Franca do Campo e não passou disso. Dois anos e muitos milhões depois continuamos sem cuidados de saúde de proximidade.

Relativamente à cobertura assistencial de médicos de clínica geral e familiar a política seguida foi das mais desastrosas que se viu. Escorraçaram-se os médicos açorianos, muitos deles beneficiários de bolsas de estudo da Região, para contratar a peso de ouro médicos estrangeiros. E mesmo assim continuamos deficitários...

O Centro de Radioterapia dos Açores – uma das grandes bandeiras eleitorais do Partido Socialista – foi chutado para as “calendas gregas”. Adjudicada em Abril de 2010, esta parceria público-privada era para ser inaugurada em 2012, mas o Tribunal de Contas, por manifesta incapacidade da Secretaria Regional da Saúde, nunca concedeu o visto prévio ao investimento.

Entretanto, Sr. Secretário Regional, não se faz em São Miguel, mas mais grave é que não se avança com este serviço no novo Hospital da ilha Terceira, apesar da infraestrutura estar dotada para o efeito.

A tudo isto, nos últimos tempos, temos assistido a aparições várias do Secretário Regional da Saúde anunciando medidas avulsas que não vão, na essência, ao encontro da satisfação das necessidades dos utentes:

Foi a implementação, à pressa, de taxas moderadoras;

Foi o taxar, rapidamente, os serviços prestados pelos delegados de saúde e médicos de saúde pública;

Foi a revisão das regras de acesso aos reembolsos decorrentes do recurso à clínica privada;

Foram os cortes nos exames complementares de diagnóstico;

E, atabalhoadamente, mais uma vez, a implementação da receita eletrónica...

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Falhanços atrás de falhanços! Milhões em cima de milhões!

Pergunta-se: quais foram os resultados?

Temos que concluir que na Saúde não se investe dinheiro, gasta-se dinheiro.

Porém, não seria justo terminar esta intervenção sem reconhecer o merecido mérito ao Senhor Secretário Regional da Saúde na política, talvez a única, onde não falhou: a política da nomeação!

Deputado José San-Bento (PS): Isso é um complexo no Governo da República!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Deve conhecer melhor os cartões de eleitores do que eu!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Foram nomeações para responsáveis de programas sectoriais de saúde, presidentes da SAUDAÇOR e administradores de Hospitais e Unidades de Saúde de Ilha, agora, no último ano da Legislatura e alguns deles, nem sequer têm as habilitações exigidas pela legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores.

Isso é que é grave e merece ser explicado.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não é verdade!

O Orador: Em conclusão, o Secretário Regional da Saúde mostrou competências para não pagar a fornecedores e, sobretudo, para aumentar estrondosamente a dívida do Serviço Regional de Saúde que hoje não deve andar longe, infelizmente, dos mil milhões de euros colocando em sério perigo a sustentabilidade do sistema e a prestação de cuidados de saúde aos Açorianos. Terminei, dizendo que não gostaria de ter feito esta intervenção, mas tive que a fazer dado o estado da saúde e para ver se duma vez por todas, com seriedade, com objectividade e com rigor enfrentamos todos os problemas da saúde de modo a beneficiar aquele que deve ser o centro da nossa atenção e o centro do Serviço Regional de Saúde: não o sistema, o utente.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: De acordo com o Regimento o Governo tem direito a intervir de imediato.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É conhecida, é unânime, é aceite como uma evidência do nosso tempo que há uma crise nos sistemas públicos de saúde.

Tivemos essa crise em todo o lado, especialmente no contexto europeu e na associação das prestações desse sistema às disponibilidades financeiras que escassearam geradas a partir da crise das dívidas públicas, ou seja, aparentemente, no âmbito do estado social europeu, a generalidade dos países começa a dar sinais de incapacidade de satisfação de compromissos e de prestações que têm sido estruturantes na prestação dos serviços públicos de saúde na Europa e também no nosso país.

É um problema, é um verdadeiro problema que se coloca do ponto de vista civilizacional, do ponto de vista da segurança das pessoas e do ponto de vista da confiança que os cidadãos têm em relação ao Estado, às suas funções e às garantias que veem na organização institucional pública.

Nós temos a obrigação de fazer tudo o que é possível para que, através da racionalização desses sistemas, através da corresponsabilização em limites aceitáveis dos cidadãos para a sua sustentabilidade financeira, os serviços públicos de saúde possam continuar a prestar o essencial dos serviços que lhes compete.

É esse o esforço que nós fazemos nos Açores. Um esforço que no caso dos Açores é amplamente acrescido em relação a outros espaços territoriais contínuos pelos sobrecustos gerados pela dispersão territorial, pela existência de 9 ilhas e pela impossibilidade de, na maior parte dos casos, multiplicar esses serviços e ter o mesmo nível de prestação em cada uma das nossas ilhas.

Isso gera um conjunto de despesas, gera um conjunto de dificuldades que são evidentemente acrescidas e todos sabemos bem que um cidadão das Flores

dependerá de uma primeira abordagem numa situação de emergência no serviço de saúde local, mas depois terá que ser deslocado para outras áreas de especialidade e para a prestação de cuidados de saúde mais complexos. Isso gera logo à partida, inevitavelmente e de modo inultrapassável, uma desigualdade entre os cidadãos, entre os açorianos.

Não há muito a fazer sobre isso, exceto melhorar o máximo possível as infraestruturas locais numa ilha, por exemplo, como a ilha das Flores, e responder da forma mais eficiente possível do ponto de vista dos sistemas de evacuação e da segunda linha para o tratamento dessas pessoas. Isso significa dinheiro, isso significa mais dinheiro, sempre mais dinheiro.

Há, portanto, esta disfunção entre as disponibilidades dos Estados, entre a disponibilidade, por exemplo, do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, as necessidades e aquilo que nós consideramos ser o padrão aceitável, o melhor padrão possível de prestação dos cuidados de saúde. Acresce em geral que, para além disso, com o aumento da esperança de vida, com a introdução da modernização tecnológica, com os desafios que estão associados a termos sempre mais, mais e mais meios de diagnóstico e de tratamento, isso exige também mais dinheiro, isso exige também mais aquisições, isso exige também mais formação e disponibilização de recursos humanos especializados.

Acresce também que, dada a natureza dos Açores, a nossa organização de proximidade, que também temos na área da segurança social, que também temos na área da educação, que também temos em sistemas económicos (como o energético ou outros), o nosso Serviço Regional de Saúde tem que custar mais, mais e mais dinheiro do que o mesmo serviço ou a prestação dos mesmos serviços em qualquer parte do território nacional.

A verdade porém é que não há dúvida sobre essa matéria. Nós melhorámos os nossos indicadores no sistema de saúde, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): O senhor é que disse que ia melhorar a saúde!

O Orador: ...e temos também a possibilidade de dizer, sem desmentido, que melhorámos também, face aos sistemas similares (veja-se o Serviço Nacional

de Saúde ou o Serviço Regional de Saúde da Madeira), a nossa capacidade de satisfação dos compromissos financeiros.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: As alegrias é que são diferentes. Os farmacêuticos exultam de alegria quando na Madeira se paga 4 milhões de uma dívida de 77 milhões, mas choram por causa da Unidose quando se paga nos Açores os 7 milhões que nós lhes devíamos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Serviço Regional de Saúde é um bom serviço público. O Serviço Regional de Saúde não é um problema para as pessoas, é sim um dos problemas que a Região tem do ponto de vista financeiro. É um problema financeiro, não é um problema para as pessoas, constitui uma vantagem, um fator de segurança e um fator de confiança de que nós nos orgulhamos nos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

E não é uma circunstância que possa acontecer num hospital, por causa de uma empresa não ter mandado um determinado medicamento, não porque não se lhe tenha pago, mas porque ela se atrasou no fornecimento; não é por causa dum caso mesmo em que nos tivéssemos atrasado, que se pode definir o sistema de saúde. Pode ser notícia o medicamento que não chegou, mas todos os dias nós podíamos dar notícias de centenas e centenas de vidas que nós salvamos graças à eficiência do serviço de saúde.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

E que se não fosse um serviço de saúde público, se não fosse o dinheiro que empenhamos no serviço público isso não era possível. Nós orgulhamo-nos do

problema financeiro que temos, porque só temos esse problema financeiro porque não desistimos, nem vacilamos em salvar vidas quando esse é o desígnio de ter um Serviço Regional de Saúde.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: Não discuto que haja ineficiências no sistema, na sua organização. Evidentemente que há!

Confronto-me com elas a olho nu. Também levanto o telefone e também sugiro: “Deixe-se de fazer isso, faça-se aquilo”. Aquilo que me parece do senso comum, que nem precisa de grande especialização. Também sei ler que num caso ou noutro há uma deficiência. Evidentemente assim é, assim foi e infelizmente assim sempre será!

Deputado João Costa (*PSD*): Até manda o Sr. Secretário mandar vir médicos da Colômbia!

O Orador: Mas o que é importante é que aqueles que têm responsabilidades públicas, seja no Governo, seja na Assembleia, seja nessas instituições de saúde, tenham essa conduta de fazer melhor, de corrigir o que está errado, de melhorar. Essa conduta é essencial no Serviço Regional de Saúde, como qualquer outro serviço público da nossa administração.

Gostava também de lhes dizer o seguinte. É evidente que este serviço ainda tem as suas insuficiências e é evidente que boa parte dessas insuficiências também têm que ser ultrapassadas com mais dinheiro, com mais investimento e nós temos que fazer um esforço para perceber como o podemos fazer, já que as restrições são muitas.

Eu gostava que, por exemplo, nesta hora nós já estivéssemos a ver em fase final de construção o Centro de Radioterapia dos Açores que faria com que centenas de pessoas não se tivessem de deslocar anualmente para Lisboa, para o Porto, para Coimbra, sem apoio e numa situação de grande fragilidade...

Deputada Benilde Oliveira (*PS*): Exatamente!

O Orador: ...mas temos sempre problemas, ora porque não pode ser uma parceria público-privada, ora porque os promotores não aceitam outro tipo de investimento. Há sempre uma dificuldade e nós procuramos sempre uma nova forma de resolver o problema, sempre uma nova modalidade, porque o que nós queremos não é rigorosamente esculpir ao tostão, o que nós queremos é fazer com que os açorianos, neste como em outros âmbitos, tenham mais possibilidades de acesso, maior segurança na saúde.

Eu sei que ainda faltam coisas, mas eu sei também que é preciso mais meios financeiros, mais dinheiro, mais dinheiro, mais dinheiro no sistema para conseguirmos o que queremos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há mais médicos no Serviço Regional de Saúde.

Há mais enfermeiros no Serviço Regional de Saúde.

Há mais especialistas no Serviço Regional de Saúde.

Há mais cirurgias no Serviço Regional de Saúde.

Há mais consultas no Serviço Regional de Saúde.

Há mais exames complementares de diagnóstico no Serviço Regional de Saúde.

Há mais tecnologia no Serviço Regional de Saúde.

Há mais cuidados continuados no Serviço Regional de Saúde.

Há mais assistência aos idosos ou àqueles que têm necessidades na aquisição de medicamentos no Serviço Regional de Saúde.

Há mais acompanhamento na maternidade.

Há o aumento dos apoios àqueles que são deslocados. As diárias ainda há pouco tempo foram aumentadas em 10%.

Há uma melhoria de instalações.

Temos melhores centros de saúde.

Temos investimentos em marcha em várias ilhas dos Açores.

Temos um hospital que entrará em funcionamento em breve.

Estamos a modernizar, estamos a trabalhar, estamos a fazer tudo o que sabemos e que é indispensável fazer nos nossos Açores.

Sabemos que é preciso fazer mais, mas sabemos também que o que temos feito é muito e que a qualidade do nosso Serviço Regional de Saúde é indiscutível. Só a cegueira pode dizer ou levar alguém a dizer que nós temos um Serviço Regional de Saúde pior do que era antes. Nós melhorámos o nosso Serviço Regional de Saúde.

O que alguns querem sim é que não haja Serviço Regional de Saúde. Isso é que eu sei, porque é isso que eles denotam em todos os atos que praticam.

Deputado João Costa (PSD): O medo e a ameaça!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Olhe o coração!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: Digo e repito, Sras. e Srs. Deputados: nós temos um bom Serviço Regional de Saúde.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ainda lhe dá um malzinho!

O Orador: Os açorianos quando entram e saem dum centro de saúde ou de um hospital reconhecem essa melhoria, reconhecem a qualidade que lhes é prestada, reconhecem a abnegação dos nossos profissionais, reconhecem o esforço da Região em manter o serviço com qualidade, com segurança e com confiança para todos os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Um bom registo para o congresso!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Registo o esforço!

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Já tenho aqui algumas. Vamos então entrar no debate.

Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional: Quero, antes de mais, endereçar um cumprimento especial ao Sr. Presidente do Governo por ter participado nesta interpelação sobre saúde.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Estou muito sensibilizado!

O Orador: É sempre bom quando este parlamento pode ouvir o Sr. Presidente do Governo.

A sua intervenção pouco usual em interpelações nesta câmara, e sobretudo na área da saúde, é também ela a confirmação da incapacidade política do Secretário da Saúde de estar neste debate.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Já não posso falar? Todas as vezes que falo é porque outro não falou!

O Orador: O Sr. Presidente do Governo Regional tem razão e quero dizer-lhe que a minha bancada e eu próprio concordamos consigo: a nossa particularidade insular, a nossa dispersão geográfica faz com que os custos de saúde nos Açores sejam superiores em relação a outras parcelas do território nacional.

Isto não começou em 1996 com o seu Governo. É uma realidade de sempre nestes Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esta é a verdade e com isto nós concordamos.

Quero dizer-lhe também que concordo consigo quando V. Exa. diz que há mais cuidados de saúde nos Açores. Há melhores cuidados de saúde nos Açores. Há mais tratamento dos nossos doentes nos Açores.

Mas há uma coisa que V. Exa. não disse, é que com a gestão do Partido Socialista há pior gestão dos dinheiros públicos na saúde nos Açores com os seus governos.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Quem é que disse isso?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É verdade, Sr. Presidente do Governo, que a saúde é cara, que os tratamentos são caros e que a tecnologia e o uso tecnológico na saúde faz com que se gaste muito mais na saúde do que se gastava em anos passados.

Mas o que é verdade, Sr. Presidente, é que a gestão da saúde nos Açores, da responsabilidade dos governos do Partido Socialista, é um dos maiores fracassos políticos da história da autonomia...

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Está enganado!

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Não é isso que os cidadãos dizem.

O Orador: ...e desse rótulo V. Exa. e o seu Governo não se podem livrar.

Sr. Presidente do Governo, deixe-me dizer-lhe que esperava, e esperei com muita atenção, ouvi-lo falar sobre uma área em relação à qual V. Exa. não falou.

O Sr. Presidente do Governo há bem poucos dias, em declarações públicas, não se coibiu de criticar os autarcas dos Açores, os presidentes de junta de freguesia dos Açores, que ganham 250 € por mês (e são meia dúzia deles que estão a desempenhar funções a tempo inteiro).

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Isso tem muito a ver com o assunto.

O Orador: Mostrou-se escandalizado com esse facto, mas V. Exa. não se mostra escandalizado com o facto da SAUDAÇOR, um monstro financeiro criado pelo Governo de V. Exa, custar em pessoal, no ano de 2010, 1.132.442, 44 €.

Era com isto que V. Exa. deveria estar indignado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Costa (PSD): É uma vergonha!

O Orador: V. Exa. deveria mostrar indignação com o facto da SAUDAÇOR, em 2010, ter 32 trabalhadores e ter aumentado os custos com pessoal em relação ao ano anterior em 21%.

Onde é que está a sua indignação, Sr. Presidente do Governo?

Deputado João Costa (PSD): É uma vergonha!

O Orador: É isto a boa gestão do Serviço Regional de Saúde?

Não é a boa gestão do Serviço Regional de Saúde. Não é a nossa dispersão geográfica que faz com que se gaste dinheiro mal gasto em gestão de estruturas, não é a nossa dispersão geográfica, nem a nossa realidade insular que faz com que se desperdice dinheiro desta maneira.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Isso é apenas demagogia!

O Orador: O Governo a que V. Exa. preside não gere bem o Serviço Regional de Saúde.

Deputada Benilde Oliveira (PS): O PSD é que gere!

O Orador: Mas digo-lhe mais, Sr. Presidente.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Agora vai dizer como vai resolver o problema.

O Orador: O passivo dos 3 hospitais em conjunto com a SAUDAÇOR cresceu 11,5% entre 2009 e 2010.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): E daí?

O Orador: E o passivo conjunto dos 3 hospitais da Região aumentou em relação a 2009 para 2010, 20,9%.

É esta a boa gestão do Serviço Regional de Saúde? São estes custos agravados resultado da nossa dispersão geográfica ou da nossa insularidade?

Não, Sr. Presidente! São os custos da má gestão socialista no Serviço Regional de Saúde.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sabe, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, que quando temos dificuldades e quando temos graves dificuldades como aquelas que o país está a atravessar o que se exige dos governantes é que governem muito melhor do que governavam e Vs. Exas., num momento de dificuldade, num momento de crise, num momento em que as famílias têm dificuldades, as empresas têm dificuldades, a governação na área da saúde agravou estas dificuldades. Agrava estas dificuldades especialmente às empresas, porque os atrasos dos pagamentos do Serviço Regional de Saúde agravam de uma maneira insuportável as dificuldades das empresas nos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O problema é esse!

O Orador: Não interessa comparar a realidade com a realidade nacional ou com a realidade da Madeira. O que é preciso confrontar o Partido Socialista e o Governo de V. Exa. é com o seu próprio passado...

Deputados Jorge Macedo e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ...e o seu próprio passado de 16 anos. É esse confronto que V. Exa. nega desde sempre, porque acha que o mundo e os Açores começaram em 1996 e começaram de uma maneira cor-de-rosa, o que não é de facto verdade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Eu estava aí sentado quando os senhores diziam que o mundo começou.

O Orador: Vou dar-lhe mais um exemplo da incapacidade de gestão do Governo a que V. Exa. preside.

Segunda-feira foi divulgado este relatório: “Avaliação do desempenho dos internamentos nos hospitais portugueses.”

Este estudo feito pela Universidade Nova, pela Escola Nacional de Saúde Pública, um estudo credível, não abrange os hospitais da Região Autónoma dos Açores.

Sabe o Sr. Presidente do Governo Regional porquê?

Vou explicar-lhe, lendo a página 28 deste relatório que diz que “até ao presente momento não foi possível analisar os hospitais da Região Autónoma dos Açores, porque estas organizações não têm ou não disponibilizam as bases de dados necessárias para se realizar este estudo.”

É isto um exemplo da boa gestão nos Açores? Tem isto a ver com insularidade e com o facto de sermos 9 ilhas?

Deputado João Costa (PSD): É transparência acima de tudo.

O Orador: Não! Tem a ver com uma má gestão do Serviço Regional de Saúde.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Certamente que amanhã ouviremos o candidato a Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, numa qualquer ilha, numa qualquer conferência,...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Politiquice!

O Orador: ...a dizer que o seu Governo Regional, nos seus primeiros 100 dias, vai resolver os problemas da saúde.

Já ninguém acredita!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Querem é politiquice!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Presidente do Governo Regional fez aqui mais um discurso, mais um exercício de oratória brilhante.

É um dos grandes oradores da história parlamentar portuguesa e por isso esse é um mérito que faço questão de lhe reconhecer e só não lhe reconhece quem não tiver objetividade na análise deste tipo de questões.

O que considero é que o Presidente do Governo Regional nesta matéria o que fez foi tentar disfarçar, com a sua oratória brilhante, a situação em que vivemos no setor da saúde nos Açores. E o que é certo é que é pouco usual que o Presidente do Governo Regional abra e participe desde o início no debate. É pouco usual. Em três anos é talvez a primeira vez que vejo num debate setorial o Presidente do Governo Regional empunhar o escudo e defender as políticas regionais num setor específico.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Ainda ontem falei consigo!

O Orador: E o Sr. Presidente do Governo Regional fê-lo porque sabe que neste sector existe uma fragilidade evidente no âmbito não só da gestão, mas também do ponto de vista da gestão política que também tem sido desempenhada de forma medíocre pelo Sr. Secretário da Saúde.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Fala o especialista!

O Orador: O que vos quero dizer é o seguinte.

Concordo com o Sr. Presidente do Governo Regional quando há dias dizia que, utilizando a mitologia grega, o setor da saúde é o calcanhar de Aquiles. É de facto! É o calcanhar de Aquiles deste Governo Regional ...

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Não foi o que disse. Não disse que era o calcanhar de Aquiles do Governo. Referi-me à situação financeira.

O Orador: Não disse? Peço desculpa.

Retifico: calcanhar de Aquiles do Governo, que no caso vai dar ao mesmo.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): É do ponto de vista financeiro. São as finanças públicas!

O Orador: Mas Sr. Presidente, deixe-me dizer-lhe o seguinte.

O Sr. Presidente do Governo Regional fez este discurso. Vamos ao conteúdo do discurso que fez para proteger o seu Secretário da Saúde e o discurso que fez do ponto de vista do conteúdo não tem nenhuma novidade, porque a questão essencial é esta: como é que o Governo Regional vai resolver o problema do financiamento do setor? Como é que diminui as despesas crescentes do setor, do endividamento do setor? Como é que faz isto?

Não respondeu.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*) e **Deputado José San-Bento** (*PS*): Diga o senhor!

O Orador: Empolgou a sua bancada, mas não apresentou uma solução.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas o senhor vai apresentar!

O Orador: Desenvolveu um exercício retórico brilhante, mas não – sob o ponto de vista do conteúdo – tem solução.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Então diga lá agora qual é a solução.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Já tiveram muito tempo para arranjar uma solução. 15 anos! Não vai ser nos primeiros 100 dias!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Tenho a solução: é fazer o que estão a fazer lá fora!

O Orador: E mais do que isso!

Também do ponto de vista daquilo que tem sido o desempenho do Governo Regional nesta matéria, eu quero dizer-lhe o seguinte.

Foram aqui referenciadas muitas áreas em que o Governo falhou do ponto de vista da gestão do setor, mas o que considero é que as recentes alterações, nomeadamente em relação à criação de novas unidades autónomas, estas políticas que são implementadas no final da legislatura não trazem nenhuma vantagem do ponto de vista dos cuidados médicos, das populações, porque não trazem mais especialistas, não trazem maior número de profissionais para o setor, aumentam a burocracia...

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Não é verdade!

O Orador: ...e aumentam as despesas de índole administrativa. Não é esta a resposta do setor.

Perguntava-me há pouco o Sr. Secretário da Presidência o que é que eu faria. Eu reorganizaria o setor, enfrentaria os *lobbies*, porque nesta matéria o Governo também tem falhado. Não tem conseguido combater os *lobbies* da saúde...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quais *lobbies*?

O Orador: Os *lobbies* que provocam esta enorme sangria de meios!

Se o conjunto dos recursos que nós temos for colocado inteiramente à disposição das populações, nós estamos a fazer um grande serviço à população dos Açores, mas o que acontece é que uma parte significativa desses recursos, dos recursos que custam tanto a angariar junto das populações, os impostos que as pessoas pagam uma parte significativa, é desviado por parte dos *lobbies* que beneficiam milhões com este negócio, com o negócio da saúde, com o negócio deste setor.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Seja bem-vindo, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, o que vos quero dizer é que o Governo Regional o que tem de fazer é fundamentalmente duas coisas: reorganizar o setor, gerir muito melhor este setor e em segundo lugar, com toda a determinação, enfrentar estes *lobbies*, obrigar a trabalhar as horas que se têm de trabalhar, com rigor, com exigência, como todos os outros funcionários públicos.

É algo que não acontece: introduzir rigor e exigência neste sector e introduzir um sistema de poupança, que concentre os recursos ao serviço da população e não criando monstros administrativos burocráticos que não funcionam, que foi o que o Governo fez no âmbito da atual reforma.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não está a dizer nada!

O Orador: Concluindo, Sr. Presidente, eu diria que neste setor de facto reside o calcanhar de Aquiles do Governo Regional, algo em que tem falhado de forma sistemática e algo que o Sr. Presidente do Governo Regional, por mais brilhante retórica que aqui desenvolva, não conseguiu esconder. Não conseguiu esconder

porque não apresentou soluções, porque não apresentou de facto um caminho racional para o futuro.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar saudar a bancada do CDS/PP por ter trazido as políticas de saúde como tema desta interpelação.

Cumprimentar o Sr. Presidente do Governo Regional por ter sido V. Exa. a proferir a primeira intervenção vinda da bancada do Governo.

Aliás, acho essa atitude perfeitamente correta uma vez que V. Exa. é, desde logo, o primeiro responsável por todas as políticas setoriais do seu Governo. Portanto, acho essa atitude correta e não percebi muito bem o incómodo que veio da bancada do PSD e do PPM...

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor está aqui há pouco tempo!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tem que ir aos treinos! Qual incómodo?

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Continuam incomodados!

Deputado Mark Marques (PSD): Não, não! Está cá há pouco tempo!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado Aníbal Pires.

O Orador: Aliás, se alguma crítica se poderá fazer ao Presidente do Governo é que ele nem sempre cá está para fazer esta primeira intervenção. Essa é a crítica!

Agora quando está e vem responder e entrar no debate logo de início ou na altura que considera mais conveniente isso é ótimo.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Pela parte da Representação Parlamentar do PCP o que queremos cá é o Sr. Presidente do Governo Regional para podermos debater estas

questões com ele, uma vez que ele é o principal responsável por todas as políticas setoriais do Governo Regional.

Ouvi atentamente a intervenção do Deputado Artur Lima, do CDS/PP, e quando estava a ouvir a primeira conclusão que tirei foi que tudo aquilo que tem sido feito ao nível da saúde tem sido um falhanço total.

Aliás, há uma coisinha boa que aconteceu durante esta legislatura que terá sido aquilo que derivou das propostas do CDS/PP e ainda assim mal cumpridas e portanto, tem sido um profundo e rotundo falhanço. Isto foi aquilo que percebi.

Mas o assunto é demasiado sério para ser tratado de uma forma leviana.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Aí é que está! Nisso concordamos.

O Orador: Há de facto um problema e eu não posso deixar de concordar com o Sr. Presidente do Governo Regional quando disse, referindo-se às questões da saúde, que o Serviço Regional de Saúde tem constrangimentos na nossa Região que não têm outros, que o problema é um problema financeiro, que os indicadores de saúde melhoraram. Certamente!

Realmente o grande problema reside no problema financeiro.

Para terminar esta intervenção de uma forma muito objetiva, responderá o Sr. Presidente do Governo Regional ou o Sr. Secretário Regional da Saúde, para mim é indiferente, à questão seguinte. Sendo um problema financeiro e tendo sido apresentado a criação da SAUDAÇOR e dos hospitais EPE como modelos de gestão que poderiam racionalizar os custos com a saúde, com o investimento na saúde, a pergunta objetiva é esta: que ganhos financeiros resultaram da criação dos EPE's e da SAUDAÇOR?

Objetivamente a pergunta é esta visto que penso que estamos aqui consensualizados que o problema da saúde é um problema financeiro. É aquele que mais nos aflige.

Então quais foram os ganhos com a criação dos EPE's e da SAUDAÇOR?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considero que neste processo regimental este período inicial corresponda um pouco, digamos, à discussão na generalidade do tema e por isso como especialista em política geral tomei a palavra.

De qualquer modo aquilo que gostava de dizer era o seguinte.

Gostava de aclarar, porque essa matéria já foi várias vezes repetida em vários órgãos de comunicação social de forma contextualmente errada.

O Presidente do Governo nunca disse que a saúde era o calcanhar de Aquiles do Governo. Isso é falso! Nunca disse.

O Presidente do Governo estava a fazer declarações sobre a situação das finanças públicas regionais e a propósito disse que a saúde era o nosso calcanhar de Aquiles nessa matéria.

Portanto, é bom que se aclare essa matéria porque ela vem sempre repetida por alguns órgãos de comunicação social e tornada a ser repetida por alguns políticos que leem muito a comunicação social. Primeira questão.

Segunda questão.

Gostava de dizer que a história orçamental dos Açores revelará que em 2012 foram feitos ganhos muito substanciais do ponto de vista do equilíbrio financeiro do sistema de saúde. Isso já é refletido na nossa proposta orçamental e foi explicado aliás quando houve aqui os debates parlamentares, mas será ainda mais evidente do que aquela previsão que nós tínhamos para este ano orçamental.

Em terceiro lugar gostava de dizer o seguinte. A organização do Serviço Regional de Saúde obedece, quer do ponto de vista das suas empresas, quer do ponto de vista de outras entidades que não têm essa qualidade jurídica, a um formato que nós achamos o mais adequado para prestar o serviço geograficamente diferenciado que temos e fazer a síntese desse serviço através de uma empresa chapéu desse setor.

Noutros lugares, por exemplo, criaram-se institutos. Portanto, não é essa organização que me parece que possa estar a viciar ou a comprometer o sistema de saúde.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas é, Sr. Presidente!

O Orador: Pode haver uma má gestão num caso, dum centro de saúde, duma empresa, dum ato jurídico, dum ato económico, dum ato empresarial, isso pode haver sempre e estamos disponíveis para caso a caso verificar se há algo a corrigir nesse tema.

Gostava também de dizer ainda em complemento, visto que por razões de natureza pessoal terei que me ausentar ainda hoje do plenário, na forma como estamos a abordar estas questões.

Volto a dizer: o Serviço Regional de Saúde não é um problema neste momento nos Açores. Pelo contrário, é uma vantagem neste momento para os açorianos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: É um serviço que presta inestimável confiança e segurança aos nossos cidadãos.

A minha preocupação não é o Serviço Regional de Saúde que eu acho que presta um bom serviço. A minha preocupação hoje é o desemprego; são as situações das empresas; é a incapacidade do sistema bancário de financiar as empresas e as famílias; são as dificuldades do mercado geradas por medidas de austeridade;...

Deputado João Costa (PSD): São os 100 dias!

O Orador: ...é a incapacidade das empresas em acolherem novos empregados ou terem de despedir pessoas.

Essa é que é a minha preocupação atual.

Esse serviço é o serviço que nós devemos prestar com maior eficiência neste momento, porque o Serviço Regional de Saúde está a ser muito bem prestado.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Obrigado, Sr. Presidente. Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo, Exmo. Sr. Presidente do Governo:

Deputado João Costa (PSD): Vai fazer-se luz!

O Orador: A saúde é realmente uma área sensível, importante e prioritária para o Governo Regional dos Açores e para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O estado social é a base do estado de direito. Não há estado social sem Serviço Regional de Saúde.

Para o Partido Socialista o estado social não são palavras vazias, não são palavras esquecidas.

Deputado João Costa (PSD): O senhor não ouviu o discurso do Sr. Presidente?

O Orador: Nós temos sempre um cuidado com o estado social e com a saúde dos açorianos e das pessoas que optaram por viver nos Açores.

O Serviço Regional de Saúde será sempre universal, geral e tendencialmente gratuito, enquanto o Partido Socialista estiver a orientar as políticas de saúde na Região Autónoma.

Deputado João Costa (PSD): Não ia haver as taxas moderadoras!

O Orador: O Governo Regional e o Grupo Parlamentar entendem que é uma área prioritária, entendem que é um direito de todos. O Grupo Parlamentar quer uma boa saúde para todos sem diferenciação. Um sem-abrigo tem de ter a mesma possibilidade de ser tratado de forma segura e com a mesma qualidade que todos nós.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Esta é a orientação política de saúde do Partido Socialista: servir com igualdade todos os cidadãos.

O Serviço Regional de Saúde deve continuar a ser para todos, especialmente para os mais carenciados.

O Serviço Regional de Saúde é um direito de todos e um dever de todos os cidadãos da Região Autónoma dos Açores.

O artigo 13.º da Constituição Portuguesa proclama que todos os cidadãos tenham a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Nos Açores isso aplica-se.

Como diria John Mill há 140 anos atrás, a “perfeita igualdade não admite poder, nem privilégio para uns, nem incapacidade para outros”.

Os açorianos podem estar descansados que não vai fechar nenhum Serviço Regional de Saúde, ao contrário de outras regiões autónomas e do continente, onde já foram fechados serviços.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Não ia haver taxas moderadoras!

Deputado Mark Marques (*PSD*): É a Troika!

O Orador: Aqui nos Açores nós estamos a construir um hospital na ilha Terceira que vai trazer grande qualidade de prestação de serviço a todos os açorianos e não é só o hospital. É o Centro de Saúde da Graciosa, é o Centro de Saúde do Pico que vai ser construído, é o Centro de Saúde de Ponta Delgada.

O Governo Regional e nós, Partido Socialista, achamos que a acessibilidade e as infraestruturas são importantes para a qualidade da saúde da Região.

Aliás, os cortes são exatamente para isso. O Governo Regional corta no supérfluo e no acessório para que seja possível manter a qualidade do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Vê-se, Sr. Deputado!

O Orador: Não interessa por isso que se faça do financiamento uma questão para atemorizar os açorianos.

Deputado João Costa (*PSD*): Tipo as credenciais! Tipo a deslocação de doentes!

O Orador: Outra questão essencial.

Os Açores são a única região do país onde os pagamentos aos centros de saúde estão equilibrados com a injeção de 18 milhões no mês passado para pagar os medicamentos, para pagar os fornecedores.

Deputado João Costa (PSD): Que digam os médicos!

O Orador: Na Madeira chegou-se ao caos de cortar a comparticipação do Estado nos medicamentos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O senhor acredita mesmo no que está a dizer?

Deputado João Costa (PSD): Que diga ali o Sr. Deputado Duarte Moreira!

O Orador: Os madeirenses pagam as dívidas do Governo da Madeira. Estivemos sempre muito longe disso nos Açores.

O Governo pagou o que tinha de pagar com esforço, é certo, mas regularizando um setor, o que não se verifica em mais nenhuma parte do país.

A questão da saúde para este Governo do Partido Socialista é muito simples: pode-se cortar nas despesas, mas nunca nos serviços prestados aos utentes.

Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional dos Açores começaram por fazer o que era necessário, depois o que foi possível e de repente estará a fazer o que é impossível para Vs. Exas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: As estratégias e as soluções, Srs. Deputados, do Governo Regional dos Açores são estas: continuar o esforço para diminuir o desperdício (a luz, a água, os medicamentos, as refeições, temos de poupar em tudo, cada euro tem de ser bem aplicado e cada vez mais bem aplicado); continuar e aumentar a produtividade de todos os profissionais de saúde, todos os profissionais de saúde têm de trabalhar ainda mais do que trabalham agora para melhorar e sustentar o Serviço Regional de Saúde; reorganizar os serviços de saúde (as unidade de saúde de ilha já estão implementadas e vai se obter de certeza ganhos em saúde determinantes para a Região Autónoma dos Açores); a produtividade aumentou; as consultas de especialidade aumentaram em todas as ilhas dos Açores; as intervenções cirúrgicas aumentaram nesta última década vertiginosamente; os meios auxiliares de diagnóstico...

Deputado João Costa (PSD): Nem sequer em Santa Maria tem tendência para diminuir!

O Orador: ... (radiografias, análises) duplicaram.

Só vou dar um exemplo aqui muito simples.

As consultas de especialidade, em 2000, eram 181 mil; agora sabem quantas são, em 2010? 323 mil! Duplicou.

Deputado Rui Ramos (PSD): E em Santa Maria?

O Orador: Os meios complementares de diagnóstico, em 2000, eram 1 milhão, 984 mil; em 2010, são 3 milhões, 799 mil. Cada vez mais as pessoas se tratam mais; cada vez mais há melhores tratamentos nos Açores.

Nós acompanhámos a modernidade e acompanhámos o progresso na saúde dos açorianos.

Deputado Luís Garcia (PSD): É só nos primeiros 100 dias!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É lógico! É normal!

O Orador: As estratégias são poupar na saúde para investir, novamente, na saúde.

Acompanhar a evolução técnica e a modernidade, investir na igualdade, planear com rigor, implementar com determinação, avaliar com exatidão todos procedimentos da saúde.

Não podemos continuar a melhorar sem combater, com determinação, os desperdícios existentes na saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem a certeza que ainda é possível fazer mais, com o mesmo financiamento.

Temos a certeza que é possível fazer ainda mais, com menos despesa.

Deputado Luís Garcia (PSD): Nos primeiros 100 dias resolve isso tudo!

O Orador: É necessário uma rentabilização de todos os recursos e uma potenciação das imensas qualidades do Serviço Regional de Saúde.

Em suma, é preciso administrar ainda melhor os dinheiros públicos. É sempre possível fazer melhor.

Aumentar ainda mais o rigor da gestão, evitar os desperdícios e aumentar a capacidade instalada.

Nem tudo está perfeito, nem está tudo feito, mas os açorianos contam com o Partido Socialista para melhorar ainda mais e para melhorar a saúde dos açorianos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Nos primeiros 100 dias!

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Pode-se criticar tudo, mas não a determinação do Governo Regional dos Açores em cortar nas despesas supérfluas da saúde sem fechar qualquer serviço ou diminuir o acesso do Serviço Regional de Saúde.

Disse.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado.

É regimental. Retomamos os nossos trabalhos às 11 horas e 35 minutos.

Até já.

(Eram 11 horas e 07 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos, continuando com o nosso debate.

(Eram 11 horas e 49 minutos)

Tem a palavra para tal o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por dizer que em relação à intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, que veio aqui exemplificar e listar falhanços na gestão do Serviço Regional de Saúde, mas também não foi capaz de dizer o que é que se está a fazer de bem feito, o que é que foi feito de bem feito...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O debate ainda não acabou!

O Orador: ...e quais foram as medidas que foram tomadas, as boas medidas nesta legislatura.

De qualquer modo, respondendo às questões que foram colocadas de falhanço relativamente ao Cartão de Utente.

Eu não sei que culpa é que o Governo Regional dos Açores tem de em 2007 ter entrado em vigor uma lei da Assembleia da República que veio instituir o Cartão de Cidadão e a partir dessa data não são permitidas emissões dos cartões que vêm a ser substituídos.

Portanto, desde essa altura deixou de haver emissão do Cartão do Utente, que é substituído pelo Cartão de Cidadão. É uma obrigação legal, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É falso.

O Orador: Uma obrigação legal que está a ser cumprida no Serviço Regional de Saúde e aqui nos Açores.

Portanto, um utente que precise atualmente de Cartão de Utente tem que se dirigir aos postos da RIAC e fazer o Cartão de Cidadão.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quanto é que gastou?

O Orador: Relativamente à telemedicina o Sr. Deputado diz que não existe telemedicina.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Em toda a região!

O Orador: Gostaria de dizer que existe telemedicina. Gostaria de dizer onde é que existe telemedicina então, se me permite.

Existe nas Flores na especialidade de cardiologia; em Santa Maria foi adquirido, recentemente, um equipamento da Medigraf para fazer grande parte das consultas de especialidade por telemedicina com o Hospital do Divino Espírito Santo.

Deputado João Costa (PSD): E funciona? Trabalha?

O Orador: Será uma novidade aqui e que vai acontecer já entre Santa Maria e o Hospital do Divino Espírito Santo.

O Hospital do Divino Espírito Santo já há quase uma década que usa telemedicina, comunicando com unidades de saúde do continente, nomeadamente em obstetrícia. É um facto, Sr. Deputado.

Fica mal vir aqui dizer que os profissionais de saúde não utilizam a telemedicina. Há muita utilização da telemedicina, especialmente em situações de urgência, em que graças ao investimento que foi feito em raio X digitais é possível, hoje, mandar imagens radiológicas, por *email*, para os serviços de urgência e isso é feito das ilhas sem hospital, para as ilhas com hospital, nomeadamente a nível de evacuações aéreas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade!

O Orador: Portanto, parece que estamos a caminhar gradualmente...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! A caminhar!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito devagar!

O Orador: ...para termos a telemedicina cada vez mais consolidada no Serviço Regional de Saúde.

Mas isso não é um falhanço, Sr. Deputado. Temos tido progressos significativos nessa área.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): 15 anos!

O Orador: Relativamente à informatização do Serviço Regional de Saúde.

Gostaria de esclarecer esta câmara que a maior unidade de saúde da região, o Hospital do Divino Espírito Santo, tem, neste momento, o seu processo clínico completamente informatizado, ou seja, todas as aplicações clínicas estão informatizadas.

O mesmo se passa com o Hospital da Horta em que isso acontece.

Não existe ainda no Hospital de Angra, mas os centros de saúde estão a atualizar neste momento o seu *software* e rapidamente vão poder ter também os seus processos clínicos eletrónicos.

Portanto, estamos a caminhar para a informatização do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é nesse sentido!

E o SIS-ARD? E o dinheirinho?

O Orador: Em relação ao SIS-ARD.

O SIS-ARD é o Sistema de Informatização na Saúde e portanto, não é necessariamente o concurso público que foi lançado com uma empresa espanhola.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É isso que quero que o senhor explique. Quanto custou?

O Orador: Mas isso não é o SIS-ARD.

O SIS-ARD é a totalidade da informatização do Serviço Regional de Saúde.

Portanto, não é o concurso público que foi lançado com uma empresa para fornecer um produto específico. Esse produto não foi aceite pela SAUDAÇOR, não foi aceite pela Região Autónoma dos Açores. Portanto, foi devolvido e foram aplicadas multas no valor de 800 mil euros, Sr. Deputado,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Mas não pagam!

O Orador: ... (800 mil euros à empresa por atrasos na entrega) e serão aplicadas as indemnizações legais que forem devidas neste processo de rescisão.

É um processo que está em análise, ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): As multas já foram pagas, Sr. Secretário?

O Orador: ...é um processo complexo, mas a nota que fica aqui dada a esta Assembleia é que a região não vai deixar de cobrar tudo aquilo a que tem direito em sede de penalizações deste contrato.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Como o Atlântida!

O Orador: Relativamente à SAUDAÇOR.

Parece que a SAUDAÇOR é um monstro para o Serviço Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não parece, é!

O Orador: Os Srs. Deputados estão esquecidos que a SAUDAÇOR não nasceu do nada. A SAUDAÇOR sucedeu a um instituto público. Tanto é que a maior parte dos funcionários são funcionários públicos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Fora aqueles que entram e saem!

Deputado João Costa (PSD): E vão para secretário!

O Orador: É uma entidade que foi criada e que veio substituir um instituto.

Por outro lado, foi criada com 3 objetivos.

Primeiro, efetuar e promover a aquisição centralizada de equipamentos, de bens e aquisições de serviços.

A SAUDAÇOR já trouxe uma poupança de 3,4 milhões de euros em aquisições centralizadas: aquisições de equipamentos hospitalares, de raio X, de TAC's, de camas, de viaturas, de serviços de ventilo terapia, até as famosas fraldas, umas fraldas que no início da legislatura deram pano para mangas com o CDS/PP.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem! Tem boa memória!

O Orador: Portanto, a SAUDAÇOR está a fazer o seu trabalho que é promover a aquisição centralizada.

O senhor veio aqui falar de uma central de compras, mas nós não precisamos de uma central de compras tal como é o conceito de central de compras. Nós temos uma central de compras a nível nacional e podemos ir negociar diretamente com os fornecedores que existem lá e conseguir margens muito menores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então está a dar-me razão!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, nós conseguimos ganhos acrescidos em ir negociar diretamente e fazer contratos públicos de aprovisionamento, que é isso que temos feito, que é isso que a SAUDAÇOR tem feito.

Por outro lado, o outro objetivo para o qual a SAUDAÇOR foi criada foi para acompanhar a execução orçamental das unidades de saúde.

Quero aqui lembrar que em 2004 existiam 15 unidades de saúde no Serviço Regional de Saúde que tinham despesas sem cabimento. Essas despesas sem cabimento eram de 42 milhões de euros. Em 2007, apenas uma unidade de saúde teve despesas sem cabimento e no valor de 1%, ou seja, de 462 mil euros. Em 2009, não houve uma única unidade de saúde com despesas sem cabimento. Portanto, houve zero de despesas sem cabimento.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está a falar dos centros de saúde!

Deputado João Costa (PSD): Deixaram de trabalhar.

O Orador: Portanto, há aqui um acompanhamento que foi feito e que resulta da flexibilização financeira para o qual foi contratada a SAUDAÇOR.

Por outro lado, é promover o Sistema de Informatização do Serviço Regional de Saúde, tal como já referi aqui, que estamos a caminhar para a completa informatização do sistema.

É nosso objetivo em 2012 completar a informatização do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Com quem? Como?

Cada um por si e Deus por todos!

O Orador: Por outro lado, o Sr. Deputado vem aqui dizer que é um falhanço no enfermeiro de família.

Sr. Deputado, não é um falhanço.

Primeiro que tudo o enfermeiro de família não é uma ideia do CDS/PP, não é uma criação do CDS/PP.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é!

O Orador: O enfermeiro de família é um projeto da Ordem dos Enfermeiros, é um projeto dos enfermeiros dos Açores.

Não é do PS, não é do Governo, nem é do CDS.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso! Olhe o que o Sr. Presidente do Governo disse.

Deputado João Costa (PSD): Não é de ninguém! Caiu do céu!

O Orador: É da Ordem dos Enfermeiros.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: E aquilo que lhe posso dizer em relação a esse projeto é que estamos a cumprir com o cronograma que foi acordado com a Ordem dos Enfermeiros quanto à validação da experiência piloto no Centro de Saúde de Vila Franca do Campo.

Relativamente às listas de espera de cirurgia.

É evidente que os números existem e estão cá fora, felizmente, porque nós publicamos as listas de espera de cirurgia.

Existem, neste momento, 1643 açorianos que estão em lista de espera.

Este valor deve-se porque tivemos um aumento muito significativo nas consultas de especialidade cirúrgicas em 2011 e esse aumento fez com que

existissem mais 1400 novos inscritos para cirurgia. Ou seja, se tivéssemos tido o mesmo número do que em 2010 apenas ficariam em lista de espera 178 utentes do Serviço Regional de Saúde.

Por último, gostaria de falar da Unidade de Saúde de Ilha e da questão por que é que agora foi criada a Unidade de Saúde de Ilha.

A Unidade de Saúde de Ilha foi criada para poupar.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Artur Lima (CDS/PP): Poupar?!

O Orador: Poupar, primeiro que tudo, no vencimento e na remuneração dos gestores pelas funções de direção. Nós poupamos porque substituímos 5 conselhos de administração por 1 e 2 conselhos de administração por 1. É aí que há a poupança e é uma poupança na criação das unidades de saúde de ilha de 435 mil euros por ano só no vencimento dos gestores dos centros de saúde.

Deputado João Costa (PSD): Pouparam nas ilhas!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O médico da Ilha do Corvo é o ex-libris do Presidente do Governo!

O médico da ilha do Corvo ganha o dobro do Presidente do Governo!

O Orador: Por outro lado, não foi a pensar em nomeações, porque a maior parte dos gestores foi reconduzido no exercício. Portanto, foram poucos os gestores que foram novos e que foram introduzidos.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

V. Exa. sabe, porque até é um assunto que nós já conversámos os dois várias vezes, que não coloco a mínima dúvida da sua preocupação e empenho com o Serviço Regional de Saúde. Não coloco minimamente isso em dúvida.

Como V. Exa. também far-me-á a justiça de reconhecer a coerência da denúncia que tenho de fazer enquanto oposição, mas também a humildade da propositura que aqui tenho tido, e que o CDS tem tido nesta casa, dando o seu contributo para a melhoria do Serviço Regional de Saúde, que nos preocupa e muito.

E, sim senhor, é um Serviço Regional de Saúde indispensável aos Açores, indispensável aos açorianos e por isso não podemos correr o risco de o perder.

Seria uma perda irremediável e muito má para os Açores se ficássemos eventualmente dependentes de uma gestão, ou financiamento, ou o que quer que seja a nível nacional.

É um património que é nosso e nós temos de defendê-lo a todo o custo. A sua sustentabilidade preocupa-me a mim, como eu sei que o preocupa a si, Sr. Presidente do Governo.

Agora permita-me que lhe diga duas ou três coisas.

A telemedicina infelizmente não é uma realidade em todos os Açores. Já poderia ter sido e isso diminuía os sobrecustos da nossa dispersão geográfica.

Há umas experiências que existem, enfim, esporádicas aqui e acolá. Não é uma realidade da prática clínica na Região Autónoma dos Açores e isso é inegável.

Depois, Sr. Presidente, é verdade! Nem sempre é necessário multiplicar infraestruturas. Temos é que articulá-las entre si e V. Exa. dar-me-á razão que ainda não existe uma articulação entre unidades de saúde da mesma ilha (infelizmente é preciso melhorar muito isso) e muito menos uma articulação entre os centros de saúde e os hospitais, que continuam, infelizmente, a não existir e o doente a fazer um caminho penoso para conseguir, por exemplo, uma consulta de especialidade num hospital.

Já disse isto aqui há 4 anos atrás.

Foi um dos compromissos que foram aqui assumidos de melhorar esse trajeto do doente.

Mais recursos humanos. É verdade! Mais utentes, mais recursos humanos. Felizmente tem-se feito uma aposta nesse sentido. É verdade que sim, agora nem sempre são colocados da maneira mais eficiente.

Os melhores indicadores. Sr. Presidente do Governo, eu hoje tenho pena, mas muita pena, se queremos falar de indicadores de saúde nos Açores. Vamos, por exemplo, à taxa de mortalidade por diabetes. É o dobro da taxa do continente, o dobro da taxa de mortalidade do continente e isso é muito mau.

Vamos à taxa de mortalidade por doença isquémica do coração, é o dobro da taxa do continente e isso são maus indicadores de saúde.

Melhoramos alguma coisa? Com certeza que melhoramos.

Evoluímos no Serviço Regional de Saúde? Com certeza que evoluímos, mas muita dessa evolução deve-se às determinantes em saúde: melhor habitação, melhor alimentação, melhores condições de vida (a nível geral), melhor água, melhor qualidade da água, etc., que contribui (e muito) para a melhoria da saúde.

Agora, Sr. Presidente do Governo, já dei aqui exemplos que não é atirar mais e mais dinheiro para cima dos problemas que eles são resolvidos. Já se provou isso. Vou dar-lhe um exemplo que também vai reconhecer, que já aqui o denunciei: o combate às listas de espera cirúrgicas.

Já aqui disse que o Governo (e bem) destinou milhões para o combate à lista de espera cirúrgica, primeiro no Hospital do Divino Espírito Santo.

Qual foi o resultado dessa gestão da lista de espera? Não terá sido por falta de dinheiro, Sr. Presidente. Não, não foi!

É a gestão da lista de espera que não foi eficaz e isto tem de ser auditado para sabermos como correu e como foram feitas as cirurgias.

E mais! A execução do dinheiro que o Governo destinou a essas listas de espera teve nalguns casos quarenta e pouco por cento de execução.

Era uma boa medida, foi uma boa medida, foi ineficaz. Não foi o dinheiro porque ela aumentou, ela cresceu (a lista de espera) e não foi só porque aumentou o número de doentes. Vê-se a evolução e muito bem que são publicadas. Aliás, também na nossa proposta do Vale Saúde exigíamos isso, que fossem publicadas as listas de espera para, de forma transparente e rigorosa, todos nós sabermos como se passa as coisas na saúde.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Trimestralmente.

O Orador: Agora, Sr. Presidente, só critiquei aqui alguns investimentos que não tiveram retorno, que se investiu milhões e não deram resultado e a informatização da saúde, o SIS-ARD é um falhanço redondo...

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não é o SIS-ARD, é o contrato.

O Orador: ...que ainda hoje nenhum açoriano, nem nenhum de nós sabe quanto se investiu e quanto se gastou nesse processo.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Já foi dito aqui. Foi respondido por mim!

O Orador: E esses milhões podiam ter sido aplicados doutra maneira. É um processo que é preciso auditar também e tirar as devidas conclusões, como aliás a região já fez em outras matérias, em outros assuntos a região soube bem defender-se. Nesse eu ainda não vi a defesa. Como acho absolutamente extraordinário que se tenha, à pressa, feito obras no velho hospital de Angra para implementar a Unidose por 3 meses, quando vamos mudar para o hospital novo e, aí sim, com as melhores condições.

Quantos milhares de euros se gastaram para um capricho, permita-me que lhe diga, Sr. Secretário.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem! 500 mil euros perdidos.

O Orador: Sr. Presidente, reconhece-me também, que já várias vezes lhe disse, a questão dos números, os números da estatística, que foi um erro acabar com a estatística da saúde como ela existia e bem, com a Direção Regional da Saúde todos os anos a fazer o livro da estatística da saúde para nós nos conhecermos bem, para nós sabermos quais são os nossos problemas, para orientarmos as nossas políticas. É fundamental!

O Sr. Presidente um dia se tiver paciência vá ao *site* da Direção Geral de Saúde. Veja as estatísticas nacionais. A quantidade de informação que lá temos e nós, infelizmente, não temos nenhuma informação sobre estas matérias,...

Deputado João Costa (PSD): Não convém! Não dá jeito nenhum!

O Orador: ...nenhuma informação sobre as matérias que dizem respeito e que orientam as políticas, porque é assim que se faz nos países desenvolvidos.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Acabou-se (o objetivo não percebo), por que é que se acabou com a estatística do Serviço Regional de Saúde, da Direção Regional de Saúde. Apenas temos a estatística do SREA, que é, enfim, meramente generalista e sem números por unidade de saúde (número de consultas, número de cirurgias, número de consultas por médico, número de internamentos, dias de internamento). Tudo fundamental para percebermos a evolução, onde é preciso

atuar e como, quando e com que dinheiro. Isso é que é fundamental, pôr rigor na gestão.

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Mas isso está nas estatísticas!

O Orador: Pôr, colocar rigor na gestão.

Sr. Secretário, também não queria deixar de referir-me a si.

O Cartão de Utente foi um falhanço. Já lhe perguntei várias vezes quanto custou e isso é que foi, Sr. Secretário, dinheiro atirado ao lixo, porque não foi eficaz, foi uma medida que não foi eficaz e no continente continua a existir o Cartão de Utente.

A telemedicina não é uma realidade em todos os Açores, Sr. Secretário, por muito que lhe custe ouvir.

A informatização presumo que o senhor irá explicá-la melhor aqui, porque também não está explicada. O dinheiro que já se pagou, 2 milhões de euros que foram pagos, disse aqui o Sr. Secretário Regional da Presidência num dos últimos plenários.

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): É verdade!

O Orador: Quando é que esse dinheiro é reavido?

A SAUDAÇOR é efetivamente um falhanço total, porque existiu, Sr. Secretário, para camuflar a dívida. Só para isso!

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): A dívida é do conhecimento!

O Orador: A dívida da saúde na altura, depois não foi capaz de absorvê-la toda e criou-se os hospitais EPE e os hospitais EPE têm a dívida que nós todos sabemos.

Isso preocupa-me, Sr. Secretário. Preocupa-nos a nós a sustentabilidade e o bom serviço e os bons profissionais, quer enfermeiros, quer médicos, quer auxiliares, que não temos no Serviço Regional de Saúde.

Não vimos aqui criticar por criticar, mas vimos aqui genuinamente, legitimamente levantar as nossas dúvidas, as nossas questões sobre a gestão do Serviço Regional de Saúde.

Sr. Secretário, agora para terminar permita-me que lhe aponte a sua deselegância, que classifico como deselegância. Aliás, o Sr. Presidente do Governo até dizia na altura que o diploma foi aqui discutido e que jamais se retiraria a autoria do diploma ao CDS.

Sr. Secretário, não foi da Ordem dos Enfermeiros.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): O diploma e a ideia são coisas diferentes!

O Orador: A propositura do diploma nesta casa foi do CDS. Quem falou na campanha eleitoral foi o CDS. Nem Ordem, nem Governo, nem ninguém, até àquela altura, tinha falado no enfermeiro de família.

Aliás, tomámos posse aqui num dia e 15 dias depois, eu e o Sr. Deputado Pedro Medina, estávamos reunidos com a direção da Ordem dos Enfermeiros em Ponta Delgada que escandalosamente nos faltou à palavra de colaboração que nos prometeram dar.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Escandalosamente, Sr. Secretário!

A Ordem dos Enfermeiros que só se interessou quando fez então o entendimento com V. Exa..

Não me importo, precisava era que o projeto tivesse avançado.

Agora dizer que a ideia não foi nossa, que a propositura não foi nossa e dizer que foi da Ordem, Sr. Secretário, fica-lhe, no mínimo, mal e não esperava que o senhor fosse capaz de dizer isso.

Muito obrigado.

Deputados Paulo Rosa e Abel Moreira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

Deputado João Costa (PSD): Agora é que é!

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para dizer ao Sr. Deputado e à bancada do PSD que a intervenção do Sr. Presidente do Governo não foi, de modo algum, uma

intervenção para defender nenhum Membro do Governo, nem o Sr. Secretário Regional da Saúde.

A intervenção do Sr. Presidente do Governo foi para defender, na qualidade de autonomista que é,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): É a negação e confirma!

O Orador: ...de político da autonomia que é, o Serviço Regional de Saúde...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Deputado, poupe-nos!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está a correr mal!

O Orador: Os senhores estão incomodados?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ...uma das maiores conquistas da autonomia pelos açorianos, porque nós temos, efetivamente, um excelente Serviço Regional de Saúde, um bom Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Costa (PSD): Excelente ou bom?

O Orador: E a prova disso é que nas intervenções que aqui me antecederam nunca foi colocado em causa a qualidade da prestação de cuidados pelo Serviço Regional de Saúde.

O que se entende que os nossos profissionais, que as nossas organizações prestam aos açorianos um bom serviço na área da saúde.

Deputado João Costa (PSD): O problema é o Governo!

O Orador: O que aqui foi posto em causa são outras questões, mas gostaria ainda de voltar a outras matérias que aqui foram abordadas.

Em primeiro lugar, as nomeações.

Neste Governo e neste mandato nós reduzimos o número de elementos de conselhos de administração das unidades de saúde da região.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Presidente da Unidade de Saúde de Ilha da Terceira vai ter que me explicar isso!

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): O que quer saber?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é licenciado!

O Orador: Como se diz na gíria política: menos *jobs for the boys*.

Deputado João Costa (PSD): Mais *boys* do que *jobs*!

O Orador: E os senhores não sabem reconhecer isso.

Queria aqui dizer, Srs. Deputados, que a poupança...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ...que nós conseguimos e vamos conseguir este ano com menos pagamentos a conselhos de administração atinge os 435 mil euros. São menos nomeações que nós temos com pessoas competentes para estar à frente desses serviços que nós nomeamos.

E da parte do Sr. Deputado Artur Lima acho e admiro a sua forma como o senhor se entrega à política, como o senhor entrega as causas à causa política. Agora também lhe digo uma coisa: o senhor é daqueles políticos que às vezes vai pela perseguição. O senhor quando sente, quando vê alguém, o senhor ataca aquela pessoa e ataca pessoalmente essas pessoas. Ainda para mais, gostaria de lhe dizer, Sr. Deputado, isso já se passou aqui com a diretora regional da saúde, já se passou com “n” pessoas em que o senhor fixou-se naquela pessoa e começa a atacar, mas ataca mais, ainda por cima, quando são ex-dirigentes do seu partido.

É porque o Sr. Presidente da Unidade de Saúde de Ilha da Terceira, quando era vereador de coligação PS/CDS o senhor não o criticava, mas agora já o critica, já mudou de opinião em relação a essa pessoa.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas mais!

Sr. Deputado, para Vice-Presidente de um partido que se arrogava antes das eleições de acabar com a instrumentalização política dos cargos, não foi o PS/Açores que nomeou a Dra. Celeste Cardona.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Foram os chineses!

O Orador: Agora gostaria ainda mais de lhe dizer.

O Serviço Regional de Saúde é um serviço onde existe transparência e os senhores comparam muito, mas nós temos e os açorianos têm orgulho do seu Serviço Regional de Saúde, porque na comparação que existe com o serviço da Madeira e com o Serviço Nacional de Saúde nós temos muitos pontos que estamos em vantagem e que os açorianos estão em vantagem.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Quem é que fez essa avaliação?

O Orador: Por exemplo, na lista de espera, onde há transparência, onde um açoriano à distância de um clique pode saber qual é a sua posição na lista de espera.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Isso não é verdade! Está enganado!

Deputado João Costa (PSD): Se calhar até já tem *call center*!

O Orador: Ao contrário do continente onde nem é publicado o tempo de mediana de lista de espera por hospital. Não existe uma lista de espera nacional. Existe por hospital e o único dado a que nós temos acesso é a mediana.

Nós temos no continente utentes que estão em lista de espera há quase uma década, isso não é um bom indicador e não devemos usar os indicadores maus do continente para denegrir o Serviço Regional de Saúde.

Sr. Deputado, é informado o tempo mediano da lista de espera por hospital.

Deputado João Costa (PSD): Há uma diferença entre mediana e média!

O Orador: Mediano ou mediana. Qual é a diferença?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Como é que se calcula a mediana?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados. Sr. Deputado Rogério Veiros faça favor de continuar.

O Orador: Posso ensinar-lhe, por acaso tirei estatística, mas posso ensinar-lhe.

Sr. Deputado, não é a melhor forma de informar o cidadão através da mediana.

Deputado Artur Lima (PSD): É, é!

O Orador: É o tempo médio de espera.

De qualquer das formas ainda em relação à Unidose.

Sr. Deputado, criticaram aqui a implementação da Unidose e porque nós tivemos que fazer adaptações num hospital para implementar a Unidose, mas se

nós não tivéssemos implementado a Unidose estavam aqui a criticar por que é que ela ainda não estava implementada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: Os senhores criticam por criticar.

Mas gostaria de dizer-lhe mais, Sr. Deputado.

O senhor trás aqui a falta de estatística na área da saúde e diz que acede ao *site* do Ministério da Saúde e tem informação estatística.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É verdade!

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Não sabe interpretar!

O Orador: Pois eu gostaria que o senhor consultasse o Serviço Regional de Estatística, no *site*, e consultasse a informação toda que temos de estatística na saúde, de 95 a 2000, e tem lá muita informação que certamente o senhor não pesquisou bem e não conseguiu encontrar nas suas pesquisas sobre a saúde.

Mas mais, Sr. Deputado Artur Lima, o senhor quando chegou aqui ao parlamento achou que, se calhar, o Serviço Regional de Saúde e a discussão sobre a saúde começou quando o senhor cá chegou.

O senhor é que escreveu que “quando cheguei ao parlamento em 2005 praticamente não se falava no assunto, a não ser pela rama. Discussão sempre vaga sobre as dívidas do sistema.”

Oh Sr. Deputado, eu acho que, presunção e água benta cada um tem aquela que quer, é uma falta também de humildade democrática vir dizer-se que a discussão sobre a saúde começou neste parlamento quando o senhor cá chegou.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não disse isso! Leia!

O Orador: É o que está escrito, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é!

O Orador: “Praticamente não se falava sobre saúde.”

Oh Sr. Deputado, eu acho isso muito deselegante para com outras pessoas que anteriormente já passaram por este parlamento, tiveram discussões sobre saúde e que foram anteriores à nossa passagem por aqui.

Mas mais!

Eu tive o cuidado de ir verificar à distância de um clique e no mandato anterior houve 24 intervenções sobre saúde, 4 das quais do Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O seu clique está mal dado!

O Orador: Está no *site* da ALRAA, basta fazer a pesquisa.

Sr. Deputado, na anterior legislatura, houve 24 intervenções sobre saúde, 4 são suas, incluindo uma sobre o Plano e Orçamento que está rotulada como saúde.

Mas mais!

Gostaria de lhe dizer outra questão, que tem a ver com a complexidade do Serviço Regional de Saúde.

O senhor é o próprio que afirma (e muito bem!) que todos nós sabemos que é uma área difícil, sensível e de gestão complexa. Pois é!

Por isso mesmo é que informatizar três hospitais, informatizar todos os centros de saúde da região, é uma tarefa difícil e complexa e que não se faz de um dia para o outro.

Deputado João Costa (PSD): Nem de legislatura em legislatura!

O Orador: O percurso que nós temos feito para informatizar o Serviço Regional de Saúde e o nome que nós damos ao SIS-ARD, que é a informatização global do Serviço Regional de Saúde, é um percurso que tem e que merece também muitas das vezes o aplauso por parte do poder político, porque nós temos o esforço em muitas unidades de saúde, como é o caso que o Sr. Secretário acabou de referir, do Hospital de Ponta Delgada, a maior empresa, uma das maiores empresas que nós temos nos Açores completamente informatizada, com “n” processos que diariamente passam. Está tudo informatizado. O Hospital da Horta, o Hospital de Angra que vai ser informatizado. Nós temos evoluído.

O senhor utilizou um pensamento dum conhecido filósofo: “quem pensa em grande, também erra em grande”.

Anda ali muita filosofia!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Gosto muito de filosofia!

Deputado João Costa (PSD): Quem é?

O Orador: Não sei se gosta do filósofo em questão?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Gosto muito!

Deputado João Costa (PSD): Quem é?

O Orador: Gosta muito do filósofo em questão.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Admiro muito!

O Orador: Pois, eu lamento, porque o filósofo em questão a nossa bancada certamente não o admira.

Deputado João Costa (PSD): Não sabe quem é!

O Orador: Heidegger entrou para a política e está marcado na política pela sua ligação a Adolf Hitler e por ser um grande membro do partido nazista.

Deputado João Costa (PSD): Veja lá se fica ligado ao Partido Comunista!

O Orador: Eu não admiro esse filósofo e por isso, ao contrário do senhor, lamento que o senhor admire esse filósofo.

Mas queria aqui dizer-lhe que essa citação até pode estar ligada a uma fase da nossa história.

Só estou a dizer que ao contrário do senhor, que em aparte disse que admirava o filósofo, eu não admiro, porque está ligado a um percurso triste da nossa história. Não posso admirar um político que está ligado ao partido nazista, a Adolf Hitler e ao holocausto.

Eu não posso, eu não consigo admirar.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Onde já vamos! Daqui a pouco ouvimos Wagner!

O Orador: Por isso, Sr. Deputado, essa sua visão de extrema-direita sobre a política é um pouco má.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Repita o que disse agora?

O Orador: Essa sua visão da política...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não! De extrema-direita da política!

O Orador: Foi o que eu disse pela sua admiração pelo pensador em questão.

Mas queria dizer-lhe mais, Sr. Deputado.

O Serviço Regional de Saúde e as intervenções que aqui foram feitas pelas pessoas que me antecederam são a prova de que os açorianos, em relação ao todo do país, em relação ao Serviço Nacional de Saúde e em relação ao Serviço

Regional de Saúde da Madeira, estão muito melhores, muito mais protegidos e nós, socialistas, tudo faremos para defender o Serviço Regional de Saúde.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Clélio Meneses (PSD): Essa intervenção deve ter sido encomendada!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Com toda a humildade democrática espero não chegar atrasada à generalidade e também não quero participar neste concurso ou nesta troca de galhardetes de boas medidas e de más medidas e menos ainda na discussão da posse das medidas e das ideias. Deixo isso para outros Srs. Deputados.

O nosso contributo para este debate, ainda na generalidade como disse, era mais no sentido de pensarmos um pouco no seguinte.

Depois de ouvir todas as intervenções que me antecederam, inclusive da bancada do Governo, é quase que obrigatório constatar que o problema do financiamento da saúde é um ciclo vicioso, ou seja, quanto maior for a qualidade, a quantidade de serviços prestados aos cidadãos e às cidadãs ao nível da saúde, inevitavelmente a despesa aumenta e aumenta de forma, muitas vezes, incontrolada e não é o seu financiamento que a resolve, pelo contrário, só agudiza o problema. Esta situação, do nosso ponto de vista, é constatável e, tal como as coisas estão, inultrapassável.

Mais qualidade, mais quantidade, significa mais despesa; logo, é preciso mais dinheiro.

Ora, na sua primeira intervenção, o Sr. Presidente do Governo disse – e nós concordamos – que este problema de dificuldade de financiamento é um problema que extravasa os Açores, que extravasa o país e nos Açores tem apenas uma agravante suplementar: é que intensifica-se na nossa região, dada a nossa natureza arquipelágica.

Esta conclusão também me parece pacífica e todos de alguma maneira (todos os Srs. Deputados que me antecederam) a referiram.

Simultaneamente, nós temos hoje uma política nacional que em nome da dívida, em nome da falta de dinheiro, em nome da falta de financiamento, é um bom exemplo do que é que a dívida pode fazer a um país e a um povo. É que em nome da dívida, a nível nacional, nós estamos a destruir a economia, estamos a destruir o emprego, estamos a destruir os serviços públicos nos quais se inclui a saúde, a educação, os transportes, a segurança social, o que quiserem, mas está lá também a saúde e portanto, a nossa conclusão é que não é no desinvestimento que está a solução para o problema.

Para nós, o centro da ação política, seja nos Açores, seja fora dos Açores, seja no todo nacional, tem que ser, antes de mais nada e fundamentalmente (é o destino da política, de qualquer ação política), as pessoas, as suas necessidades, as suas carências, os seus direitos. Portanto, a economia tem que estar ao serviço das pessoas e não ao contrário, ao serviço de determinados interesses. É esta pescadinha de rabo na boca que nos tem trazido desde 2008 ao problema e à situação em que nós estamos e que direta e indiretamente se reflete na falta de recursos financeiros da nossa região, nomeadamente para atender a todas as necessidades, aqui multiplicadas por 9, em termos de saúde.

Portanto, penso, sinceramente e é o humilde contributo do Bloco de Esquerda para a parte da generalidade, que mais do que encontrarmos os excessos de despesa na saúde e na política da saúde na Região Autónoma dos Açores, penso que seria um contributo maior tentarmos encontrar o estabelecimento de prioridades dentro da nossa região, prioridades da ação política, prioridades de intervenção política que disponibilizassem mais dinheiro para a política da saúde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está a gastar o que não tem!

A Oradora: Ao contrário de algumas intervenções que nos antecederam, nós não criticamos o Governo por gastar demais na saúde. De maneira nenhuma!

O Governo está a gastar na saúde aquilo que tem que gastar em nome das pessoas e em nome do direito à saúde destas pessoas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os que têm e os que não têm!

A Oradora: Podemos é criticá-lo em termos de prioridades; podemos é criticá-lo em termos de menor rentabilidade de medidas de que se esperava um maior alcance e uma maior reprodução em termos de serviço e de resposta às necessidades das pessoas, mas não estamos a falar de dinheiro. O dinheiro é essencial e tem que vir de algum lado.

Já agora a política nacional não vem ajudar em nada a solução do problema da falta de dinheiro na política de saúde nesta região.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Resta saber se os senhores concordam com as soluções do Governo da República!

A Oradora: Para terminar, ainda na generalidade. Há sempre dois caminhos...

(Aparte inaudível)

A Oradora: Já vamos à especialidade, Sr. Deputado.

...e mesmo a este nível, seja ele macro económico, os dois caminhos são a economia ao serviço dos interesses financeiros, a economia ao serviço dos interesses das pessoas, ou a um nível mais terrestre, mais terreno, mais comezinho, que é ao nível das políticas setoriais. Há sempre dois caminhos: ou as pessoas ou os interesses a que estas pessoas, a maior parte das pessoas, são alheias.

Na especialidade, Sr. Secretário Regional da Saúde, gostaria de colocar-lhe a seguinte questão.

Falou-se aqui na melhoria inegável dos indicadores do Sistema Regional de Saúde. Inegável ainda que haja alguns que possam levantar preocupação e há um que me preocupa e preocupa o Bloco de Esquerda em particular, que é a taxa de mortalidade infantil.

A taxa de mortalidade infantil na nossa região, desde 2008, como sabe tem vindo a subir e neste momento tem uma média mais do dobro da média nacional, sendo que a nossa média nacional é excelente. É juntamente com a Finlândia a melhor do mundo e portanto, estamos a falar...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Menos de metade de há 10 anos.

A Oradora: Certo, mas entre 2008 e 2010 não desceu. Pelo contrário, tem vindo a subir.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Sabe qual é a diferença? Depois eu explico!

A Oradora: Deixe-me acabar, Sr. Deputado.

Preocupa-me também, Sr. Secretário, quando a gestora do Plano Regional de Saúde Materna, que entende dar uma justificação para esta circunstância da taxa de mortalidade infantil, referiu, por um lado, mais uma vez a natureza arquipelágica (a distância, por exemplo, do Corvo ao Hospital de Ponta Delgada), a demora dos transportes, situações que são inultrapassáveis e que nós apenas precisamos de continuar a tentar responder cada vez melhor. Ela acrescentou uma outra coisa, que essa sim é mais preocupante: por um lado a falta de médicos de família, mas isso todos nós já sabemos, e depois as dificuldades de acompanhamento das mulheres grávidas e relaciona estas 3 circunstâncias com esta taxa de mortalidade infantil.

Sobre isto, Sr. Secretário Regional da Saúde, gostaria de o ouvir dizer alguma coisa, nomeadamente que medidas é que o Governo está a tomar no sentido de responder a esta situação e sobretudo quais são de facto as dificuldade de acompanhamento das mulheres grávidas que existem nesta região.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs.

Membros do Governo:

Uma das grandes questões que se coloca na gestão do Partido Socialista na área da saúde é que faltou quase sempre verdade e transparência a propósito das opções do Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ao longo dos tempos, o Governo procurou sempre encobrir más decisões, mistificar um conjunto de opções para tentar demonstrar que tudo ia bem no Serviço Regional de Saúde. E o que é verdade é que todos sentimos,

porque somos também utentes e cidadãos, que o Serviço Regional de Saúde não funciona bem, que não consegue garantir um acesso universal, num tempo adequado a todos os cidadãos, especialmente ao nível dos cuidados primários de saúde.

Não sou eu que o digo, não é a bancada do Partido Social Democrata que o diz. Em 2009, é o último estudo que está publicado sobre esta matéria, um estudo feito pela Direção Regional de Saúde, em que 77% dos inquiridos dizem que estão insatisfeitos com o tempo de espera para a marcação das consultas nos centros de saúde e 52,8% dos inquiridos estão insatisfeitos com a facilidade de contato com os médicos, ou 50,8% estão insatisfeitos com o processo de atendimento.

É preciso também dizer que há falhas e que há dificuldades, que há más práticas no Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas nada disto põe em causa aquela que é uma opção fundamental para o Grupo Parlamentar do PSD e para o PSD.

O Serviço Regional de Saúde, tal como o Serviço Nacional de Saúde, deve ser de cobertura universal e tendencialmente gratuito.

Esse é um pressuposto central da política de saúde que o PSD implementará amanhã quando for Governo nos Açores...

Deputado José San-Bento (PS): É depois de amanhã!

Deputado Mark Marques (PSD): É antes dos 100 dias!

O Orador: ...é um pressuposto central que arranca também da obrigação constitucional que prevê que o Serviço Regional de Saúde seja universal e tendencialmente gratuito.

Deputados João Costa e Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: E o que é verdade é que, neste parlamento, escudado por uma confortável maioria parlamentar, o Governo teve todas as condições políticas e parlamentares para fazer aprovar as medidas essenciais para a gestão do Serviço Regional de Saúde. Algumas delas contaram com o apoio do PSD e de outras bancadas da oposição.

O Governo não se pode queixar da oposição.

Deputado José San-Bento (PS): Pode, pode!

O Orador: O Governo em matéria de saúde apenas se pode queixar de si próprio. Direi mesmo que um dos grandes problemas do Serviço Regional de Saúde é mesmo o Partido Socialista.

Deputados João Costa e Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Este Governo Regional que invoca (e aliás ouvimos o Sr. Secretário da Saúde dizer e repetido por outros Srs. Deputados da maioria) uma boa gestão do Serviço Regional de Saúde (houve aqui, inclusive, o Sr. Deputado Rogério Veiros que falou na redução dos custos com as administrações de saúde nos Açores e com as unidades de saúde de ilha), é bom que explique nesta câmara o seguinte facto estranho.

Como é que o Governo Regional dos Açores justifica a este parlamento e aos açorianos o facto das remunerações dos gestores das unidades de saúde de ilha do Pico e de São Jorge, nomeados respetivamente em 2004 e 2007, serem superiores, num caso o dobro, das remunerações, por exemplo, da Unidade de Saúde da Ilha Terceira?

Os gestores da Unidade de Saúde da Ilha do Pico ganham, por ano, 301.255,82 €. Os gestores da Unidade de Saúde da Terceira ganham 151.200 €.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E já ganham muito!

O Orador: Como é que o Governo Regional explica esta discrepância...

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Em que ano é que eles ganharam?

Deputado João Costa (PSD): Deve saber. Tem a obrigação de saber.

O Orador: ...sobretudo quando diz que governa bem e que gere bem os recursos da saúde nos Açores.

Era bom também que o Governo Regional explicasse o facto de estarmos a fazer um debate sobre saúde, desencadeado pelo CDS/PP, uma interpelação sobre saúde, em meados do mês de fevereiro e os hospitais EPE da região ainda não terem assinado com a região os respetivos contratos programa.

As negociações decorrem neste momento.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Até novembro!

O Orador: Estamos a caminho do final deste mês.

O ano passado os hospitais EPE da região assinaram os respetivos contratos programa que preveem o financiamento da região à sua atividade em outubro ou novembro.

Este ano estamos em fevereiro e os contratos não estão assinados.

Como é que o Governo Regional diz que faz uma boa gestão do Serviço Regional de Saúde com estes factos.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas era bom também que o Governo Regional explicasse aqui, nesta interpelação, (aliás, proclamada pelo Sr. Secretário Regional da Saúde no debate do Plano e Orçamento, que este ano é que ia ser o ano do saneamento financeiro do Serviço Regional de Saúde) aos açorianos que nos vêm e que nos ouvem, como é que vai garantir os meios financeiros necessários para o adequado financiamento e funcionamento dos hospitais EPE da região.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Este ano de 2012 vai voltar a haver subfinanciamento dos hospitais EPE da região.

O dinheiro que a Secretaria Regional da Saúde e que o Governo Regional se preparam para transferir para o Hospital de Ponta Delgada, para o Hospital de Angra do Heroísmo e para o Hospital da Horta não chega para as suas necessidades de funcionamento.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Este ano de 2012 vai haver, pelo menos, um subfinanciamento nestes 3 hospitais na ordem dos 60 milhões de euros.

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Vai faltar dinheiro aos hospitais. Vai faltar dinheiro para assegurar cuidados de saúde aos açorianos. Vão faltar recursos para dar boa saúde aos açorianos e era bom que o Governo Regional explicasse como é que isto vai acontecer e por que é que isto vai acontecer.

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado ponha as contas em cima da mesa!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma frase de *marketing* que disse na televisão e vem para aqui repetir.

O Orador: ...neste momento vou dizer-lhe que o maior hospital da região, que é o Hospital de Ponta Delgada, precisa da tutela, precisa do Governo Regional, mais 30 milhões de euros do que a verba que o Governo Regional está disposto a atribuir ao Hospital de Ponta Delgada. Mais 30 milhões de euros.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): O senhor está mal informado!

O Orador: Este pedido não é do PSD, não é deste Grupo Parlamentar, é dos gestores hospitalares nomeados pelo Governo Regional dos Açores, que dizem que a verba que o Governo pretende atribuir não chega, é insuficiente para o funcionamento, já contando com a redução de despesas que decorre da redução salarial dos funcionários públicos e dos trabalhadores em funções públicas no Hospital do Divino Espírito Santo.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Vou dar mais um exemplo da falta de rigor e de boa gestão no Serviço Regional de Saúde.

A administração nomeada pelo Governo do Partido Socialista, do Hospital de Ponta Delgada, dizia no seu relatório de contas de 2010, que é o último que está publicado, que “as listas de espera para cirurgia têm constituído um grave problema para a generalidade das instituições hospitalares, resultando daí insuficiência da oferta face à procura, diferença que se vai acumulando ao longo dos anos, quando não são tomadas medidas de exceção.” Fim de citação. Diz a Unidade de Saúde de Ponta Delgada, o Hospital de Ponta Delgada, o maior hospital da região.

O resultado desta falta de medidas de exceção e desta falta de capacidade de gestão...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não diz que não há medidas de exceção!

O Orador: ... é esta, Srs. Deputados.

Este é o crescimento das listas de espera das cirurgias na Região Autónoma dos Açores, entre 2010 e 2011. Os números a vermelho representam um crescimento de 53,3% do crescimento das listas de espera em cirurgia na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Qual o prognóstico em cirurgia? E a especialidade?

O Orador: O Governo Regional gastou milhões de euros em processos e em programas de combate às listas de espera em cirurgia e o resultado, de acordo com os números oficiais, é este.

Um crescimento, entre 2010 e 2011, de 53% nas listas de espera para cirurgia na Região Autónoma dos Açores.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E qual é a solução do PSD? Não há uma solução, uma ideia!

Deputado Luís Garcia (*PSD*): É nos primeiros 100 dias. Também temos direito aos 100 dias!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Vamos deixar o Sr. Deputado Pedro Gomes, além de beber a sua água, concluir a sua intervenção.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Estão há espera que o governo lhes venha cair ao colo!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e eu próprio temos muito gosto em responder ao aparte do Sr. Secretário da Presidência, quando pergunta quais são as medidas que o PSD está a fazer ou propõe para esta área.

Quero responder-lhe da seguinte maneira. Esta não é uma interpelação à oposição, esta é uma interpelação às políticas de saúde do Governo Regional dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Rogério Veiros (PS): O PSD não tem resposta!

Deputado João Costa (PSD): Sabemos que têm grandes esperanças em nós!

Presidente: Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Queria dizer que admitimos que a dívida da saúde é um problema real.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não precisa dizer. Nós sabemos!

O Orador: Aliás, é nos Açores, é na Madeira, é no país, é na Europa e no mundo civilizado.

As pessoas vivem mais, existem mais tratamentos, mais consultas de especialidade, de saúde materna, de clínica geral, meios de diagnóstico e de terapêutica, os serviços aos cidadãos foram melhorados. Isto é obviamente caro e custa dinheiro.

Não há outra forma senão racionalizar, cortar no indispensável para investir no essencial.

O essencial para o Partido Socialista são os utentes e assim sendo é uma parte intocável. Tudo o resto pode e deve ser cortado, isto é mesmo o que deve ser feito.

Soluções para a saúde todas as pessoas têm, principalmente quando estão na oposição.

Deputado Rui Ramos (PSD): Os senhores também têm para os primeiros 100 dias!

O Orador: Mas, ou resultam num aumento da despesa, o que é irónico, ou não resolvem absolutamente nada, porque esbarram em preconceitos, em montantes e prioridades erradas.

Todos os cortes e medidas necessárias foram alvo de grandes críticas dos mais variados quadrantes, inclusivamente dos políticos.

Agora já começaram a aparecer resultados.

Este ano, em 2011, o défice previsto para os 3 hospitais será de 43 milhões...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Nisso nunca nos desiludem: riem-se sempre quando falamos de coisas sérias.

O Orador: ...e terá uma melhoria de 8.6 milhões em relação a 2010.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Deputado não pode ser a sério!

O Orador: Já sabemos que a oposição pensa que é pouco.

Em 2012 será possível amortizar a dívida nos hospitais em 23 milhões.

Já sabemos, claro, que a oposição diz que não é suficiente.

Essa estratégia tem sido desenvolvida tanto pelo lado da receita, como da despesa, mas sem fechar qualquer serviço ou diminuir o acesso dos açorianos ao Serviço Regional de Saúde. Isto é o que tem sido feito.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: São números claros e resultados objetivos e já quantificados. Esperamos sinceramente que outros finalmente apresentem as suas propostas, quantificadas ao cêntimo, com prazos definidos, metas objetivas e estratégias concertadas.

Se assim não for feito é legítimo que a gente continue a pensar que não fazem ideia do que se deve fazer neste setor.

As pessoas já sabem que as políticas do Partido Socialista são as melhores para a Região Autónoma dos Açores.

Na organização de serviços queria sublinhar e repetir a poupança que se vai fazer nos vencimentos dos conselhos de administração das Unidades de Saúde de Ilha: 435 mil euros ano.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade. Na Terceira não é.

Deputado Pedro Gomes (PSD): E em São Jorge?

O Orador: 138, na Unidade de Saúde da Terceira; 282 mil euros na Unidade de Saúde de São Miguel; 15 mil euros nas restantes unidades de saúde.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado Pedro Gomes (PSD): E no Pico e em São Jorge, Sr. Deputado?

O Orador: Para reduzir e poupar nós não podemos ir aos utentes, mas podemos ir aos medicamentos.

A Unidose num período em que a despesa com medicamentos se agrava nas famílias, em especial para as mais carenciadas, abriu-se ao público em janeiro as primeiras farmácias Unidose, onde está previsto uma poupança de 3 milhões de euros.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E está a funcionar bem!

O Orador: Nos medicamentos genéricos, deste modo, todas as pessoas que forem ao hospital poderão pagar apenas a quantidade de medicamentos que efetivamente precisarem. Aí é que temos de poupar, ou seja, pouparão só por este facto mais de 10% em todos os medicamentos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Mas então de onde vem essa dívida tão grande?

O Orador: Além disso, estarão sempre disponíveis os medicamentos genéricos mais em conta de modo a diminuir ainda mais a fatura dos doentes.

Os Açores pouparam 3 milhões de euros em medicamentos no ano de 2010.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Então de onde vem uma dívida tão grande?

O Orador: Nós, Partido Socialista, queremos é melhorar e modernizar. Melhorar a acessibilidade dos doentes, prevenir as doenças, tratar com segurança e avaliar com rigor.

Os indicadores de saúde ao longo da última década têm melhorado significativamente nos Açores. Este é um dado inegável e significativo. Está avaliado e está determinado.

A avaliação tem sido muito positiva e os açorianos sabem o esforço que tem sido feito pelo Governo Regional dos Açores.

Não há falhanço, o que há são ganhos em saúde.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Gastos a mais, Sr. Deputado!

O Orador: Quando dizem que não existem estatísticas nos Açores só posso pensar que as pessoas não têm acesso a essas estatísticas por variadíssimas razões, por falta de tempo de as pesquisar e, se calhar, porque têm outros afazeres.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Onde é que isso está?

O Orador: Mas tenho aqui um documento que posso partilhar com todos, porque quem guarda informação é um medíocre e eu não quero ser. Tenho aqui estatísticas até ao ano 2010, aqui na minha mão, e está disponível. Está publicado e na Secretaria Regional da Saúde, gabinete do Secretário Regional, Divisão de Estudos, Planeamento e Documentação, estatísticas da saúde, súmula de 1995 até 2010...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Súmula!

O Orador: ...mas tem tudo aqui.

O senhor pode não ter nada e isto é capaz de o ajudar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O que é que o senhor disse?

O Orador: Os indicadores aqui são importantes e é fácil fazer demagogia com a saúde, basta explorar casos menos bem-sucedidos e os órgãos de comunicação social são os primeiros a dar eco a essas situações infelizes.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É o que o senhor está a fazer!

O Orador: Agora queria falar sobre a taxa de mortalidade infantil.

Sra. Deputada Zuraida, queria dizer-lhe que a taxa de mortalidade infantil, nos últimos anos tem feito uma subida e uma descida e queria dar-lhe aqui alguns dados. Em 15 anos a taxa de mortalidade infantil decresceu para perto de metade, assim como a taxa de mortalidade neonatal e de dezembro de 2010 a

setembro de 2011 realizaram-se 5 mil consultas de saúde materna, planeamento familiar e saúde infantil.

Queria chamar a atenção para a taxa de mortalidade feto-infantil, mas ainda queria falar na mortalidade infantil.

Em 1997 era 11.6; em 2008, onde há inversão, havia 4.6 (foi a mais baixa) e depois houve um aumento para 5.4 em 2009.

E sabe qual foi a diferença de óbitos aqui nos Açores para dar esta inversão de 4.6 para 5.4? Foram 2 óbitos.

Infelizmente, num ano podemos ter 3 ou 4 óbitos e a taxa altera vertiginosamente, mas em 15 anos diminuámos metade da taxa de mortalidade, por isso estamos a caminhar no bom sentido.

E digo mais: a taxa de mortalidade feto-infantil em 97 era 15.4; em 2007 já era 8.4.

A taxa de mortalidade neonatal em 97 era 7.1; em 2007, 2.1.

Mas há mais indicadores para traduzir os ganhos em saúde nos Açores.

Sei que nem tudo está feito, que há muito para caminhar, para melhorar, para modernizar, para aperfeiçoar, mas há ganhos em saúde que nós não podemos silenciar, que são: os médicos, em 2000, tínhamos 384, no ano de 2010 já somos 541; os enfermeiros, 924 em 2000 e em 2010 já somos 1388. É um aumento muito significativo do esforço do Serviço Regional de Saúde em absorver enfermeiros recém-licenciados.

Queria também chamar a atenção para dois indicadores muito importantes para a saúde dos Açores.

Consultas de especialidade, no ano 2000, 181.550; no ano 2010 foram 323.558 e aí resulta o diagnóstico rápido de muitas mais pessoas que traduz-se também na lista de espera para as cirurgias. Com mais consultas há mais gente diagnosticada para cirurgias, para não falarmos em meios complementares de diagnóstico, as análises, as intervenções cirúrgicas, os domicílios e nos cuidados de saúde primários.

Temos de chamar a atenção para a implementação do Plano Regional de Saúde com vários programas onde se salvam vidas, como o Programa Regional de

Prevenção de Controle de Doenças Cérebro-cardiovasculares, com a criação das Vias Verdes do AVC, que salva muitas vidas; doenças oncológicas;...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E os doentes que foram para casa por falta de medicamentos? Sem fazer o tratamento?

O Orador: ...doenças respiratórias; diabetes com a rede de nutricionistas em todos os centros de saúde; Programa Regional de Saúde Mental; Programa de Saúde Escolar e Infantil com 1722 ações de sensibilização em todos os Açores. Aí é que se fazem cuidados de saúde primários.

É prevenir a doença, promover a saúde. Só assim é que a gente consegue diminuir a doença no futuro.

Deputado João Costa (PSD): Então por que não conseguem?

O Orador: Isto está sendo feito e está sendo implementado e bem implementado, para não falar na saúde oral, onde existe um programa...

Presidente: Sr. Deputado, terminou o tempo do Grupo Parlamentar do PS.

O Orador: Vou terminar já.

... o Plano de Vacinação e queria concluir falando aqui num estudo que o Sr. Deputado Pedro Gomes falou sobre o grau de satisfação.

Temos o estudo do INE onde diz que o grau de satisfação dos utentes do Serviço Regional de Saúde: muito bom, 64%; razoável, 24%; insatisfação, 10%.

E há um outro estudo do Prof. Heliodoro Jacinto Pimentel, da Universidade dos Açores, de 2010, “satisfação de relação dos centros de saúde”...

Deputado João Costa (PSD): Isso tudo junto não dá 100, Sr. Deputado!

O Orador: ...em que os resultados apontam, em termos globais, para uma avaliação positiva em termos da organização geral: boa, 40%; muito boa, 13% e muito fraca só 3.9%.

Isto é que são também os resultados do grau de satisfação dos açorianos para a saúde dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Costa (PSD): O Governo está de mal com a bancada do PS!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Qual é o seu problema?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Rogério Veiros...

Deputado Rogério Veiros (PS): Não tenho tempo para lhe responder!

Deputado João Costa (PSD): Agradeça ao seu colega!

O Orador: ...vou-lhe só dizer uma coisa que acredito que não tenha dito com intenção de ofender ninguém, porque o conheço bem, julgo que a intenção não foi essa. Portanto, devo-lhe dizer que se o senhor confunde o CDS com a extrema-direita e se me confunde a mim próprio, não me conhece, nem sabe o que é a extrema-direita, nem sabe o que é a democracia cristã. Presumo que foi um excesso que aqui todos nós temos e entendo que terá sido dessa maneira que me compara à extrema-direita.

Deputado José San-Bento (PS): Tem dias!

O Orador: Agora, Sr. Deputado, a filosofia é a ciência do conhecimento e quem gosta de filosofia estuda os filósofos que têm as suas correntes. Isso não quer dizer, Sr. Deputado, que se partilhe da filosofia e das ideias daquele filósofo, senão estávamos mal, Sr. Deputado.

Senão estávamos mal relativamente aos estalinistas, por exemplo, Sr. Deputado, portanto isso é não saber minimamente o que é a filosofia e isso eu não lhe vou explicar.

Agora, Sr. Deputado, perseguir pessoas! Quem persegue pessoas, segundo me dizem e tenho testemunhos diários, é o Partido Socialista.

Deputado João Costa (PSD): Ora aí está! Apoiado!

Deputado Berto Messias (PS): Diga onde, quando e quem? Dizer é fácil!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

O Orador: Quem persegue pessoas é o Partido Socialista...

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é para si. O senhor percebe muito do sector mas o que está a fazer... E as provas?

O Orador: Um momento, Sr. Deputado.

Quem persegue pessoas todos os dias é o Partido Socialista.

Deputado João Costa (PSD): Veja a quantidade de anónimos no *facebook*!

Deputado Berto Messias (PS): Refere-se a quem? Concretize lá isso! O senhor não precisa de fazer esse papel.

Deputado José Lima (PS): Chame os bois pelos seus nomes!

O Orador: São fornecedores que têm medo de falar porque depois são perseguidos. São eles que me dizem. É gente que tem medo de falar porque precisa do emprego para o filho e os senhores não empregam. É todos os dias.

Deputado Berto Messias (PS): Refere-se a quem? Concretize lá isso!

O Orador: São conversas dos açorianos, mas vou-lhe concretizar com exemplos.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Artur Lima faça favor de continuar.

O Orador: Quem persegue pessoas, digo e repito, é o Partido Socialista e as pessoas queixam-se disso todos os dias.

Mas vou-lhe dar um exemplo, Sr. Deputado Rogério Veiros, e o senhor estava aqui nesta casa quando se passou uma perseguição. Não foi feita a uma pessoa.

Porque agora o que vou dizer é muito sério, Sr. Deputado Clélio Meneses.

Foi nesta casa e quem foi vítima de perseguição fui eu pelo ex-Secretário da Saúde que trouxe para aqui o meu processo de funcionário do Centro de Saúde de Angra para investigar o meu trabalho,...

Deputado João Costa (PSD): É uma vergonha!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É muito grave!

O Orador: ...a minha produtividade, enquanto funcionário público.

Passou-se aqui neste parlamento, Sras. e Srs. Deputados. É o exemplo que os senhores têm. Passou-se aqui na frente dos que cá estavam. O processo individual de um funcionário que o Sr. Secretário da Saúde foi buscar para vir para aqui fazer política, perseguir e intimidar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Costa Pereira (PSD): Já ouviram o que não queriam ouvir!

O Orador: Mas não intimidou, nem me intimida.

Agora, Sr. Secretário, tenho mais algumas questões para lhe colocar.

Relativamente às listas de espera chegamos à conclusão que os senhores são incapazes de a gerir. Aumentaram, pese embora os milhões que os senhores atiraram para cima das listas de espera.

Mas já agora, Sr. Secretário, sei que não tem tempo, mas vou-lhe fazer uma pergunta e vou-lhe exigir uma resposta.

O Vale Saúde, num dos seus artigos, está lá estipulado, que a Secretaria da Saúde tem que entregar a este Parlamento, até 15 de janeiro, um relatório da execução do Vale Saúde.

Onde está o relatório de 2009? Onde está o relatório de 2010? Onde está o relatório de 2011, Sr. Secretário?

É isso que falta entregar a esta casa, para ser discutido nesta casa, respeitando a democracia e respeitando a legislação regional e é isso que o senhor não entregou nestes últimos 3 anos.

Por último, a dívida da saúde.

É preciso dizer que mais dinheiro para cima dos problemas, não resolvem os problemas.

Eu preciso saber quando se gastou no SIS-ARD, Sr. Secretário Regional da Saúde e a dívida da saúde (dívida atrás de dívida) já vai muito próxima, contando tudo... E é preciso dizer que falamos dos 3 meses, dos 2 meses, os fornecedores vão agora receber o mês de agosto do ano de 2010...

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): 2011!

O Orador: Já não são 30 dias, Sr. Secretário, como o senhor dizia quando para aqui veio; já não são 60 dias como o senhor dizia um ano depois; já não são 90

dias como o senhor dizia 2 anos depois; já não são 120 dias como o senhor dizia 3 anos depois; ao fim de 4 anos são 180 dias, Sr. Secretário, para pagar as unidades de saúde.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas está tudo bem!

O Orador: E mais grave é que a partir de abril não há dinheiro para continuar a pagar.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Quem disse isso?

O Orador: Os senhores vão pagar agora agosto e setembro e em abril cá estamos nós para conversar, para ver os meses, portanto a dívida a fornecedores vai a 180 dias e essa dívida a fornecedores é que pode pôr em causa postos de trabalho e faz falta para a economia.

Essa sim pode aumentar o desemprego. Portanto, não há capacidade do Governo de pagar a tempo e horas aos seus fornecedores e quero lá saber se na Madeira pagam ou deixam de pagar.

O que me interessa são os Açores, os açorianos, as empresas e, sobretudo, os doentes dos Açores que precisamos de respeitar e colocar no centro do sistema, coisa que nunca foi feita até hoje.

Estatísticas publicadas da Direção Regional de Saúde como existiam até ao ano de 2008 não existem e quem diz o contrário mente estrondosamente.

Existem estatísticas do SREA, do Serviço Regional de Estatística. A estatística que devia existir da Direção Regional de Saúde não existe. O Governo Regional dos Açores acabou com ela, ...

Deputado Berto Messias (PS) e Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não é verdade!

O Orador: ...porque não quer que os açorianos, esta casa e que os Deputados conheçam a realidade e os números da saúde nos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, terminou o tempo do CDS/PP.

Sr. Deputado Rogério Veiros pede a palavra para?

Deputado Rogério Veiros (PS): Para um protesto.

Presidente: Tem 3 minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Peço a palavra para protestar porque foram feitas aqui afirmações que não são corretas e merecem ser esclarecidas.

Em primeiro lugar, relativamente às afirmações do Sr. Deputado Artur Lima em relação aos meus conhecimentos gerais e de política geral.

Deputado Costa Pereira (PSD): Oh, Sr. Presidente!

O Orador: Queria aqui esclarecer que a minha observação ao Sr. Deputado Artur Lima foi exclusivamente, porque em aparte, o Sr. Deputado afirmou admirar um conhecido filósofo que está ligado ao holocausto e eu não posso aceitar isso.

Para já e para informar também o Sr. Deputado Artur Lima que até não é como está escrito na sua intervenção. Não é Heldegger, é Heidegger.

Mas mais, Sr. Deputado, o Sr. Deputado acusou aqui de perseguição. Nós não fazemos perseguição a ninguém, nós somos um partido da liberdade, que trouxe liberdade aos açorianos em 96 e onde a comunicação social é livre de criticar e não é perseguida.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Sr. Deputado, os Açores ganharam liberdade em 1996 e isso nós ganhámos.

Agora, relativamente à questão que aqui o senhor também acusou o nosso camarada e amigo Domingos Cunha.

O nosso camarada e amigo Domingos Cunha trouxe aqui a este plenário as estatísticas sobre os médicos dentistas de então no Centro de Saúde de Angra.

Não se trata de uma perseguição a ninguém em particular, trata-se, segundo e simplesmente, de retratar dados e factos da produtividade daquele serviço, naquele tempo e eu não considero isso uma perseguição e quero aqui fazer a defesa do Secretário de então e do meu camarada e amigo Domingos Cunha.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem 3 minutos para um contra protesto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Rogério Veiros vem aqui dar uma de virgem ofendida.

Oh Sr. Deputado, quem insinuou e quem me chamou de extrema-direita foi o senhor!

Deputado Rogério Veiros (PS): Não chamei. O senhor é que disse que admirava o filósofo.

O Orador: E o senhor vai ter de fundamentar isso porque não fundamentou, Sr. Deputado Rogério Veiros.

Agora eu não falei dos seus conhecimentos de política geral...

Deputado Rogério Veiros (PS): Falou sim senhor!

O Orador: ...não sei quais são, nem quero saber, a mim não me interessam. Eu falei, eu disse que a filosofia é uma ciência do conhecimento e quem gosta de filosofia tem que estudar e interessar-se por todos os filósofos, independentemente da sua ideologia.

Deputado Rogério Veiros (PS): E saber escrever o nome!

O Orador: Se o senhor não percebe isso, eu não lhe posso explicar.

(Apartes inaudíveis da bancada do Partido Socialista)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, faça favor de continuar.

O Orador: A bancada do Partido Socialista anda sempre muito excitada, sobretudo o Sr. Deputado José San-Bento que não me deixa falar, mas o senhor tem oportunidade de se inscrever aqui.

Deputado José San-Bento (PS): Defesa da minha honra!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Deputado Rogério Veiros, relativamente ao Sr. Ex-Secretário da Saúde, o senhor não percebeu o que se passou aqui, mas eu vou-lhe explicar e fundamentar a denúncia que aqui fiz de perseguição pessoal de que fui vítima por parte do Sr. Secretário da Saúde e do Partido Socialista.

Vou-lhe explicar como é que foi uma perseguição pessoal e é falso o que o senhor disse aqui, que tinha sido uma estatística da atividade dos médicos dentistas nos centros de saúde. É falso que tenha acontecido isso!

O que aconteceu aqui, Sr. Deputado, foi que o Sr. Secretário Domingos Cunha, apoiado pela vossa bancada, trouxe o meu processo individual de funcionário do centro de saúde para esta casa para o mostrar aqui, Sr. Deputado. Foi isso que aconteceu.

Deputado Rogério Veiros (PS): Está no Diário das Sessões, Sr. Deputado.

O Orador: E eu tenho a prova disso e fiz queixa ao diretor do Centro de Saúde de Angra, o já falecido Dr. Hélio António Flores Brasil.

Deputado Rogério Veiros (PS): Está no Diário das Sessões!

O Orador: Foi aqui que o senhor trouxe o meu processo individual que eu fui buscar no outro dia ao centro de saúde e ele não estava no Centro de Saúde, estava na pasta do Sr. Secretário da Saúde e os senhores deram cobertura a isto. Por isso é que eu me queixo, não foi a atividade dos médicos dentistas no centro de saúde.

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor prove isso. O que o senhor está a dizer é grave!

O Orador: Portanto, o senhor falta olímpicamente à verdade.

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso não é verdade. O senhor prove que o seu processo desapareceu!

O Orador: O que é que não é verdade?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Artur Lima, terminou o seu tempo.

O Orador: Que o Sr. Secretário não trouxe para aqui o meu processo individual de funcionário?

Deputado Rogério Veiros (PS): Está no Diários das Sessões. O Sr. Secretário trouxe estatísticas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Trouxe o meu processo individual de funcionário e o senhor se for ao Diário das Sessões está lá dito.

Eu fui ao centro de saúde no outro dia e o processo estava na pasta do Sr. Secretário.

Deputado Rogério Veiros (PS): Prove isso!

O Orador: Toda a gente sabe isso e não vale a pena negar. Fica-lhe mal, Sr. Deputado, negar isso.

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, termina o meu tempo, com certeza, mas dê-me só mais uma tolerância para acabar, porque fui muitas vezes interrompido.

Presidente: Mas seja breve, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Faça uma citação de Max para livrar isto!

O Orador: Agora, Sr. Deputado, a liberdade pode ter começado em 96 nos Açores, segundo o senhor diz com essa arrogância...

Deputado Rogério Veiros (PS): Não é arrogância!

O Orador: ...mas acabou naturalmente em 2000. Acabou depressa, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, ultrapassámos o nosso tempo regimental.

Vamos fazer intervalo para almoço.

O debate para aqueles que ainda têm um pouco de tempo, continuará à tarde.

Sim, Sr. Deputado Paulo Estêvão?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Propunha que se terminasse este debate por mais 4 ou 5 minutos. Por uma questão de eficiência, Sr. Presidente.

Presidente: Há oposição. Como atingimos o tempo regimental, terminamos à tarde.

Se querem que seja anunciados os tempos, o Sr. Secretário vai fazer o favor.

Secretário: O Governo dispõe de 5 minutos; o PSD, 2 minutos e meio; o PPM, 4 minutos; o PCP, 6 minutos e o Bloco de Esquerda, 2 minutos.

(Eram 13 horas e 09 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito boa tarde.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 06 minutos)

Estávamos terminando a interpelação e o debate sobre saúde, da iniciativa do CDS/PP.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à questão que aqui temos vindo a abordar, o que eu considero surpreendente de facto e que acho que é a matéria de maior interesse no âmbito do debate que temos estado a desenvolver, é o facto do Sr. Deputado Artur Lima ter avançado com um número extraordinário e que demonstra a existência de um enorme buraco no âmbito do setor da saúde.

Vou recordar qual foi o número: mil milhões de euros.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Vou responder!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor esteve a ver as notícias no almoço. Isso foram as notícias do almoço.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Não foi nas notícias, foi dito de manhã.

O Orador: É um número absolutamente incomportável para o futuro da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente para o setor da saúde e nessa perspetiva, quer a intervenção do Sr. Presidente do Governo Regional, quer a intervenção do Sr. Secretário da Saúde, quer a intervenção do Grupo Parlamentar do Partido

Socialista, as diversas intervenções aliás, não desmentiram o número que o Sr. Deputado avançou.

Isto significa que...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Que o senhor não sabe o que está dizendo!

O Orador: ...esta é a questão essencial deste debate.

É o endividamento brutal, crescente, o tal monstro incontrolável que nós temos no setor da saúde.

Porquê?

Porque temos má gestão, má planificação, má implementação das medidas e não temos uma gestão eficaz.

E mais do que isso e o que é preocupante: Sr. Secretário da Presidência, não temos futuro, porque quem quer defender o sistema de saúde como nós queremos tem que garantir que ele tem futuro, que tem um financiamento e que tem uma evolução sustentável.

Ora estes números demonstram e o facto de não se conseguir infletir isto, de não se conseguirem pagar as dívidas, da dívida ser cada vez maior e mais crescente, que isto é absolutamente insustentável. Dentro de 1 ou 2 anos a situação entra em completo colapso. Esta é a questão essencial.

Os senhores vêm aqui, o Sr. Presidente do Governo Regional veio de muleta para defender o Sr. Secretário da Saúde...

Deputada Catarina Furtado (*PS*): Não seja deselegante!

O Orador: É uma imagem apenas. Muleta como apoio político.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É uma boca desagradável.

O Orador: É uma imagem que a muleta política (é disso que estou a falar) veio defender o Sr. Secretário da Saúde em relação a esta questão e a questão é de facto uma questão gravíssima. É uma questão incontrolável.

Quer o Sr. Presidente do Governo Regional, quer o Sr. Secretário da Saúde, qual foi a solução que apresentaram para financiar o setor? Para tornar o setor sustentável?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Qual foi a sua?

O Orador: Qual foi o conteúdo específico avançado pelo Governo Regional nesta matéria para defender este setor?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Qual é a sua sugestão?

O Orador: Nada!

Deputado João Costa (*PS*): Daqui a 100 dias!

O Orador: Talvez daqui a 100 dias se possa ter uma resposta em relação a esta questão, mas a continuar assim, talvez daqui a 100 dias já não se possa ter um setor sustentável, já não se possam pagar as contas do setor da saúde.

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado Paulo Estêvão. Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na intervenção que fiz no período da manhã e logo no início do debate coloquei uma questão objetiva ao Governo, na altura ainda estava o Sr. Presidente do Governo Regional e não a dirigi propriamente nem ao Secretário Regional da Saúde, nem ao Presidente do Governo Regional, mas aguardo que o Sr. Secretário Regional venha responder à questão que coloquei e que era uma questão muito objetiva: que ganhos financeiros teve a região, teve o setor da saúde, com a criação das EPE's e da SAUDAÇOR?

Esta questão é importante até porque a opinião que tenho sobre a questão da SAUDAÇOR é que para além de constituir um problema para o setor, acaba este setor por ter duas tutelas (a Secretaria Regional da Saúde e a SAUDAÇOR) e na minha opinião julgo que uma delas não faz nenhum sentido e certamente será a SAUDAÇOR, a não ser que me comprovem o contrário.

Aliás, a SAUDAÇOR só serviu para esconder dívida e para criar alguns empregos para quem Vs. Exas. muito bem entenderam.

Mas de facto o problema...

Deputado José São-bento (*PS*): Veja lá se não arranjou um emprego para a sua tia?

O Orador: É? Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de continuar.

Não entrem em diálogo por favor.

O Orador: Está bem, mas o Sr. Presidente ouviu o aparte, não ouviu?

Presidente: Não ouvi.

Faça favor de continuar.

O Orador: Pronto, eu também não ouvi.

Mas de facto e relativamente a esta questão, como ficou comprovado, há um problema de financiamento e esse problema de financiamento, na nossa opinião, decorre do subfinanciamento de que é alvo este setor.

Aliás, como também já hoje aqui foi dito por outras bancadas. Há um subfinanciamento do setor que leva a que, acrescento digamos das opções políticas que têm sido tomadas relativamente ao setor, nomeadamente a questão dos hospitais empresa e da SAUDAÇOR, tem levado a que essa dívida atinja um montante considerável, que eu não sei se é o valor que aqui há pouco foi referido ou não...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mil milhões de euros!

O Orador: ...mas que tem um valor considerável e que é preciso resolver não pondo em causa o Serviço Regional de Saúde, nem o seu serviço, mas também o facto de ele ser tendencialmente gratuito.

Para o PCP/Açores um dos grandes problemas da saúde na região, mas também no país, tem a ver com o seguinte: as políticas de saúde não foram desenhadas para a saúde, são desenhadas, no essencial, para a doença e isso sai certamente muito mais caro do que se de facto houver uma política de saúde e não uma política para a doença.

Por outro lado, há uma outra questão que nos parece que é fundamental e que tem a ver com o seguinte: enquanto não se delimitar a fronteira entre aquilo que é privado e aquilo que é público teremos sempre problemas de que todos nos queixamos aqui, desde um aumento considerável da despesa, o aumento das listas de espera e outros problemas que não quero agora trazer aqui, mas...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Traga!

O Orador: O Sr. Secretário quer que eu traga?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não me importo nada!

O Orador: Veja lá, Sr. Secretário!

Portanto, a questão é muito simples. Vs. Exas. têm mantido um Serviço Regional de Saúde que tem, com certeza, alguns bons indicadores ao nível da saúde (certamente!) e houve com certeza essa evolução que aqui foi referida quer pelo Sr. Presidente do Governo Regional, quer pela bancada do Partido Socialista e que temos mais é que o reconhecer, mas de facto há aqui questões muito complexas e que têm a ver, no essencial, com um subfinanciamento crónico do sistema e têm a ver também com opções que, ao nível da gestão do setor, têm sido tomadas pelo Governo Regional e que, caso não haja demonstração do contrário, têm contribuído não para resolver o problema financeiro, mas para o agravar substantivamente.

Para terminar esta intervenção anuncio que a Representação Parlamentar do PCP ou o futuro Grupo Parlamentar do PCP irão propor a extinção da SAUDAÇOR.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Costa (*PSD*): O melhor é despachar isso este ano, Sr. Deputado!

Presidente: Sras. e Sra. Deputados, não sei se há mais inscrições.

Sr. Deputado Mário Moniz tem a palavra.

Deputado Mário Moniz (*BE*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, consta que por motivos economicistas os médicos estão obrigados a um rácio na solicitação de exames auxiliares de diagnóstico de, por exemplo, no caso dos TAC, um máximo de 10 por mês.

Sr. Secretário, estes rumores têm algum fundamento?

Se não têm fundamento convém que haja um desmentido público desta situação.

Se têm fundamento, como pode um médico exercer esse critério sem incorrer em erros graves?

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): É por apalpação!

Presidente: Sras. e Sra. Deputados, creio não haver mais inscrições.

Assim sendo, e para encerrar o debate, vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional da Saúde. Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de aproveitar esta intervenção final para esclarecer vários pontos do debate.

Primeiro, começar por esclarecer, talvez, a conclusão mais estapafúrdia deste debate e que tem a ver com o valor da dívida global do Serviço Regional de Saúde que foi dito aqui do púlpito, foi lançado um palpite, que teria já chegado a mil milhões de euros.

Isto é falso! Mesmo fazendo o exercício mais vantajoso do ponto de vista de cálculo da dívida e que corresponde ao somatório dos passivos exigíveis dos 3 hospitais EPE e da SAUDAÇOR teríamos uma dívida que não chega a 600 milhões de euros.

Em abono da verdade, é bom que se diga isto aqui.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente às outras questões que foram aqui lançadas.

A questão da estatística. Acusou-se o Governo de ter acabado com a estatística da saúde. O Governo aquilo que fez foi tão simplesmente publicar anualmente a estatística da saúde no *site* do Serviço Regional de Estatística. Está lá a informação toda como sempre esteve da Direção Regional da Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é a mesma!

O Orador: É a mesma. Quem prepara a informação é a Direção Regional da Saúde e se for à publicação, ao separador publicações do SREA,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Amanhã vou ter de o desmentir!

O Orador: ...publicações anuais e de saúde, vê lá o relatório anual de saúde com o número de consultas, o número de internamentos, o número de doentes deslocados, o número de evacuações aéreas. Toda a informação que existia no

passado e que continua a existir. Apenas agora não gastamos dinheiro a imprimir um livrinho para distribuir pelos serviços.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não! Ultimamente era um CD!

O Orador: Está em PDF e está no Serviço Regional de Estatística.

Por outro lado, gostaria de esclarecer um outro aspeto que tem a ver com a dívida da SAUDAÇOR e o facto da SAUDAÇOR ter sido criada para esconder dívida. Isto é falso!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É falso?

O Orador: A dívida da SAUDAÇOR existe e está sempre, todos os anos, referida na Conta da Região.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Alguma!

O Orador: Portanto, a dívida está toda. Todo o endividamento da saúde, da SAUDAÇOR, conta automaticamente para o défice da região. A SAUDAÇOR está dentro do perímetro da administração pública, não está fora, não serve para esconder dívida. Isto é falso!

Relativamente à ideia da criação da Ordem dos Enfermeiros que o Sr. Deputado Artur Lima disse que eu tinha tido a deselegância de dizer que a iniciativa não tinha sido do CDS.

Não falei em diploma, falei em ideia e a ideia do enfermeiro de família nasceu da Ordem dos Enfermeiros.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não! A ideia é internacional, nasceu na Flórida!

O Orador: Não nasceu do CDS/PP. O CDS/PP teve a iniciativa legislativa.

Só que também eu sei que a Ordem dos Enfermeiros não estava disponível para colaborar com esta iniciativa, porque também a Ordem não estava disponível para fazer ela própria o diploma que consagrasse o enfermeiro de família.

Isto é uma função de um partido com assento nesta câmara e não de uma ordem profissional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): As ordens estão todas disponíveis para colaborar com o poder.

O Orador: Relativamente ao SIS-ARD.

Sr. Deputado, relativamente ao SIS-ARD o Sr. Deputado pediu os custos.

O Sr. Secretário da Presidência já no passado plenário disse quanto é que tinha custado o SIS-ARD e portanto, nós não temos nada a esconder.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Têm, têm!

O Orador: O investimento global é de 6 milhões de euros, o investimento em *hardware* de 4 milhões de euros e em *software* de 2 milhões.

Já foram emitidas multas no valor de 800 mil euros para o fornecedor e vão ser pedidas indemnizações.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quanto pagou à empresa?

O Orador: Foram pagos 2 milhões, mas não são pagos desde 2008. Porquê? Porque o fornecedor pediu uma prorrogação de prazo e quando pediu a prorrogação de prazo para mais um ano suspendeu-se os pagamentos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor já não rescindiu o contrato?

O Orador: Portanto, a informação do SIS-ARD existe. O PSD aliás já tinha feito um requerimento e já teve resposta em relação ao SIS-ARD. A resposta é pública e já foi dita várias vezes.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Prescindiu do contrato?

O Orador: Relativamente ao Vale Saúde, Sr. Deputado. Tenho aqui o relatório de execução do Vale Saúde e posso deixar aqui nesta câmara.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é para mim, é para esta casa.

O Orador: Posso já lhe dizer que, contactada mais de uma centena de açorianos, 30% não devia estar na lista, não tem condições para a cirurgia. 30% recusou o Vale Saúde. 40% desses que foram contactados aceitaram a emissão do Vale Saúde e destes 40% que aceitaram a emissão, apenas 40% desistiram depois no momento final da realização da cirurgia.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Dê o relatório à casa.

O Orador: Portanto, este é o relatório. Está aqui. Vai ser entregue aqui à Assembleia.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E em 2009 e 2010?

O Orador: Não existe 2009 e 2010 porque, como bem sabem, o Vale Saúde não estava regulamentado e portanto, não houve execução do Vale Saúde, como não houve, não há relatório de execução. É evidente, parece-me.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, não houve!

O Orador: Relativamente às questões que foram levantadas por parte da bancada do Bloco de Esquerda posso dizer que não há nenhuma cota. Aliás, não tenho conhecimento público desta notícia, portanto um desmentido público também parece-me excessivo. De qualquer maneira não existe nenhuma orientação por parte da tutela que tenha que existir esta limitação.

Obviamente que eu percebo que possam existir dentro de uma gestão de uma direção clínica objetivos de produção que tenham que ser negociados com os diretores de serviço e não ponho de lado a hipótese de poder haver metas a alcançar com gastos em determinados recursos.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Secretário.

O Orador: Mas não há qualquer limitação e é evidente que um médico nunca deixará de passar um meio complementar de diagnóstico, porque não pode, não há limitação.

Só um momento, Sr. Presidente.

Relativamente às questões que foram aqui levantadas pelo PSD e que acusou o Governo de falta de transparência.

Acho que não há qualquer falta de transparência por parte do Governo. Aliás, a bancada do PSD pelos vistos tem conhecimento direto daquilo que se passa no conselho de administração do Hospital do Divino Espírito Santo. Por aquilo que veio aqui dizer o Sr. Deputado, quer dizer que tem uma informação privilegiada em relação ao que se passa nas instituições do Serviço Regional de Saúde. Portanto, existe toda e total transparência porque o senhor tem toda a informação.

O senhor diz que o contrato não está assinado em fevereiro, mas será a data mais cedo que vamos assinar o contrato programa, efetivamente.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Também em relação aos outros não é vantagem nenhuma!

O Orador: E é assinado em fevereiro e será assinado em fevereiro porque é necessário proceder à contratualização com todos os serviços. Não é só contratualizar com o conselho de administração números de cirurgias, números de consultas. É preciso contratualizar com os diretores de serviço e por isso é que está neste momento a ser acabado.

Aliás, nem está assinado. Portanto, não percebo como é que o Sr. Deputado pode vir aqui dizer que faltam 60 milhões de euros no Serviço Regional de Saúde, em 2012, quando os contratos programa ainda não estão assinados. Mas posso já dizer que o Sr. Deputado também diz que não percebeu como é que nós vamos equilibrar o sistema, que neste ano, como tivemos na discussão do Plano e Orçamento, vamos ter um reforço de 22 milhões de euros para os hospitais, para o Serviço Regional de Saúde, com mais 14 de poupança nos centros de saúde, ou seja, têm mais 36 milhões em proveitos...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Essas poupanças não vão existir!

O Orador: ...e têm uma poupança, se conseguirem atingir as metas de 29 milhões de euros.

Isto representa, em termos líquidos, um reforço do orçamento dos hospitais em 65 milhões de euros.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Isso é uma fantasia!

O Orador: Por isso é que nós esperamos equilibrar o setor em 2012.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Cá estaremos!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Secretário. Tem que abreviar.

O Orador: Só para terminar.

Em relação às medidas de exceção o Sr. Deputado diz que o conselho de administração queria medidas de exceção para acabar com a lista de espera.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não sou eu que digo. É o conselho de administração que escreve no relatório de contas de um hospital!

O Orador: Nós não temos feito outra coisa senão medidas de exceção. Nós temos feito programas de recuperação de listas de espera que têm custado 4 milhões de euros para a realização de 2 mil cirurgias. Nós temos que apostar em medidas estruturantes e por isso é que vamos aumentar a capacidade dos blocos

operatórios. Mais 3 salas em Ponta Delgada e mais 3 salas em Angra do Heroísmo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor não acredita no que está a dizer.

O Orador: Tal como dissemos no Plano é assim que vamos resolver o problema das listas de espera em 2012.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! É em 2012 que vai resolver tudo!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Relatório sobre matéria de interesse regional – “Pescas nos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Rege o artigo 82.º.

Para a respetiva apresentação dou a palavra ao Sr. Deputado José Gaspar Lima.

(Neste momento, o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado Mark Marques)

Deputado José Gaspar Lima (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista criou o Grupo de Trabalho das Pescas a 18 de março de 2011, com o intuito de, a partir de uma recolha de contributos científicos e de representantes da fileira das pescas, elaborar uma análise detalhada que enumerasse os constrangimentos, as dificuldades e, sobretudo, as potencialidades e oportunidades deste importante setor.

O Grupo Parlamentar do PS traduziu, na prática, a faculdade que está consagrada no artigo 11º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, relativo à elaboração de Relatórios sobre Matérias de Interesse Regional.

Sendo o setor das pescas um elemento essencial na identidade regional é importante que o consideremos como uma reserva estratégica no futuro dos Açores. Para além da dimensão económica, o mar é um meio fundamental na

consecução de um desenvolvimento regional sustentável, devendo ser valorizado como uma das principais fontes de riqueza, de oportunidade e de desenvolvimento para o arquipélago dos Açores.

A estratégia regional para as pescas tem sido uma das políticas de investimento do Governo Regional, inserindo-se no desenvolvimento de uma política integrada para os Assuntos do Mar, que articula todas as políticas do Governo Regional nas atividades que lhe estão associadas.

Na definição desta estratégia, torna-se fundamental a participação de outras entidades - públicas e privadas - que cooperem na sua definição, nomeadamente, entidades ligadas à preservação ambiental e à investigação científica relacionada com o mar.

No que respeita ao setor das pescas, que absorve aproximadamente 5% da população ativa e que representa 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) da Região, o objetivo central deste relatório assentou no seguinte pressuposto: a manutenção de umas pescas dignas, através de rendimentos justos para todos os intervenientes na fileira, mas que tenha uma forte componente de sustentabilidade ambiental.

Não há pescas sem recursos, como também não há recursos sem estratégia e medidas de preservação dos *stocks*.

Para os que duvidam deste binómio pescas/sustentabilidade, respondemos que são os próprios pescadores açorianos os primeiros interessados na manutenção dos recursos, como têm demonstrado em várias ocasiões, ao contrário de outras paragens, onde a fúria depredadora dos navios-fábrica arrasou, por completo, determinados recursos.

Qualquer interveniente na pesca dirá que, ao nível das infraestruturas, as pescas, em fevereiro de 2012, estão incomparavelmente melhores do que há alguns anos atrás.

Os Açores dispõem de portos novos e recuperados, condição essencial para uma frota mais eficiente, a qual, por sua vez, garante maior rendimento e mais segurança no mar.

Foi, assim, um trabalho sem paralelo na construção de toda uma rede portuária e de infraestruturas de apoio, que permite, agora, evoluir para um novo patamar na área das pescas, que reforce o rendimento dos pescadores e que continue a garantir a segurança da atividade no mar.

Continuar a promover e a fomentar estudos e planos sobre as políticas relativas ao setor, é contribuir para o desenvolvimento e melhoria das pescas na região. É investir para que se possa ter um setor forte dinâmico e com garantias de futuro. Para além disso, é necessário, assegurar uma gestão integrada do setor e das nossas zonas costeiras, mediante políticas coordenadas e legislação adequada.

É fulcral continuar a contestar a proposta da Comissão Europeia que prevê a possibilidade de os armadores da frota industrial comprarem os direitos da pesca aos que se dedicam à faina artesanal.

Não podemos nem devemos apoiar o sistema livre de quotas transferíveis que, particularmente, nos Açores, traria prejuízo para a pequena pesca artesanal. A tendência seria a concentração e a criação de monopólios, trazendo consequências sociais muito graves para a nossa comunidade piscatória e para a economia local e regional.

Na reforma da Política Comum de Pescas, o Governo Regional tem que continuar a reivindicar junto da União Europeia uma proteção eficaz e eficiente dos bancos de pesca e montes submarinos dos Açores, através de mais restrições no acesso às águas da zona protegida, para que se dê prioridade à frota açoriana nestas áreas.

Temos que continuar a pugnar pelas 200 milhas da ZEE porque as 100 são insuficientes para os nossos interesses. Para além de terem pouca potencialidade em recursos piscatórios, têm criado problemas e alguma instabilidade económica no setor das pescas dos Açores.

Ao nível profissional, defende-se uma continuação da formação contínua que permita acompanhar a rápida evolução tecnológica que esta atividade apresenta, de modo a tirar todo o partido dos equipamentos que garantem uma pesca mais rentável e mais segura.

Na situação em que hoje nos encontramos, é importante ter a noção realística da situação dos nossos recursos piscícolas de modo a que possamos adaptar os nossos meios às condições necessárias.

É importante, neste momento, olharmos para a evolução estatística de algumas espécies, sobretudo as mais valiosas, de modo a que possamos tomar medidas concretas com o objetivo de transformar os *stocks* existentes em sustentáveis.

A frota tem de ser racionalizada e adaptada aos recursos, assim como as artes devem ser selecionadas de acordo com os recursos existentes.

A concorrência internacional ao nosso pescador tem-se acentuado, sobretudo por países que anteriormente não aplicavam os melhores processos de conservação de pescador. Mas, para que possamos continuar a apresentar um pescador de alta qualidade, temos de investir e melhorar a qualidade das nossas capturas, bem como nas condições de conservação em frio nas embarcações de grande porte.

Estas embarcações vão, cada vez mais, pescar para longe e por períodos de tempo maiores e, por isso, é necessário garantir que o pescador tenha qualidade, utilizando meios adequados. E os meios adequados são capturas rápidas e utilização de gelo e frio na conservação do mesmo.

Por tudo isso, o estudo aqui apresentado teve como objetivo a análise dos recursos existentes, o estado das pescas na região, bem como a viabilidade de implementação de novas políticas de defesa das espécies marinhas e de apoio a novas estratégias de intervenção e produção. Teve como população alvo cientistas e investigadores, associações do sector, armadores, entidades públicas e, em primeiro lugar, os pescadores.

Este relatório é composto por dezanove pontos, destacando-se as conclusões, recomendações e a nota final. Não pretende ser um documento com verdades absolutas, mas pretende ser um contributo sério para que todas as potencialidades das pescas possam ser otimizadas para benefício dos açorianos.

Disse.

Deputado Berto Messias (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

(O relatório referido encontra-se disponível para consulta através do link: [Relatório sobre matéria de interesse regional – “Pescas nos Açores”](#))

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, de acordo com o combinado em Conferência de Líderes e de acordo com o artigo 82.º do Regimento, segue-se um período de 10 minutos de perguntas, havendo-as.

Foi entendido, à partida, até porque também segundo o Regimento tem prioridade os partidos que não o do apresentante, que isso daria cerca de 2 minutos a cada Grupo ou Representação Parlamentar.

Tenho neste momento duas inscrições.

Vou dar a palavra por esta ordem. Dois minutos, pedidos de esclarecimento.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não posso dizer tudo aquilo que pretendia dizer, porque o tempo global da oposição é de 10 minutos e portanto, tenho apenas um minuto e meio.

Gostava de dizer-vos o seguinte. Vejo este relatório, que concordo genericamente com as ideias, tenho vindo aqui a defender e os outros partidos da oposição, portanto, isto fundamentalmente é, no âmbito deste setor, uma recolha das ideias que têm sido avançadas pelo conjunto da oposição ao longo desta legislatura e anteriores legislaturas. É uma espécie de autocrítica do Partido Socialista em relação ao caminho estratégico que tem sido seguido ao longo destes 15 anos, porque falar de sustentabilidade do setor, falar do Governo dos Açores é como o azeite e a água: não se podem misturar.

Deputado Duarte Moreira (PS): Já leu o relatório?

Deputado Berto Messias (PS): Não está a falar do relatório!

O Orador: São duas coisas que não é possível misturar, depois falar realmente das preocupações em terem uma frota de pesca equilibrada e falar do Governo Regional é também outra coisa que não é misturável, que não é compatível.

Portanto, um bom relatório, uma boa sessão de autocrítica, Sr. Deputado, e de facto também uma boa coletânea das ideias dos outros que são as ideias diferentes daquelas que têm vindo a ser aplicadas pelo Governo do Partido Socialista.

Portanto, aplaudo este relatório naquilo que ele é, que é a negação de 15 anos de políticas socialistas. A negação total e não foi preciso esperar pelos 100 dias.

Deputado Duarte Moreira (PS): Demagogia barata! Pura demagogia!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, permitam-me um esclarecimento.

Desde logo, nós aqui estamos a tratar da apresentação de um relatório e não da discussão de um relatório.

Portanto, isto leva ao entendimento, tal como se faz no artigo 81.º quando é a apresentação de um diploma, que se façam perguntas o mais sintéticas e objetivamente possíveis, porque este relatório vai à comissão e eventualmente voltará a esta câmara, aí sim, para discussão.

Agradecia, Sras. e Srs. Deputados, que tivessem isso em conta nas vossas perguntas.

Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

O relatório do Grupo de Trabalho do PS aqui apresentado é exaustivo, com muitas lacunas e vem reconhecer explicitamente a falha na gestão do setor das pescas, apontando medidas objetivas há muito reivindicadas pelos armadores e pescadores como é o caso, designadamente, da paragem com compensação e oxalá que esta medida não seja apenas para um ano eleitoral como aquele que estamos a viver.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Contudo, este relatório não pode servir para branquear o drama em que se vive no setor das pescas...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...apesar de todos os investimentos em infraestruturas, o que os pescadores querem saber é como sobreviver face à insuficiência dos recursos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Boa pergunta!

O Orador: Falar em aumentos das capturas de algumas espécies, como o atum e a lula, servirá apenas para dourar as estatísticas, pois são muitos os pescadores que vivem apenas das espécies demersais.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: O responsável pelas pescas com a sua gestão do setor é um dos responsáveis pela atual situação em que vivemos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É preciso ter em conta que a sobre-exploração de algumas espécies é o resultado de um erro político na atribuição excessiva de licenciamento de novos barcos,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ...sobredimensionando o setor, dado que foram atribuídas licenças para novas embarcações a pessoas que nem estavam ligadas às pescas e sem que se tenha registado o respetivo abate.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Faça um relatório o PSD!

O Orador: Só em 2010, 35 novas embarcações apareceram e quantas foram abatidas? Uma.

Deputado José do Rego (PS): Quantas eram, Sr. Deputado?

Presidente: Terminou o seu tempo.

Agradecia que terminasse mesmo, Sr. Deputado.

O Orador: Admito que essa situação é muito complicada e por isso mesmo este relatório devia falar, por exemplo, na situação em que se encontra a Lotação, uma situação calamitosa em termos financeiros. Zero o que está lá e é uma das grandes lacunas que apresentamos.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Apesar de ser exaustivo, muitas das ideias nós corroboramos com elas, no entanto, vamos ter oportunidade de analisar exaustivamente todas as propostas que contém.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Não vou fazer uma gravação. Não vou repetir o que já disse, mas o que eu disse é aquilo que corresponde ao Regimento.

Também percebi que há muita vontade de discutir este relatório. Certamente teremos essa oportunidade e aliás, é muito meritório que haja essa vontade, mas creio que não é este o momento regimental.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos ver se sou capaz e não saio fora da linha.

Primeiro comentário a frio relativamente a este relatório. Tão bonito!

Dizendo exatamente e reconhecendo aquilo que pescadores, armadores, entidades representativas, partidos políticos andam a dizer, aqui dentro e lá fora, há anos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): É o ato de contrição!

A Oradora: Portanto, a primeira conclusão seria esta. O grande destinatário deste relatório, deste magnífico relatório, é antes de mais de nada o Sr. Subsecretário das Pescas que tem andado estes anos a fingir que não ouve e já agora peço-lhe que finja que não é aquilo que aqui está.

Deputado Luís Garcia (PSD): Anda de chicote na mão instituindo medo no setor!

A Oradora: Dentro dos 2 minutos, ponto 18.4.

“Na União Europeia a gestão repartida (...) tem criado, sobretudo às regiões insulares, enormes dificuldades porque às Ilhas não são reconhecidas as suas especificidades próprias, no contexto europeu das pescas.”

Deputado João Costa (PSD): Onde é que já ouvi isso!

A Oradora: Em fevereiro de 2009, o Bloco de Esquerda entregou e foi aqui debatido e votado um projeto de resolução que recomendava a esta câmara, que reivindicasse junto do Governo da República a renegociação, dada a atual conjuntura política na União Europeia, de um regime de exceção da Zona Económica Exclusiva para a Região Autónoma dos Açores. Coisa que outros países fizeram no âmbito da revisão do Tratado de Lisboa.

Votação em plenário: Partido Socialista, contra; para o caso, PSD também contra;...

(Risos da câmara)

...PCP a favor; PPM a favor; CDS, abstenção. Vá lá!

Portanto, o que eu pergunto, Sras. e Srs. Deputados, no caso do Partido Socialista, é como é que conciliam este ponto 18.5, que é uma conclusão que nós subscrevemos, com há dois anos atrás de um voto contra um projeto de resolução e uma reivindicação tão clara, tão simples e tão visível?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Boa pergunta!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Deputada.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Refere-se a quê?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Gaspar, 3 perguntas muito simples.

Aquacultura, não é referida no relatório das pescas. É ou não é importante desenvolver esse setor e qual é a importância que se dá a isso?

Sustentabilidade das pescas. Lotação.

Deputado José do Rego (PS): Está lá, Sr. Deputado!

O Orador: É preciso esclarecer bem ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Estou a pedir esclarecimento.

Deputado Berto Messias (PS): E bem!

O Orador: Aquacultura. Lotaçor. Espada Pesca. São os 3 esclarecimentos que quero pedir ao Sr. Deputado Gaspar Lima.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Cingi-me ao relatório, mais nada!

Presidente: Não há mais perguntas.

Creio que dou a palavra ao Sr. Deputado José Gaspar Lima.

Contei, e estou feliz, 4 perguntas pelo menos.

Sr. Deputado José Gaspar Lima, tem 15 minutos para responder.

(*) **Deputado José Lima (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Relativamente às perguntas do Sr. Deputado Artur Lima quero dizer-lhe que, de facto, no relatório falamos na aquicultura, que é importante para o desenvolvimento das pescas nos Açores, falamos na Lotaçor e falamos também na Espada Pesca, relativamente ao interesse que esta empresa tem em ter capital social juntamente com as associações para levar a valorização do pescado mais longe.

Queria dizer à Sra. Deputada Zuraida Soares que não é assim que a senhora consegue votos junto dos pescadores.

Deputada Zuraida Soares (BE): Está preocupado?

Deputado Mário Moniz (BE): Não estamos em campanha eleitoral!

O Orador: A mim isso não me preocupa.

Quero dizer a Vs. Exas. que fizemos um relatório digno, ouvimos todas as pessoas que devíamos ouvir.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é essa a pergunta!

O Orador: Quero dizer-lhe que além de todas as outras preocupações e de todo o trabalho que os governos regionais do Partido Socialista têm feito nesta área, continua a ser a preocupação do Governo Regional e desta bancada, deste

Grupo Parlamentar do PS, as políticas da comunidade europeia relativas às pescas. Por isso, está definido no relatório (se a senhora leu com atenção) o que pretendemos com isso.

Queria dizer também que todos nós temos por obrigação fazer tudo o que deve ser feito para manter umas pescas sustentáveis e ao mesmo tempo trazer mais-valias aos pescadores e a todos aqueles que dependem desta atividade.

Deputada Zuraida Soares (BE): De acordo. Subcrevo!

O Orador: Por isso, o relatório está muito explícito nestes assuntos. Será entregue ao Governo. Nós faremos dele o que deveríamos ou o que deveremos fazer e vamos tentar fazer algo dele. O Governo entenderá fazer dele o que bem entender, porque depois de a gente ouvir a Federação das Pescas, Associação de Comerciantes, cientistas, alguns pescadores, gente interessada na matéria, acho que tem aqui matéria importante para se fazer algo sobre as pescas.

Deputada Zuraida Soares (BE): E têm! É preciso é fazer.

O Orador: Não venham minimizar um relatório que levou alguns meses a trabalhar e que deu trabalho a uma equipa, que se esforçou bastante para o fazer.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas quem é que desmereceu o relatório?

O Orador: E mais digo. Relativamente ao PSD, que enquanto a gente andou aqui a apresentar o relatório, diziam que já tinham dito isso há muito tempo.

Eles foram os assassinos da pesca nos Açores!

Acabaram praticamente com as embarcações nos Açores. Houve ilhas como a Graciosa, São Jorge, o Pico, que praticamente ficaram sem pescadores e sem nada e agora vêm dizer que já tinham apresentado tudo.

Srs. Deputados, tenham um bocadinho de consciência, olhem para a sua memória, virem as costas para trás e vejam alguma coisa.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para um protesto.

Presidente: Vou dar-lhe, porque quando todos iniciaram considerações subjetivas, eu vejo perguntas objetivas. Também tiveram algumas respostas mais subjetivas.

Tem 3 minutos, Sr. Deputado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não são subjetivas. É de ataque!

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É um protesto porque acho que o Sr. Deputado Gaspar Lima se excedeu. Todos nós atacamo-nos uns aos outros, somos adversários, faz parte da dialética parlamentar, mas dizer que alguém foi assassino é algo que excede um bocadinho aquilo que é razoável.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Veja o contexto em que foi dito!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Assassino das pescas, qual é o mal?

O Orador: Penso que...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ...os responsáveis pelas pescas do tempo do PSD terão feito coisas positivas e coisas negativas.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): O pior é que foram mais negativas do que positivas!

O Orador: Certamente os futuros responsáveis pelas pescas do PSD farão outras positivas e outras negativas.

Os responsáveis pelas pescas do Governo socialista fazem coisas positivas, outras negativas.

Agora uma coisa é certa, é este momento e aproveito agora para o dizer. O que é verdadeiramente grave não é aquilo que o senhor disse agora. Isso aí faz parte da dialética parlamentar. O que é verdadeiramente grave é o clima de medo. Repito: o clima de medo que os senhores instalaram no setor das pescas nos Açores...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): É preciso ter lata!

O Orador: ...em que quem crítica o Sr. Secretário arrisca a sofrer represálias e quem lhe diz sempre que sim, aí, tem os seus problemas todos resolvidos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É verdadeiramente o clima de medo que se vive no setor das pescas nos Açores.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: É verdadeiro clima de medo que naturalmente...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Medo e fome! O senhor não aparece em porto nenhum!

Deputado José Lima (PS): O senhor é que não aparece lá. Não aparece em porto nenhum!

O senhor é uma pessoa mentirosa nessa aérea!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, olhe para ali!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Duarte Freitas faça favor de terminar.

O Orador: Já termino.

O que verdadeiramente é muito preocupante é este clima de medo que está instalado no setor das pescas dos Açores, em que as pessoas sofrem represálias e se escondem das câmaras da televisão...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é verdade!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Não apoiado!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...com receio de represálias por parte do responsável pelas pescas nos Açores.

Isso é que é verdadeiramente grave nesta região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Sr. Deputado Clélio Meneses pede a palavra para?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Tenho direito à defesa da honra! Fui chamado de mentiroso e eu não admito!

Presidente: Sr. Deputado, não ouvi nada disso.

Estava no uso da palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas. O Sr. Deputado fez um protesto.

O Sr. Deputado José Gaspar Lima tem direito a um contraprotesto.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Gaspar Lima para o seu contraprotesto.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Serei muito breve para dizer o seguinte.

O Sr. Deputado José Gaspar Lima limitou-se...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ontem chamaram-me isso, hoje não se pode?!

Deputado António Marinho (PSD): A única diferença é que o senhor ontem foi mesmo mentiroso!

E o Sr. Presidente do Governo Regional não o deixou falar depois!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Faço um apelo à serenidade e à elevação no nível dos nossos trabalhos.

Sr. Deputado Berto Messias faça favor.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para fazer o contraprotesto em nome da bancada do Partido Socialista.

O Sr. Deputado José Gaspar Lima limitou-se, única e exclusivamente, a fazer uma constatação política, tendo em conta a forma como ficou o setor das pescas no fim do ciclo governativo do PSD/Açores nos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Foi só isso que foi constatado.

Registo também, tendo em conta a intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas, a tentativa de número mediático para tentar disfarçar o incómodo pelo facto do

PS ter feito um trabalho sério, dado contributos sérios na área do setor das pescas e o Sr. Deputado denota uma espécie de inveja pelo facto de, ao longo dos últimos anos, não ter conseguido feito e dado um único contributo válido na área das pescas.

Deputado João Costa (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: E também constato, para terminar, esta tentativa de recuperar a narrativa de falta de oxigénio nos Açores e de falta de liberdade nos Açores.

Sr. Deputado Duarte Freitas, Sras. e Srs. Deputados, toda a gente sabe nos Açores que hoje, felizmente, respira-se liberdade...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vive-se melhor!

O Orador: ...e democracia na nossa região, muito ao contrário...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

...daquilo que se vivia aqui antes de 1996.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Deputado, nos Açores é liberdade condicional!

Deputado Berto Messias (PS): Isso era de primeiro!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos acalmar, senão isto não é possível.

O Sr. Deputado Clélio Meneses pede a palavra para?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Para defesa da honra.

Presidente: Tem 3 minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis entre as bancadas)

O Orador: Como todos sabemos, sentimos e vivemos, o debate político pode ser mais ou menos quente, o debate político pode ser mais ou menos intenso,

mas em política, para mim (e estou certo que para a maioria dos Srs. Deputados, senão para todos), não vale tudo.

Deputado José Lima (PS): O senhor disse em aparte que tenho medo de aparecer nos portos, que não ia aos portos. Isso é mentira!

O Orador: Em aparte...

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, faça favor de concluir.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Devia ter protestado ontem pelo seu colega Marinho.

O Orador: Posso continuar?

Deputado Berto Messias (PS): Faça lá o seu número mediativo! Faça lá o seu circozinho normal!

Deputada Catarina Furtado (PS): Não se esqueça que o seu colega disse isso ontem!

O Orador: Sr. Presidente, é que mais lamentável do que a postura do Sr. Deputado que nesta casa disse textualmente “o senhor é uma pessoa mentirosa”, é a postura da liderança do Grupo Parlamentar do PS, que sustentando isso, ainda tenta ridicularizar a honra do deputado ...

Presidente: Sr. Deputado, faça a defesa da honra.

O Orador: Com certeza.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Devia ter protestado ontem, pelo seu colega António Marinho!

Deputado António Marinho (PSD): Chamei de pessoa mentirosa porque ele tinha mentido.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Sr. Deputado Clélio Meneses está a usar a figura regimental da defesa da honra. Tem 3 minutos para tal.

Faça favor de continuar.

O Orador: O Sr. Deputado Gaspar Lima, em aparte, disse textualmente, dirigindo-se a mim, que eu era uma pessoa mentirosa.

Há uns que dizem e há outros que aceitam.

Eu não aceito que faça essa referência pessoal à minha pessoa e por isso faço legitimamente, é um dever que eu tenho, de ver defendida a minha idoneidade, eu não sou uma pessoa mentirosa, nem posso aceitar que o senhor diga isso impunemente. O parlamento não existe para isto. Nenhum deputado que está aqui foi eleito nem para dizer que o outro é uma pessoa mentirosa, nem para aceitar isso.

Eu pessoalmente não aceito que faça essa referência, sobretudo numa dimensão pessoal.

Há uns que aceitam, eu não aceito.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é para o seu colega!

O Orador: E por muito que os senhores queiram fazer permanentemente do ataque pessoal uma arma política,...

Deputado António Parreira (PS): O que é que o senhor aceita?

O Orador: ...eu rejeito isso, porque não é essa a minha postura nem a minha convicção, nem foi para isso que fui eleito.

Se os senhores pensam que foram eleitos para chamar nomes às pessoas...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Deputado, olhe para a sua bancada e use o mesmo critério!

É preciso ter lata!

O Orador: ...fica na vossa responsabilidade.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Devias ter protestado ontem!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não aceito. Se ele aceita, eu não aceito!

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Deputado Hernâni, calminha!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não sei se o Sr. Deputado José Gaspar Lima quer dizer qualquer coisa.

Muito bem.

Sr. Secretário Regional da Presidência pediu a palavra para uma interpelação.

Tem 3 minutos, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Faça favor de continuar.

O Orador: Solicitei a palavra ao abrigo desta figura regimental para naturalmente me insurgir, em nome da bancada do Governo, em relação à forma como o Sr. Deputado Duarte Freitas classificou a política de pescas do Governo e o ambiente que se vive nas pescas nos Açores.

Presumo que foi uma exaltação, um exagero...

Deputado João Costa (PSD): Não, não!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não foi, não! Presume mal!

O Orador: ...do debate político, no fervor do debate político e que não terá sido premeditado.

Mas o facto é que não corresponde minimamente nem à atuação política do Governo nesta como noutras áreas, nem aos resultados que têm sido obtidos pela atuação do Governo nesta como noutras áreas, nem à postura habitual do Governo Regional dos Açores e dos governos do PS até esta data na região.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Medo e fome!

O Orador: O Sr. Deputado Duarte Freitas faz parte duma escola política que sabe o que é o medo na governação, sabe usar o medo na governação.

Nós fazemos parte de uma tradição diferente, daquela tradição que acabou com o medo do Governo, que acabou com o medo do poder, que deu ar às pessoas e que trouxe a esta região a capacidade das pessoas se exprimirem livremente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Deputado João Costa (PSD): Que lata! Nem sabem o que estão a dizer!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Parece que estamos num regime militarista!

O Orador: E se outro índice não houver, se outra forma não houver de verificar que existe plena liberdade nas pescas, como noutros setores, basta ver os serviços noticiosos, televisivos, radiofónicos e jornais, onde toda a gente aparece a dizer mal da política de pescas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E escondem-se!

O Orador: Aqueles que querem, aparecem a elogiar algumas medidas da política de pesca, toda a gente diz o que aprove a cada um, o que cada um quer dizer e não há por isso problema nenhum.

Deputado João Costa (PSD): Não há consequências nenhuma?

O Orador: Há, naturalmente, e haverá sempre pessoas descontentes com a atuação dos poderes públicos, como há a nível autárquico, a nível camarário.

Há pessoas que também gostavam, naturalmente, de ganhar mais dinheiro com a sua atividade laboral. Há pessoas nas pescas que mereciam ganhar mais dinheiro com a sua atividade laboral. Há pessoas que estão descontentes com a relação entre o que tiram da atividade e a quantidade de trabalho que investem. Isso é tudo plenamente legítimo, natural.

Há também pessoas que no setor, protagonizando por via...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Secretário.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Onde é que está o protesto?

O Orador: ...da sua responsabilidade associativa, têm tempo de antena por essa via. Aproveitam para fazer enredos, aproveitam para justificar omissões, ações menos positivas, mas mesmo esses fazem-no no uso de total liberdade...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Tal e qual!

O Orador: ...e até com acesso muito facilitado aos meios de comunicação públicos, inclusivamente, o que só atesta que nesta região...

Deputado João Costa (PSD): Total desespero!

O Orador: ...quem é contra o Governo diz e faz o que quer.

Deputada Zuraída Soares (BE): O problema é que não é o Governo!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem, querendo, 3 minutos para um contraprotesto.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Para um contraprotesto, Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou repeti-lo esperando que possa ser compreendido na plenitude da intenção das minhas palavras.

Vou repeti-lo com toda a calma e segurança nas minhas ideias.

Existe nos Açores, no setor das pescas, um clima de medo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não apoiado! Não é por ação do Governo!

Deputada Cecília Pavão (*PSD*): Tem que provar Sr. Deputado!

O Orador: Repito: existe nos Açores, no setor das pescas, um clima de medo. Sr. Secretário, eu não o disse no calor do debate, não o disse no risco de um excesso. Disse-o com toda a convicção...

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): E fundamentou em quê? Concretize!

O Orador: ...e com todo o conhecimento das pessoas que nos procuram e nos dizem “vocês sejam os nossos porta-vozes, que nós não podemos aparecer”, saem da frente das câmaras de televisão quando nós estamos junto de pescadores. É isto que se passa.

Não estou, e neste quadro regimental, não é possível os nossos colegas de outras bancadas partidárias pronunciarem-se, mas estão aqui. Todos eles já perceberam pela sua linguagem corporal que existe de facto, e eles concordam, medo no setor das pescas nos Açores. Não é o PSD que está a dizê-lo sozinho. Isto existe. Infelizmente, neste setor, existe medo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Quando e onde foi?

O Orador: É uma das coisas que temos que terminar. Se não terminar antes de outubro, a seguir a outubro tem de terminar, certamente. Tem que deixar de haver qualquer resquício de medo, de receio, dos poderes instituídos nesta região autónoma e o caso das pescas, neste caso, é paradigmático.

O Sr. Subsecretário Regional das Pescas instalou um clima de medo no setor...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não é verdade!

O Orador: ...e de represálias para quem não concorda em absoluto consigo.

Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*): Diga um caso concreto!

O Orador: Digo com toda a calma, com toda a segurança, com toda a tranquilidade, mas também com toda a frontalidade.

Está instalado um clima de medo no setor das pescas nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplauso dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agora gostava de falar, se fosse possível.

Sras. e Srs. Deputados, volto a fazer um apelo a todos os protagonistas deste parlamento para que o debate seja feito com firmeza, com vivacidade, com frontalidade, mas também com elevação e com serenidade.

Acho que isto é fundamental para que este parlamento funcione efetivamente e para que a democracia se cumpra. Isso depende de todos nós. Por isso, o apelo é geral e espero que seja devidamente atendido.

Vamos passar ao ponto seguinte.

Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, Sra. Deputada.

Retomamos os nossos trabalhos às 16 horas e 30 minutos.

Até já.

(Eram 16 horas e 02 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 16 horas e 41 minutos)

Vamos prosseguir na Agenda com o ponto 3 de hoje: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/2011 – “Aprova o Código da Ação Social dos Açores”**.

Para apresentar o diploma dou a palavra à Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade.

Tem a palavra, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Código da Ação Social dos Açores surge da necessidade de consolidar num único diploma os princípios gerais e as linhas de orientação de todos os atos e procedimentos administrativos no âmbito da ação social.

Este Código estabelece os princípios gerais do regime jurídico da ação social nos Açores, regulamenta o licenciamento, a fiscalização de serviços e equipamentos sociais, a cooperação entre a região e as entidades privadas sem escopo lucrativo, bem como o respetivo regime contraordenacional. Prevê ainda as bases gerais para a regulamentação dos produtos de apoio, do Fundo de Socorro Social, dos programas de incentivo à iniciativa privada, no âmbito da ação social e institui o sistema de informação e apoio à decisão social.

Paralelamente este Código inscreve-se num âmbito mais global, que é a reforma da segurança social, que já teve a apresentação e a respetiva aprovação do Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Má hora!

A Oradora: ...e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, prevendo-se agora depois da apreciação e respetiva aprovação do diploma também a implementação da plataforma para a informação e apoio da decisão social que naturalmente vai trazer muito mais celeridade ao desenvolvimento da atividade da ação social na região e concomitantemente resolver mais rapidamente os problemas das famílias.

Por outro lado, também gostaria de referir e de sublinhar a importância que este diploma tem e o trabalho também realizado pela Comissão dos Assuntos

Sociais. Naturalmente que todas as alterações que foram produzidas são bem-vindas e naturalmente que essas alterações melhoraram o diploma e, nesse sentido, o Governo congratula-se com esse trabalho realizado na Comissão dos Assuntos Sociais.

É isto, para uma primeira intervenção, que tenho a dizer, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito breve.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho inscrita a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apreciamos hoje uma iniciativa do Governo Regional que fixa as principais linhas orientadoras pelas quais se passam a reger os diferentes intervenientes no âmbito da prestação de apoios sociais nos Açores.

Congratulamo-nos por constatar que este novo enquadramento tem por base critérios de sustentabilidade, mas também de qualidade na ação social e assenta em princípios como a proximidade da intervenção, a qualificação e integração de todos os cidadãos, a valorização das parcerias, a desburocratização e eficiência na prestação dos apoios, sem prejuízo da promoção da qualidade destes mesmos apoios e da adoção de instrumentos de gestão dos recursos públicos mais eficazes, salvaguardando sempre uma perspetiva de todos quantos usufruam de apoios sociais, que os valorizam enquanto pessoas, atendendo ao seu todo, com necessidades ao nível de múltiplas respostas sociais.

É um documento que assume as consequências desta opção ao nível da organização e gestão dos recursos disponíveis, designadamente através do princípio do Balcão Único.

Reassume-se a ação social enquanto tarefa partilhada pela administração central, regional, local, instituições particulares, entidades públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, fomentando o envolvimento de todos os setores da

sociedade numa perspetiva de corresponsabilização e propõe-se um regime enquadrador da cooperação entre o Governo Regional e estes diferentes parceiros.

Confere-se a todas as partes maior autonomia, maior liberdade de gestão, maior acompanhamento, reforçando a salvaguarda da qualidade dos apoios prestados como anteriormente já referi, designadamente através da definição de condições técnicas de instalação e de funcionamento, de mecanismos de certificação da qualidade, de definição de deveres das entidades envolvidas na prestação de apoios sociais, de procedimentos de licenciamento da respetiva atividade, de procedimentos de vistoria e de certificação da resposta social.

Estabelece-se regras que norteiam a cooperação entre a administração regional autónoma e as instituições particulares de solidariedade social, numa lógica de responsabilização contratualizada, definindo também o procedimento contratual, incluindo obrigações das partes contratantes e adotando critérios para a atribuição de financiamento com base em contratos de valor eventual, valor investimento e valor cliente.

Opta-se por fundamentar o financiamento a atribuir às instituições no serviço prestado ao cidadão em função do tipo de resposta social, designado por valor padrão, da população atendida, das suas necessidades específicas e da necessidade quer de instalações, quer de recursos humanos para assegurar essa resposta.

São igualmente propostos novos instrumentos e mecanismos de acompanhamento, avaliação e fiscalização, numa lógica de maior aproximação às instituições e aos cidadãos por elas apoiados, de correção atempada das dificuldades e de divulgação de boas práticas, numa perspetiva de promoção da qualidade.

Propõe-se ainda novos instrumentos de comunicação entre os diferentes intervenientes, designadamente o sistema de informação e apoio à decisão social, como o que se assume como ferramenta de informação da decisão dos cidadãos no acesso aos apoios sociais, mas também de informação às

instituições na definição dos seus projetos específicos e de informação à decisão política na gestão da rede social e na definição de prioridades de investimento.

Na opinião do Grupo Parlamentar do Partido Socialista estamos, portanto, perante um documento estruturante para toda a rede social da região, disciplinador da relação entre os diferentes intervenientes e promotor dos direitos de todos os cidadãos que por um motivo ou por outro precisam de aceder a qualquer apoio social.

Perante um diploma desta natureza não podemos deixar de lamentar o aproveitamento mediático de que tem sido alvo e que repetidas vezes o têm reduzido ao seu artigo que à data seja mais controverso, quer se trate das PPP's, ou da responsabilidade social das empresas, como se fosse essa a essência deste diploma.

Chegou-se mesmo a anunciar a sua análise e aprovação nesta Assembleia antes desta ter acontecido,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: ...como se constata pela capa de um jornal diário de hoje. Um facto verdadeiramente reprovável.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Prova de que alguém vê a comunicação social.

A Oradora: A terminar, gostaria de salientar e louvar o envolvimento de todos os partidos políticos representados nesta casa, o envolvimento que tiveram (repite) em sede de Comissão de Assuntos Sociais, o contributo que deram para a melhoria deste diploma, que sairá, como a Sra. Secretária já o referiu, certamente melhorado depois desta discussão e depois desta análise.

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Gomes** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A primeira palavra que o PSD quer deixar neste debate a propósito da ação social nos Açores é uma palavra de agradecimento, de estímulo, de incentivo às

IPSS's dos Açores pelo seu extraordinário trabalho da ação social desenvolvida em redor das nossas 9 ilhas.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Muitas vezes sem grandes recursos, mas sobretudo sempre com uma grande generosidade de um conjunto de cidadãos que voluntariamente dão o melhor do seu tempo, o melhor do seu esforço em favor dos outros. Estas instituições merecem da parte do PSD uma palavra de incentivo, uma palavra de estímulo, e sobretudo, uma palavra de agradecimento num momento em que se debate um Código da Ação Social.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, o PSD porque quer ter seriedade neste debate, como sempre em todos os debates, não deixa de reconhecer também o esforço que o Governo Regional do Partido Socialista tem feito ao longo dos últimos anos no apoio às IPSS's e, sobretudo, ao nível dos equipamentos, das instalações, que é um esforço que tem melhorado muito a nossa rede de apoio social nos Açores.

Seria injusto não o reconhecer e é rigoroso dizê-lo aqui com esta clareza.

Em terceiro lugar, o PSD quer dizer que este Código, ou este projeto de Código, é ambicioso nos seus objetivos, mas pobre, muito pobre nos seus resultados.

A importância da rede social que existe nos Açores, que serve mais de 30 mil pessoas, merecia um outro tipo de iniciativa legislativa. Sobretudo uma iniciativa legislativa que não tivesse no preâmbulo, desde logo, a estranha ambição de se autoproclamar como inovadora, como diferente, dizendo que este Código de facto é um Código novo no plano nacional, quando verdadeiramente este Código não é mais do que uma compilação de um conjunto de diplomas relativos à área da ação social e nem sempre boa em muitas matérias.

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Para a história deste diploma, para a história desta iniciativa fica aquilo que o Partido Socialista não quer reconhecer: o seu enorme recuo, dele e do Governo Regional, em duas questões essenciais.

A primeira tem a ver com as Parcerias Público Privadas e a segunda tem a ver com a obrigatoriedade que o Partido Socialista queria impor às empresas com mais de 100 trabalhadores de abrirem um conjunto de equipamentos sociais, nomeadamente creches, agravando os seus custos num momento de enormes dificuldades que os Açores e o país vivem.

O PSD há um ano atrás disse com toda a clareza e denunciou publicamente que este Código da Ação Social vinha propor e vinha possibilitar a criação de novas Parcerias Público Privadas na área da ação social.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O PSD não! O Dr. Marques Mendes!

O Orador: O Partido Socialista e o Governo rapidamente se apressaram a dizer que o PSD, com a litania do costume, não percebia nada do que estava a falar, não tinha estudado o assunto...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E é verdade!

O Orador: ...e de facto não havia aqui nenhum indício de Parcerias Público Privada.

Deputados João Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O que é verdade é que um ano depois o Partido Socialista vem dar razão ao PSD e vota a proposta do PSD que elimina todo o capítulo das Parcerias Público Privadas deste Código.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Se não votasse era porque era do PSD, se vota não devia votar.

O Orador: Um ano depois o PS, e diremos nós muito bem, dá razão ao PSD também na questão da obrigatoriedade da instalação das creches nas empresas com mais de 100 trabalhadores e acaba por deixar cair esta obrigatoriedade para uma fórmula bem mais consentânea com a realidade que é aquela que impõe à região o estímulo e o apoio a estas empresas quando instalarem equipamentos de apoio social nas suas próprias instalações.

Há dois dias atrás, neste parlamento, pela voz do Sr. Vice-Presidente da bancada do Partido Socialista, Deputado Francisco César, que hoje aqui não se

encontra, foi dito e vou citar: “O PS não aceita mais austeridade para os Açores.” Fim de citação.

Porém, o PS, este mesmo PS, que diz não aceitar mais austeridade para os Açores, não hesita em impor mais austeridade aos açorianos com este Código da Ação Social.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PS que gosta de invocar o estado social, que se arroga mesmo da defesa do estado social, dos direitos adquiridos na área social...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...com este Código da Ação Social abre caminho ao agravamento das participações dos utentes, das famílias e das pessoas nos serviços da ação social...

Deputada Catarina Furtado (PS): Onde é que o senhor viu isso?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já os senhores no continente fazem diferente!

O Orador: ...prestados por toda a rede da ação social nos Açores.

Este Partido Socialista e este Governo Regional que gostam de exhibir, como fizeram ainda esta semana, uma alegada boa saúde das finanças públicas regionais, não hesita em fazer deste Código uma forma de agravar os pagamentos das famílias por uma ação social da qual se vai demitir parcialmente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Numa altura de crise!

O Orador: Numa altura de crise, numa altura de dificuldade económica o Partido Socialista não hesita em aumentar aquilo que as pessoas têm de pagar, aquilo que as famílias vão ter de pagar pela ação social prestada a IPSS's dos Açores, seja numa creche, seja num ATL, seja num outro tipo de serviço prestado na rede de apoio social dos Açores.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Só demagogia!

O Orador: Este Código, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, tem uma visão com a qual o Partido Social Democrata não concorda.

Este Código impõe uma visão dirigista da ação social, ignorando o papel das IPSS's e o espaço de liberdade que elas devem ter e que lhes deve ser assegurado pelo Estado e pela região.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Outra vez a mesma coisa!

O Orador: A ambição dirigista deste Código é tão grande que o Código até invade teimosamente a autonomia, o Código invade a autonomia do poder local para impor regras quanto à ação social, perante a justa, razoável e legal invocação feita pela Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores no parecer que deu em relação a esta iniciativa legislativa.

É tal a vontade de dirigir a ação social dos Açores que nem a autonomia do poder local o Partido Socialista atendeu.

Nada o faz deter-se.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Para além disso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, este Código rejeita a intervenção da Assembleia na definição de um conjunto de matérias estruturante, centrais, essenciais na definição da ação social nos Açores, remetendo a sua definição, em relação a valores, em relação a apoios, para meros atos regulamentares do Governo Regional.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Lá fora é diferente!

O Orador: Esta tem sido uma postura recorrente do Governo e do Partido Socialista em relação à qual o PSD tem sido sempre firme e absolutamente claro. Tem rejeitado tal opção legislativa porque entende que em nome da transparência, da certeza e da segurança, estas matérias devem ser decididas no local apropriado que é a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Um ano depois, este Código da Ação Social dos Açores tornou-se apenas um Código, deixou cair a parte social.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Verdadeiramente este é um Código da penalização social das famílias.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

(Apartes entre as diversas bancadas)

O Orador: Espero não estar a interromper os apartes dos meus colegas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sr. Presidente, antes de mais não sei se vale a pena estarmos a ter aqui esta discussão, porque pelo que foi noticiado hoje no Correio dos Açores isto já aconteceu ontem e resultou numa grande vitória do PSD, que levou o parlamento a deixar cair a proposta governamental, aprovando a versão social-democrata...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É verdade! Muito bem!

O Orador: ...o que não corresponde inteiramente à verdade, porque a versão foi a consensualizada e resultou da fusão de duas propostas, uma do PSD e uma do PS, para repormos aqui a verdade dos factos.

Eu, pessoalmente, estou muito curioso para ver a continuidade deste jornalismo “zandinga” e para ler a manchete do Correio dos Açores na véspera das eleições regionais para saber de antemão os resultados.

Vamos então falar daquilo que nos traz aqui. De facto a discussão ainda não aconteceu e obviamente que este exercício jornalístico é um exercício lamentável...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nem vou abrir a boca porque o Correio dos Açores diz que eu não disse nada!

O Orador: ...e que, obviamente, esperemos que não tenha continuidade.

Imaginem, Sras. e Srs. Deputados, que com toda a urgência que o Partido Socialista punha na discussão deste diploma há um ano ele tinha sido discutido em plenário e tinha sido aprovado na sua forma original. Estaríamos já a alterá-lo, tal a profusão de alterações que se revelaram necessárias.

Portanto, a pressa era má conselheira e, obviamente, que neste momento foi possível melhorá-lo graças ao meritório trabalho da Comissão de Assuntos Sociais, mas que obviamente não é suficiente para que este diploma atinja os propósitos a que se destina.

O diploma é de facto ambicioso, resulta de uma fusão de legislação fragmentada desde os primórdios da nossa autonomia, que, nalguns casos, estava desajustada, era péssima e fez-se uma fusão que, no geral, é má.

Mas, em abono da honestidade intelectual, convém dizer que alguns princípios são válidos neste Código da Ação Social e vou aqui enunciá-los com toda a assertividade e de uma forma breve.

Desde já a fusão da legislação que estava fragmentada. Parece-nos um bom princípio que tem sido seguido, aliás, noutros diplomas ao longo desta legislatura.

O reconhecimento de que é necessário um novo paradigma por imperativos da conjuntura económica e que há que tentar salvaguardar a qualidade das respostas sociais no pressuposto de uma gestão mais rigorosa e eficiente dos dinheiros públicos.

Parece-nos um bom princípio, não nos parece é que as armas sejam adequadas nesse sentido.

Consubstanciar uma articulação da Lei de Bases da Solidariedade Social com as idiosincrasias da região é obviamente uma necessidade de adaptar às nossas especificidades regionais.

Abrir a ação social à iniciativa privada. Parece-nos também um bom princípio.

Outro excelente princípio é o princípio do Balcão Único para simplificar, agilizar, desburocratizar, acelerar procedimentos, etc., alicerçado na criação de um sistema de informação e apoio à decisão social numa nova plataforma informática que não se sabe quando é que vai ser criada, quanto é que vai custar e que, obviamente, avaliando outras experiências de informatização deste Governo, não augura nada de bom, porque ainda hoje falámos de manhã da informatização da saúde e obviamente que o histórico do Governo do Partido Socialista, relativamente à informatização, não é nada abonatório. O princípio obviamente é bom na perspectiva de que simplificará a vida ao cidadão que precisar da resposta social.

Assume que é preciso maior rigor, maior fiscalização e auditorias, o que de facto é o assumir do que não se tem feito bem e isto é grave.

Explana de forma clara as consequências do incumprimento e tenta introduzir mais transparência.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é outra questão, Sr. Deputado!

O Orador: Em termos de princípio é também muito bom.

Agora há dois aspetos em que se alicerça este novo paradigma, que é aqui invocado, e que nós rejeitamos liminarmente e que para o Partido Socialista são incontornáveis.

A questão do cliente consumidor, a substituição do conceito de utente beneficiário, que até agora vigorava e vigora na República, que obviamente denuncia toda a mercantilização do setor.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputada Zuraída Soares (BE): O CDS/PP está muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem! Era o que eu estava para dizer!

O Orador: Diz a Sra. Secretária que esta alteração se impunha, porque o utente beneficiário era um estigma.

Ora, Sra. Secretária, para nós cliente consumidor é que gera um estigma. Analisamos o cidadão do ponto de vista económico e não enquanto beneficiário, que é o que realmente interessa.

Outro aspeto que é nuclear a este diploma e com o qual não podemos concordar, até porque contraria os princípios em que ele se alicerça, é o valor padrão.

O valor padrão, no fundo, é padronizar à escala regional, do Corvo a Santa Maria, aquilo que não é padronizável.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Exatamente, do Corvo a Santa Maria!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente!

O Orador: O preâmbulo da iniciativa fala especificamente em idiosincrasias regionais.

Sras. e Srs. Deputados:

O traço idiosincrático desta região é a sua multiplicidade. Tentar padronizá-lo é um contra censo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Até parece que os senhores não são os responsáveis pela segurança social no continente!

O Orador: O que resulta deste Código da Ação Social, em primeira análise, é que implicará um maior custo para as famílias, para os cidadãos numa conjuntura em que isso se revela inoportuno.

Penaliza essencialmente a classe média e vai no mesmo sentido que as taxas moderadoras.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária do Trabalho e da Solidariedade.

(*) **Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este mapa que tenho aqui é o retrato da segurança social nos últimos 10 anos e queria referir alguns indicadores relativos às valências sociais entre 2000 e 2009, exatamente para contrariar a opinião vinculada pelo Sr. Deputado Pedro

Gomes, que de facto nos habituou a estas lições de retórica e demagogias que não são baseadas nos factos reais.

Deputado João Costa (PSD): Grande argumento!

A Oradora: Portanto, esta vontade de agora dizerem que o Código da Ação Social vai trazer agravamento às famílias não é de todo verdade.

Deputado João Costa (PSD): Pelos vistos não é único a dizer isso!

A Oradora: Sr. Deputado, estive calada enquanto os senhores estiveram a falar...

Deputado João Costa (PSD): É o seu direito!

A Oradora: ...e gostava que também me deixasse falar, porque isso é que é um ato de democracia plena e aqui nesta casa, sobretudo, todos nós temos o dever e a obrigação de saber ouvir.

Deputado João Costa (PSD): Mas pelos vistos a Sra. Secretária não ouviu o Sr. Deputado do CDS/PP!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Então é assim.

Em 2000 existiam 26 respostas sociais. Estamos a falar de 2000, não estou a falar de 96. Só para chegar ao resultado de que as famílias, de facto, não têm tido, nem estão a ser penalizadas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E as dívidas que estão por pagar?

A Oradora: Em 2009 eram 52. Crescimento 100%.

Número de equipamentos em acordos de cooperação: 376; em 2009, 686. Crescimento: 82%.

Capacidade instalada, utentes ou clientes (lá vamos explicar por que é que foi essa a opção): 15.598; em 2009, 28.408, um aumento também de 82%.

Custos de exploração total: 21 milhões e meio em 2000; 60 milhões em 2009. Um aumento de 182%.

Assim se percebe porquê. Porque os trabalhadores das IPSS's foram remunerados positivamente,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): São mais 21 milhões de euros que os senhores têm de pagar!

A Oradora: ...então é por isso que, de facto, o sistema hoje custa mais dinheiro.

Peso de custos fixos com pessoal nas IPSS's: em 2000 significava 76,7%; em 2009 significou 81,4%.

Comparticipação das famílias. Elevo a voz só para que todos aqueles que nos ouvem fiquem com este dado que é fundamental para, de facto, negar as afirmações do Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Em 2000 a responsabilidade da participação financeira nas IPSS's e Misericórdias dos Açores significava 18,6%; em 2009 significou 14,1. Então quem é que fala verdade sobre esta matéria, Sr. Deputado?

Deputada Benilde Oliveira (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Demagogia pura o que o senhor afirmou, porque o senhor não tem dados nenhuns para afirmar. Isto é um estudo que foi feito por uma empresa nos Açores e a participação e o custo por utente e o valor padrão...

Deputado João Costa (PSD): É este estudo, não é Sra. Secretária?

Deputado Pedro Gomes (PSD): É este estudo, Sra. Secretária?

A Oradora: Eu sei que o senhor tem essa tática de utilizar, sem recorrer àquilo que são as competências, de obter os estudos que nem sequer estão divulgados, matéria essa que o PSD já nos habituou. Mas quanto a isso alguém há de fazer esse julgamento algum dia.

Deputados Costa Pereira e Luís Garcia (PSD): Era segredo!

A Oradora: Não é segredo. Os senhores têm a via do requerimento, mas têm sempre forma de o obter sem ser por requerimento ou por o solicitarem em comissão.

Deputado João Costa (PSD): Mas há requerimentos que demoram muito tempo a ser respondidos.

A Oradora: Os outros grupos parlamentares é que se podem sentir mal, eu não, porque os dados foram duma empresa, foram pagos, estão disponíveis e não há problema nenhum de os mostrar, porque são extremamente favoráveis.

Comparticipação do Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores significava 81% em 2000; significou em 2009, 85,9%.

Portanto, Srs. Deputados estão aqui os dados e a prova de como o Governo não pretende aumentar participação nenhuma nas valências e nas respostas sociais.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é isso que dizem as instituições!

A Oradora: Se assim fosse não teria também, já numa tentativa que é pela segunda vez demonstrada, congelado os aumentos exatamente como fizemos para as creches e para os jardins de infância...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: ...que fazem parte do decreto que põe em vigor o Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Por outro lado, a questão ligada ao carregamento e à questão da plataforma eletrónica. Custou zero euros. Foi feita dentro da segurança social,...

Deputado João Costa (PSD): Bom exemplo para dar ao Sr. Secretário da Economia!

Isto não é da sua comissão? Devia ser o senhor a falar!

A Oradora: ...está neste momento carregada e portanto até já está a ser testada nalgumas instituições, em 20 instituições da região.

Relativamente ao Balcão Único já fiz declarações públicas há pouco tempo. Tal como disse no dia em que entrou em vigor nos institutos da segurança social, 6 meses depois faria um balanço.

Não obstante, o número de utentes ou clientes, como lhe queiram chamar, porque cliente é menos pejorativo para o cidadão do que o utente...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Acha? Não é não!

A Oradora: Utente é aquele que depende do serviço, o cliente é aquele que é tratado, porque a segurança social...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É aquele que paga! Uma criança não é cliente!

Deputada Zuraida Soares (BE): Paga!

A Oradora: Não, não!

Clientes somos todos nós do sistema, que paga e que recebe.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Paga. Não tem direito, paga!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Somos todos clientes do Serviço Regional de Saúde!

A Oradora: Os senhores estão enganados sobre esse conceito.

Mas ainda relativamente ao Balcão Único quero dizer-vos que a segurança social, de facto, tem 600 trabalhadores no universo da administração pública regional e esses trabalhadores têm feito um esforço sem precedentes para responder atempadamente e até já foi tornado público a redução do tempo que estamos a levar para o subsídio de desemprego e para outras prestações sociais. Esses dados já foram divulgados.

Portanto, Srs. Deputados, não de acontecer problemas. Estão a chegar, por exemplo, a casa dos nossos contribuintes imensos pedidos de reembolso,...

Deputado João Costa (PSD): Há uns panfletos para pagar. É verdade!

A Oradora: ...de dinheiro proveniente das alterações do abono de família. É verdade!

Uns dizem que são verdadeiros, outros têm erros, porque um sistema como é o sistema da segurança social a nível nacional, todo ele uma grande plataforma eletrónica do Instituto de Informática Nacional, como sabem, na mudança de regimes, como tem sido agora decorrente de todos este processo, é normal que ocorram esses incidentes e nós estamos a corrigi-los. Umas vezes os cidadãos têm razão, outras vezes não, mas quando se dirigem a nós certamente que levarão uma resposta.

Em resumo e para finalizar, esta reforma que estamos a implementar é para trazer melhorias significativas ao sistema, é para ajudar as nossas famílias, para dar uma melhor resposta...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pode é demorar 6 meses a resposta.

A Oradora: ...e portanto, foi por isso que a fizemos, porque detetámos que de facto algumas coisas não corriam tão bem como desejaríamos.

De facto, o elogio que os Srs. Deputados do PSD fizeram, que o Sr. Deputado Pedro Gomes fez às IPSS's, pois sem sombra de dúvida que são parceiros

fundamentais da política social nos Açores. Temo-lo dito sempre que é oportuno e não são um grupo de gente com poucos recursos ou quase sem recursos.

Deputado João Costa (PSD): Já vem tarde!

A Oradora: Há muitas instituições que têm muitos e muitos recursos e este sistema também vai ajudar a corrigir essa diferenciação e esse problema: os que têm mais gostam pouco de dar e os que têm pouco dão muito.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: É para corrigir estas coisas que o Governo procedeu a esta reforma que estamos a implementar e certamente está a correr bem e daqui a pouco teremos também oportunidade de fazer uma nova validação para verificar se tudo corre como queremos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso não vai funcionar. Aliás, há outra reforma que não funciona.

Presidente: Sra. Deputada Nélia Amaral tem a palavra.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Gomes, gostei muito de ouvir o seu louvor às Instituições Particulares de Solidariedade Social e ao papel que desempenham.

Deputado Pedro Gomes (PSD): É sincero!

A Oradora: São efetivamente, como a Sra. Secretária acabou de referir, parceiros privilegiados da ação que o Governo desenvolve no âmbito do apoio social.

Importa aqui fazer um bocadinho de história e fazer alguma justiça.

Tive a oportunidade de consultar recentemente o programa eleitoral do PSD/Açores para as últimas legislativas. Consta desse documento 3 referências a Instituições Particulares de Solidariedade Social, Sr. Deputado Pedro Gomes. Três!

Uma, no âmbito da saúde, que se refere à rede de cuidados continuados. Curiosamente, ou talvez não, depois do Governo do Partido Socialista ter apresentado e ter aprovado...

Deputado Luís Garcia (PSD): Talvez não!

A Oradora: ...nesta casa uma iniciativa sobre cuidados continuados.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Que não funciona!

A Oradora: Outra no âmbito do desporto, designadamente na promoção do desporto adaptado.

Uma última no âmbito da ação social que promete, e passo a citar, “implementar um enquadramento legislativo que oriente de forma efetiva, clara e transparente a relação entre a administração regional e as IPSS’s”.

Deputado Pedro Gomes (PSD): E muito bem!

A Oradora: Mas esta proposta supostamente (uma vez que era uma promessa do PSD) o senhor não deve considerar dirigista. Considera dirigista é o modelo que o PS propõe e que está em discussão.

O que também não deixa de ser interessante é que passados 4 anos, passada uma legislatura (estamos praticamente no final da legislatura), pouco mais ouvimos do PSD sobre que modelo era este, que enquadramento era este...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Era só se ganhasse!

Deputado Luís Garcia (PSD): Nos 100 dias implementamos isso! São só 100 dias!

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

A Oradora: ...que o PSD propunha. Muito pouco.

Até que em 2010 o Governo enceta e vou citar a Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sra. Deputada Nélia Amaral faça favor de continuar.

A Oradora: Dizia que durante esta legislatura pouco mais ouvimos sobre qual era este modelo claro, transparente, disciplinar, de regular esta relação até que, em 2010, o Governo enceta e passo a citar a Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social, “uma reforma global do sistema de

solidariedade e segurança social”. Estou a referir-me à audição da Sra. Secretária na Comissão de Assuntos Sociais, em 2010, aquando da análise da apreciação da proposta de decreto legislativo regional que criava o Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores.

Dizia então a Sra. Secretária que esta era uma primeira etapa da referida reforma e fazia referência também ao Código de Ação Social que estava em elaboração.

Coincidentemente, ou talvez não, em outubro de 2010, no âmbito de uma visita à Santa Casa de Misericórdia de Ponta Delgada o PSD defende, e passo a citar, “o estabelecimento de acordos justos entre o Governo Regional e as IPSS’s”.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sim!

A Oradora: Continuamos sem saber o que é um acordo justo para o PSD.

Deputado João Costa (PSD): É um acordo justo!

A Oradora: Em março, do mesmo ano, o PSD afirmava que um Governo Regional social-democrata implementará, e volto a citar, “um enquadramento legislativo que oriente de forma clara e transparente a relação entre a administração regional e os agentes da ação social”.

Não sei se é dirigismo mais uma vez, mas vindo do PSD provavelmente não será.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Acordos justos!

Deputado Luís Garcia (PSD): Ainda bem, Sra. Deputada. Ainda bem que tira essa conclusão! Obrigado!

A Oradora: A 25 de novembro de 2011, em Santa Cruz da Graciosa, a presidente do PSD defendeu critérios mais rigorosos e uniformes para a atribuição de apoios oficiais às IPSS’s.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Um protesto porque ela não está aqui para se defender!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas tem 18 para a defender!

A Oradora: Continuamos sem saber para o PSD o que é que mais rigoroso, o que é mais uniforme e se este uniforme é padronizar o que não é padronizável ou o que é este uniforme.

(Apartes inaudíveis dos Deputados do PS)

Deputado Luís Garcia (PSD): É para os 100 dias!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Começaram a ver as nossas propostas e os vossos recursos...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem está a interromper são os Deputados do PS!

(Risos dos Deputados do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir os nossos trabalhos.

A Oradora: A 26 de maio de 2011, em plena campanha para as legislativas nacionais, o cabeça de lista pelo PSD/Açores, Dr. Mota Amaral, numa visita à Santa Casa de Misericórdia de Angra do Heroísmo, manifestava, e passo a citar, “um grande apreço pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social que realizam um trabalho magnífico nas nossas ilhas e que, felizmente, é apoiado pelo Governo em diversas modalidades.”

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

A Oradora: Afinal o apoio do Governo, se calhar, já não é assim tão insignificante ou tão insuficiente quanto isso.

Entendam-se Srs. Deputados!

Deputado Luís Garcia (PSD): O Sr. Deputado Pedro Gomes disse há pouco!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Há pouco disse isso!

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

A Oradora: Sr. Deputado Pedro Gomes, o que fica para a história...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não vai citar a Dra. Berta Cabral há 15 dias atrás?

A Oradora: Não estou a falar de há 15 anos atrás, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): 15 dias!

A Oradora: Há 15 dias atrás falou... Há 15 anos dizia mais ou menos a mesma coisa.

Deputado Berto Messias (PS): É uma perda de tempo!

A Oradora: O que fica para a história, Sr. Deputado Pedro Gomes, é o alargamento da rede social, é a descentralização dos apoios a todas as ilhas e a todos os concelhos, o que é capital deste Governo é a introdução da responsabilidade social a entidades privadas também de cariz lucrativo, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nomeadamente creches!

A Oradora: ...nomeadamente creches e outras valências, Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Feitas pelas empresas!

A Oradora: O que fica para a história é a multiplicação de valências, é a multiplicação de açorianos apoiados.

Gostaria de perguntar-lhe, Sr. Deputado Pedro Gomes, onde é que está, em que artigo é que vê o aumento da comparticipação das famílias nas valências sociais, quando aquilo que o Governo tem feito e fez ainda recentemente foi decidir pela não atualização das comparticipações das famílias.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Tenho muito gosto em responder!

A Oradora: Numa altura de crise, Sr. Deputado Pedro Gomes, efetivamente o Governo não hesita, mas não hesita em reforçar o apoio às famílias e não hesita em procurar instrumentos de gestão que lhe permitam uma atuação mais eficaz, que lhe permita fazer chegar os seus apoios, os apoios sociais a mais famílias que dele necessitam.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Sr. Deputado Paulo Rosa, só para clarificar quanto ao valor padrão.

Aquilo que se pretende não é padronizar o que não é padronizável. Aquilo que se pretende é padronizar o que é padronizável.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Está lá escrito!

A Oradora: Aquilo que se pretende é que a pessoa com deficiência que reside nas Flores tenha um apoio do mesmo nível de qualidade da que reside em Angra do Heroísmo ou da que reside em Ponta Delgada.

Aquilo que se pretende, Sr. Deputado Paulo Rosa, é definir critérios básicos, é definir condições básicas...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Depende! Não é isso que aqui está!

A Oradora: ...consoante o tipo de valência, consoante o tipo de população apoiada. Não é padronizar o “impadronizável”. Repito: é padronizar aquilo que é padronizável.

Muito obrigada.

Deputados José Lima e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Sra. Deputada percebeu! Está a fazer de conta, mas percebeu!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas não é o que está no diploma!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do Governo Regional, este Código da Ação Social, pelo menos já teve uma consequência, e eu até me atrevia a dizer, uma vantagem. Conseguir pôr alguns deputados das bancadas parlamentares mais da direita a exprimirem-se e a defenderem um pensamento que, atrevia-me a classificar, de perigoso esquerdismo demagógico, populista. Diria mesmo mais: terão que pensar se um dia não nos encontraremos outra vez todos na estratosfera, porque este acordo...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É um preconceito seu!

A Oradora: Exatamente. É verdade, Sr. Deputado Artur Lima.

O Sr. Deputado não tem preconceito nenhum relativamente a esta matéria, mas eu folgo. Não estou a fazer esta constatação em tom de pena. Estou a fazer esta

constatação em tom de regozijo, porque quantos mais vierem para a esquerda radical, populista e demagógica melhor no caminho estarão.

Portanto, apenas este registo que acho que vale a pena fazer.

Não quero repetir alguns argumentos. Os Srs. Deputados que me antecederam, nomeadamente o Sr. Deputado Pedro Gomes e o Sr. Deputado Paulo Rosa,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu é que começo a ficar preocupado!

A Oradora: ...disseram imensas coisas com as quais nós, Bloco de Esquerda, estamos perfeitamente de acordo na avaliação desta iniciativa, desde logo com o que disse o Deputado Pedro Gomes, que este Código não é social.

Absolutamente de acordo.

Feito este introito, gostaria de dizer que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vai votar contra esta proposta...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas isso nem é preciso dizer!

A Oradora: ...de decreto legislativo regional, que aprova o Código de Ação Social dos Açores e importa explicar porquê, até porque simultaneamente vamos votar favoravelmente alguns dos artigos que constam deste diploma, bem como algumas propostas de alteração, entretanto apresentadas e com as quais estamos de acordo.

Vamos votar contra desde logo porque para nós, Bloco de Esquerda, este é o diploma mais neoliberal que o Governo Regional trouxe a esta casa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem. Faltava esta!

A Oradora: Todo ele é enformado por uma filosofia que enforma e que contamina todo o seu articulado e é por isso que o diploma faz bem em repetir ao longo das suas muitas páginas a expressão “mudança de paradigma”...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Para melhor!

A Oradora: ...porque na realidade é uma mudança de paradigma na ação social dos Açores e na nossa avaliação é recuar 15 anos para trás. Ou seja, nós voltámos à ação social de há 15 anos atrás. Não sei se feitas as contas estamos em 1996, mas se calhar andamos lá perto.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Está a recuar para trás, mas é possível recuar para a frente!

A Oradora: Posso recuar mais um bocadinho, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Recuar para trás?!

A Oradora: Ainda para trás, mas já passei 1996. Não é mau!

Então, comecemos pelo princípio e comecemos logo pelo primeiro parágrafo deste diploma que diz assim: “O lugar central que as políticas sociais ocupam atualmente na sociedade moderna, transforma-as no principal alvo das reformas.”

Vou tentar traduzir tanto quanto nós percebemos do conteúdo deste primeiro parágrafo.

Este seria, porque não é, mas seria um documento *à la page*, moderno, europeu e portanto, o mais avançado que poderia existir do ponto de vista da ação social. Ele é de facto europeu, mas é no pior sentido da palavra. É na pior aceção deste conceito. Porquê?

Porque europeu, hoje, neste momento, nesta região ou em qualquer outra quer dizer plano “Merkozy”. É isso que dizer europeu e plano “Merkozy” quer dizer um ajustamento conservador em favor do capital financeiro, quer dizer a selvajaria do mercado com a consolidação e a concentração da riqueza, ao mesmo tempo que se “asiétiza” a mão de obra. Curiosamente, por mera coincidência, voltamos à discussão da saúde de hoje de manhã que é como financiar o sistema regional de saúde, como garantir dinheiro para esse financiamento sem tirar às pessoas os direitos que elas têm. É exatamente o mesmo ponto de vista político, é exatamente a mesma discussão, Sras. e Srs. Deputados.

Portanto, dizer que é moderno e europeu para nós, Bloco de Esquerda, não é, neste momento, um elogio, não é uma mais-valia.

Convém dizer na nossa leitura porque eu estou surpreendida. A nossa leitura (quando digo a nossa, o Bloco de Esquerda) deste diploma não tem nada a ver

com algumas leituras e interpretações que já foram aqui feitas nesta câmara e que leem uma coisa que nós não lemos, que não está lá.

Portanto, ou o documento é de tal maneira equívoco que se presta a várias leituras, uma generosa e outra restritiva, ou então há aqui uma multiplicidade de interpretações que é muito duvidosa.

Todo o preâmbulo assume uma lógica mercantilista da ação social. Por exemplo, não exclui a possibilidade de contratualizar com entidades privadas com fins lucrativos a responsabilidade das respostas da ação social.

Ou seja, a responsabilidade do Estado, que neste caso é responsabilidade do Governo Regional limita-se...

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Já existe.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A região não tem de dar dinheiro?

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Peça às pessoas que usufruam dela!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Aníbal Pires, Sra. Secretária, vamos continuar.

A Oradora: Vou repetir. A responsabilidade social do Governo Regional fica com este diploma resumida ao seguinte: o Governo passa a ser contraente e fiscalizador. Ponto.

Nada mais, nenhuma outra responsabilidade está aqui assumida, neste diploma, para o Governo Regional.

Não negamos a necessidade e até a oportunidade de fazer um Código, elaborar um Código da Ação Social.

Agora, o Bloco de Esquerda discorda frontalmente da filosofia subjacente a todo este diploma.

Aquilo que o Governo do Partido Socialista quer fazer na ação social, e já que estamos a falar em programa do PSD, deixemos o programa do PSD/Açores e vamos para o novo programa do PSD apresentado há cerca de uma semana no continente, em que a determinada altura se diz que “os serviços públicos são caóticos e portanto, têm que acabar”, afirmação que o Sr. Primeiro-Ministro

veio imediatamente dizer que não era assim, que havia alguns acertos que tinham que fazer no programa, porque aquilo que lá estava escrito não era o que deveria estar escrito.

Ora, na nossa interpretação aquilo que este diploma, tal como nós o interpretamos (volto a dizer), vem fazer nesta região é pôr na prática este programa que ainda é só teórico e concetual do PSD a nível nacional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está um passo à frente!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade!

A Oradora: O que não deixa de ser uma coisa curiosíssima, que é acabar com os serviços públicos e entregá-los aos privados.

Depois o que é que resulta daqui?

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Não é nada disso!

A Oradora: É, Sra. Secretária. O problema é que é. E se não for hoje há de ser amanhã...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Era o pior que podiam dizer ao PS!

A Oradora: ...mas o caminho fica abertinho para lá chegarmos.

Privatizar tudo! O estado social deixa de existir para pôr os serviços públicos que servem milhões, no caso dos Açores, milhares de milhares ao serviço do processo de acumulação da tal riqueza, de que na realidade o capital financeiro necessita e o caminho fica aberto.

É por isso que é neoliberal, Sra. Secretário Regional do Trabalho e da Solidariedade Social.

Depois retiraram o termo utente ou beneficiário porque era estigmatizador. Cedência à direita!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está errada!

A Oradora: Quem é que tem andado a transmitir a todo o mundo que o utente ou beneficiário são os preguiçosos, uns malandros, que vivem encostados aos benefícios do Estado, aos favores do Estado?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem é que diz isso?

A Oradora: Então vamos retirar beneficiário/utente. Mas então não ficava no mínimo cidadão?

Não, tem de ser cliente.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): É semântica.

A Oradora: Não é semântica, Sra. Secretária.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É um bocadinho.

A Oradora: O cliente paga um serviço, o cliente usufrui um serviço a que tem direito. Não é semântica, é uma coisa claramente definida.

Sra. Secretária Regional, fala-se aqui tanto em informática, em informatização: vá à net, vá ao *Google* ponha utente e cliente e veja o que é que lhe sai para perceber por que é que cliente, num contexto de um Código da Ação Social é a pior coisa que aqui poderia estar.

Finalmente dizer o seguinte: já foi aqui dito por todas as bancadas (e bem!) que todos nós apreciamos o trabalho, o empenho, a dedicação, muitas vezes até a abnegação dos trabalhadores e das trabalhadoras das IPSS's. Mas, Sras. e Srs. Deputados, convém que isto não seja retórica e a melhor maneira de dignificar estes trabalhadores é pagar-lhes, no mínimo, o salário mínimo regional que é aquele que a lei obriga nesta região. E nesta região nem isso acontece.

Não me venham depois dizer que apreciamos muito, quando é o Governo Regional o primeiro que paga, ele que estabelece os protocolos, ele que cria as IPSS's, não obriga a que nas IPSS's os trabalhadores e trabalhadoras recebam, no mínimo, o salário mínimo regional.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Isso não é verdade!

A Oradora: É mentira, Sra. Secretária?

É verdade, infelizmente é verdade!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não há dúvida de que este debate que estamos a ter aqui tem contornos muito interessantes.

Desde logo, porque segundo um dos títulos da imprensa regional já aconteceu e ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não percebi!

O Orador: Não percebeu. O senhor quer que eu repita?

Segundo um dos títulos da imprensa regional, este debate já aconteceu e no qual, por acaso, segundo essa notícia, eu até nem terei participado o que será uma coisa perfeitamente...

Estamos a corrigir, estamos a fazer o segundo *take*.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é controlo de imprensa!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Viva a liberdade de imprensa!

O Orador: Mas tem outras particularidades interessantes.

Desde logo, e já foram aqui referidas pela Deputada Zuraida Soares, e que tem a ver com a crítica que foi feita, a desconstrução que foi feita, quer pelo PSD, quer pelo CDS/PP e que em alguns aspetos, não em todos, a Representação Parlamentar do PCP subscreve.

Não em todos, desde logo porque Vs. Exas., aliás, como disse o Deputado Paulo Rosa que admitiu e considerou que um dos aspetos positivos era exatamente a entrada do capital privado na ação social e aí discordamos claramente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Porquê?

O Orador: Mas para dizer isto: não deixa de ser interessante como o Partido Socialista, relativamente ao Código da Ação Social, conseguiu reunir da direita mais radical e fossilizada até aos liberais do PSD (falta-me saber a direita monárquica o que é que dirá sobre o assunto) toda a câmara contra o Código da Ação Social que Vs. Exas. aqui apresentam.

A reforma global da ação social, quando foi iniciada, e nós até aprovámos o primeiro diploma que aqui trouxe e que reestruturou o Instituto da Ação Social e o da Gestão Financeira, na altura tivemos o cuidado de colocar algumas

reservas relativamente àquilo que era a intenção do Governo Regional quanto à reforma global da ação social.

É evidente que quando o Código nos chegou à mão e quando começámos por ler o preâmbulo, percebemos logo que as nossas reservas tinham fundamento, mas não foi só o preâmbulo, é que depois de facto o preâmbulo...

Deputada Catarina Furtado (PS): Não ficou por aí!

O Orador: É que se fosse só o problema do preâmbulo, enfim, até daríamos de borla e até poderíamos aprovar.

O problema é que aquilo que me suscitou dúvidas no preâmbulo está plasmado no articulado e não é nenhum pormenor, nem é uma questão semântica como foi aqui dito há pouco, sobre a substituição da figura de utente ou beneficiário pela figura de cliente/consumidor. Antes pelo contrário, está dito no preâmbulo que isso corresponde à alteração do paradigma e está dita uma outra coisa que também está plasmada depois no articulado e que diz o seguinte, no mesmo ponto do preâmbulo, no ponto 3: “A contratualização da ação social também tem por objetivo aumentar a competitividade na economia social.” Aumentar a competitividade na economia social, o sublinhado é meu.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Tem alguma coisa contra?

O Orador: “Promover mecanismos de mercado ou quási mercado através da entrada de privados com escopo lucrativo.”

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Qual é o problema?

O Orador: Não é problema nenhum, na opinião de V. Exa., mas é um grande problema na minha opinião. É um grande problema na minha opinião, porque esta competência é uma competência da região.

E mais, Sra. Secretária!

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Tem de deixar de ter esse preconceito!

O Orador: Não é nenhum preconceito e mais, Sra. Secretária! Aquilo que este Código de Ação Social vai fazer é criar problemas complicados desde logo às

IPSS's que toda a gente aqui, todas as bancadas louvaram e que certamente que o Governo Regional e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Também louvou!

O Orador: ...também louvou e que o Partido Comunista também louva. Aliás, temos visitado imensas misericórdias nas visitas que fazemos.

Mas vai-lhes criar um problema, Sra. Secretária. Vai criar um problema às IPSS's com a entrada dos privados com fins lucrativos na ação social.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Já lá estão!

Estão imensas empresas privadas a prestar serviço social!

O Orador: Oh Sra. Secretária, explique-me lá como é que os privados obtêm lucro. Só podem obter lucro através da diminuição da qualidade do serviço prestado, só podem obter lucro através da diminuição dos custos do trabalho.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Não é verdade!

O Orador: Oh Sra. Secretária, e a Sra. Secretária vai colocar, vai pôr as IPSS's...

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): São mais fiscalizadas do que as IPSS's!

O Orador: Vai?

E a *Home Instead*?

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Qual é o problema?

O Orador: A Sra. Secretária fiscalizou e o que é que lá encontrou?

Não podemos brincar com estas coisas e a senhora e o seu Governo o que estão a fazer é exatamente destruir aquilo que tem sido bem feito na região. V. Exa. com este Código da Ação Social está a destruir o vosso património e está a colocar em causa o trabalho excelente que as IPSS's têm desenvolvido na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Os senhores quando interessa comparam com a República, quando não interessa não comparam!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Exatamente!

O Orador: Fico-me por aqui nesta primeira intervenção, Sr. Presidente.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): E continuam a desenvolver!

Presidente: Sra. Deputada Piedade Lalanda tem a palavra.

(*) **Deputada Piedade Lalanda** (*PS*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de participar neste debate começando por contribuir também para a história deste diploma.

O Deputado Pedro Gomes falou há bocadinho, fez algumas referências à história deste diploma e era bom lembrar que este diploma realmente deu entrada na Assembleia em março de 2011. A Comissão de Assuntos Sociais reuniu-se a 25 de abril e a 11 de maio e em nenhuma dessas duas reuniões o PSD apresentou qualquer crítica à proposta de DLR que estava na mesa. Mas depois de um *show-off* feito pelo comentador Marques Mendes a 20 de maio de 2011, eis se não quando aparecem a 25 de maio um conjunto de propostas de alteração.

Portanto, realmente para a histórica fica que na Comissão de Assuntos Sociais o PSD inicialmente não tinha dúvidas...

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Não expressou!

A Oradora: ...ou pelo menos não tinha críticas a fazer, mas depois de se levantar uma lebre na comunicação social – a TVI 24 – aí sim já surgiram as dúvidas.

Deputado João Costa (*PSD*): Essa é boa! Que história tão mal contada.

A Oradora: É também importante, para contrariar a posição do PSD, fazer-vos uma pergunta.

Antes de 1996 que regulamentação suportava a relação do Governo Regional com as IPSS's?

Deputado João Costa (*PSD*): E antes de ontem!

A Oradora: Gostava que me citassem o despacho, o despacho normativo, que estava subjacente às decisões do Governo Regional de então com a sua relação com as IPSS's.

Não vale a pena procurar muito, porque realmente aí tenho pena que a Sra. Deputada Zuraida Soares com a sua vontade de ser moderna e atual...

Deputada Zuraida Soares (BE): O Código é que quer ser moderno!

A Oradora: ...e puxar para a frente a nossa região que tivesse achado que mais valia, como disse, recuar para trás. A Sra. Deputada ao querer recuar para trás (porque recuar para frente realmente vai ser difícil, mas às vezes recua-se para a frente com algumas frases) a senhora vai encontrar zero em matéria de regulamentação.

Deputada Zuraida Soares (BE): Por isso é que eu recuei 15 anos, Sra. Deputada!

2012 menos 15 anos, quanto é que dá Sra. Deputada?

A Oradora: É mais fácil criticar o que a senhora tem em cima da mesa do que aquilo que a senhora desconhece.

A senhora tem um DLR que pode criticar. A senhora antes de 96 não tinha nada, tinha a boa vontade e a decisão dos secretários regionais da altura.

Deputada Zuraida Soares (BE): 2012 menos 15 anos, quanto é que dá Sra. Deputada? Faça contas.

A Oradora: Vamos situarmo-nos na legislação em vigor.

Realmente antes de 96 não existia qualquer despacho, qualquer regulamentação na relação do Governo com as IPSS's.

Portanto, os Governos do PS inauguraram um documento estruturante que é o despacho de 99.

O que é também interessante é que o PSD tão legalista através da *performance* do Sr. Deputado Pedro Gomes não quis admitir que também é na base de um despacho de 75/92 que o governo de Passos Coelho recentemente assinou acordos com as IPSS's a nível nacional.

Isso é importante que se diga, porque quer-se para a região aquilo que a nível nacional não existe.

Também é importante dizer que estão muito preocupados com o agravamento que pode decorrer deste Código para as famílias açorianas, mas é interessante verificar que a nível nacional o governo de Passos Coelho refere que não vai poder cobrir as despesas das IPSS's e pretende que as IPSS's diversifiquem as suas fontes de financiamento para diminuir as subvenções estatais.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E os senhores vão diminuir as despesas das IPSS.

A Oradora: Portanto, o que os senhores querem a nível nacional é que as IPSS's procurem outras fontes de financiamento que não sejam o Governo, mas a nível regional querem (e nesse sentido o Bloco de Esquerda associa-se, porque já se percebeu que aqui houve um discurso misturado de esquerda, direita, que funcionou em uníssono)...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não foi misturado!

A Oradora: É um de cada vez, mas a falar ao mesmo tom.

...e dizem que o Governo tem de financiar na totalidade as respostas sociais.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ninguém disse isso!

A Oradora: É também interessante verificar que a receita adotada a nível nacional para aumentar a resposta às famílias foi propor um aumento de vagas em salas de creche e em número de idosos por valência. Aumentar 20 mil lugares nas creches nacionais.

Mas quando foi questionado o Ministro Mota Soares, do CDS/PP, sobre como é que é em termos de adequação dessas IPSS's a esse aumento de vagas, o Sr. Ministro disse que isso não implicava um reforço de funcionários, que as instituições teriam de responder a mais vagas, independentemente de terem mais funcionários.

Realmente é muito fácil mudar a legislação.

A minha pergunta é: com base em que princípios?

Não é por acaso que uma creche tem na sala dos zero a um ano 8 crianças. Não é por acaso!

Não é por acaso que existe determinado número de funcionários para cuidar dessas crianças.

Se queremos preservar a qualidade dos cuidados prestados não é dizendo “agora enfia-se mais 3 crianças e os funcionários mantêm-se os mesmos”. É isso que o Governo da República pretende fazer para supostamente responder às famílias.

A pergunta fica no ar: com base em que critérios?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas vai levar a resposta!

A Oradora: É muito interessante também verificar que o CDS/PP não concorda, foi aqui dito pelo Deputado Paulo Rosa, com a existência do valor padrão.

Pois é bom que o Sr. Deputado informe o Sr. Ministro Mota Soares, porque a nível nacional é assim que as Instituições de Solidariedade Social são financiadas. É com base...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas é diferente!

A Oradora: É na base dum valor utente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Precisava era que pagassem!

A Oradora: E volto a dizer: a cooperação a nível nacional é feita com base num despacho, é feita com base num despacho normativo da pena do Sr. Ministro da Solidariedade Social e para além disso é feita com base num valor utente.

Queria também aqui chamar a atenção de que estamos a falar de acordos de cooperação e a palavra cooperação exige responsabilidade mútua.

A Sra. Deputada Zuraída Soares diz que este Código desresponsabiliza o Governo Regional.

Acho que quando se definem critérios para funcionamento das valências das IPSS's está-se a assumir uma responsabilidade. Quando se fiscalizam as condições oferecidas e se impõe uma fiscalização das condições oferecidas por essas IPSS's para salvaguardar o bem-estar, a saúde e a segurança dos cidadãos, está-se a assumir uma responsabilidade. Quando se evita a duplicidade de respostas sociais para as mesmas necessidades está-se a assumir uma responsabilidade. Ou seja, essa responsabilidade está patente, é transversal em vários artigos deste Código da Ação Social.

Por outro lado, quando a Sra. Deputada fica muito incomodada com o facto de as famílias participarem nas respostas sociais, a senhora com certeza desconhece então que neste momento as famílias já participam, quer seja nos lares de idosos, quer seja nas creches, quer seja nos ATL's.

Portanto, participam em função da sua capacidade financeira, em função da sua capacidade de esforço.

Nós temos um orçamento na segurança social que é limitado e nós temos que manter a resposta. Não é sobrecarregando as famílias, é exatamente assumindo que há necessidades que têm que ser asseguradas, até porque de acordo com a informação que a Sra. Secretária deu na Comissão de Assuntos Sociais no ano passado, há instituições que estão abaixo do valo médio que deveria ser entregue para satisfazer essas necessidades de cada utente. Ou seja, também há instituições que estão a minimizar a resposta social que dão e é importante que melhorem essa resposta social.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E os outros que estão acima pagam para outros não pagarem. E têm TV Cabo como eu tenho, têm carro como eu tenho...

A Oradora: Para terminar, queria dizer que realmente o que é difícil de aceitar são as palavras da líder do PSD quando diz que quer um pacto para uma orientação clara entre o Governo e as IPSS's e diz que esse pacto, segundo o pensamento do PSD, não deve impor diretrizes governamentais.

Gostava de saber como é que o PSD entende que a gestão dos dinheiros públicos não deve ter contrapartidas das IPSS's que são financiadas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não é isso que está dito!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Antes de mais gostava de saudar...

(Pausa)

Presidente: Presumo que sejam boas notícias, Sr. Deputado.

O Orador: ... o facto da Sra. Deputada Nélia Amaral estar na primeira fila da bancada do Partido Socialista, introduzindo uma nota de diferença neste debate, o que me apraz registar.

Queria também dizer o seguinte, só para colocarmos a história na sua correta perspetiva.

A Comissão de Assuntos Sociais reuniu em Ponta Delgada no dia 11 de maio (estou a citar o relatório) “para proceder às audições referidas”, isto é, às audições a um conjunto de personalidades, o PSD apresentou as suas propostas de alteração no dia 25, após a reunião em que se realizaram audições de várias personalidades que a Comissão entendeu ouvir a propósito do Código da Ação Social.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Uma dessas personalidades que foi ouvida foi por acaso o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, Prof. Mário Fortuna, que na sua audição chamou a atenção para o facto deste Código prever Parcerias Público Privadas. Dia 11 de Maio, dia da reunião da Comissão.

Deputada Nélia Amaral (PS): Não vai dizer 15?

O Orador: No dia 20 de maio de 2011 o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, em declarações ao “Público”, dizia a propósito da posição que o PSD tinha assumido quanto às Parcerias Público Privadas.

Deputada Catarina Furtado (PS): Não vai dizer Marques Mendes?

O Orador: “A posição do PSD é um embuste e uma enorme barbaridade”, acabei de citar.

Nova citação: “O PSD quer arranjar uma bandeira para a campanha eleitoral.”

Isto é, aquilo que era, nas palavras do Governo Regional e do Sr. Vice-Presidente, uma barbaridade, uma bandeira de campanha eleitoral, afinal um ano depois tornou-se uma verdade absoluta e apoiada pelo Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social...

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): E do Trabalho!

O Orador: ...vamos conversar.

Quero começar por agradecer a sua simpática, mas exagerada referência às minhas capacidades retóricas.

Mas vamos ao que interessa.

A proposta do Código de Ação Social, no seu artigo 93.º diz o seguinte: “O valor padrão que é o valor que será financiado, que corresponde ao financiamento da região a cada instituição dos Açores é fixado por cliente/mês com base nos custos médios de referência por unidade para a resposta social em causa, tendo por critérios orientadores proteção dos interesses dos clientes.”

Fim de citação.

Nesta linguagem que eu direi isotérica do Código, o que o Governo quer dizer é que vai fixar um valor médio para financiar todas as IPSS's dos Açores, de Santa Maria ao Corvo e é esse o valor da comparticipação do Governo Regional dos Açores, da região, para cada utente da ação social.

Ora bem, o estudo que o Governo Regional encomendou e que foi pago com o dinheiro de todos nós...

Deputado João Costa (*PSD*): Ora aí está!

O Orador: ... e que o Governo não divulga (aliás, como não divulga muitas outras coisas), esse estudo que a Sra. Secretária citou com números variados, percentagens variadas tem também uma parte que V. Exa. não citou e a parte que V. Exa. não citou...

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Ainda não tive oportunidade de citar tudo, mas vou citar.

O Orador: Eu vou citar então por si. Diz que o objetivo do novo modelo, este que está no Código da Ação Social “é deslocar [estou a citar] todos os valores para uma métrica que corresponde à média da respetiva valência, localização para harmonizar o sistema e facilitar o paliamento financeiro.”

Isto quer dizer o quê em linguagem comum?

Que o Governo com esta medida, com base neste estudo que encomendou e que pagou, quer reduzir a sua comparticipação às IPSS's dos Açores...

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Não é verdade!

O Orador: ...e aumentar a comparticipação das famílias, dos cidadãos, por um ATL, por uma creche, por um apoio social onde quer que aconteça em todos os Açores.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Não tire ilações erradas, fica-lhe mal!

Já que tem o estudo e tem uma posição tão clara veja o que lá está nos quadros!

O Orador: Esta é que é a verdade deste Código e não há outra maneira de o dizer.

(Aparte inaudível da Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social)

Presidente: Preferia que continuasse já, Sr. Deputado Pedro Gomes.

(Risos da Câmara)

Faça favor de continuar.

O Orador: Como sempre, Sr. Presidente, gosto de respeitar as suas indicações e vou continuar.

Presidente: Obrigado.

O Orador: Não há outra maneira de o dizer e repito.

Um ano depois este Código deixou de ser um Código da Ação Social e tornou-se apenas um Código da Ação. Tornou-se um Código que penaliza socialmente as famílias. É um Código da penalização social das famílias. Não há outro modo de o dizer.

E os Srs. Deputados da maioria do Partido Socialista, da maioria parlamentar que apoia o Governo, têm uma ótima oportunidade neste debate de provarem que o PSD não tem razão.

O PSD apresenta aqui uma proposta, que aliás apresentou na Comissão, reapresenta neste plenário uma proposta para que este Código não entre em vigor este ano e entre em vigor no dia 1 de janeiro de 2013.

Se é verdade aquilo que Vs. Exas. dizem que este não é um Código para aumentar aquilo que as famílias vão pagar pela ação social nos Açores, têm uma boa oportunidade de o provar: adiem a entrada em vigor deste Código para o dia 1 de janeiro de 2013.

Estamos descansados porque em outubro vai haver eleições...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Não, é ao contrário!

O Orador: ...e uma nova maioria se encarregará de revogar este Código da Ação Social.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Que tamanha disparatada!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero em primeiro lugar referenciar o trabalho que foi feito a nível de Comissão com alterações que deixam este Código menos penalizado.

No entanto, considero que uma vez que o problema não está integralmente nos normativos, mas sim naquela que é a estrutura global do documento, que é uma estrutura global que constitui uma mistura extraordinária de ideologias e de práticas.

Eu diria que é cooperativista, eu diria que é liberal e que é estatista, ou seja, é uma mistura irreconhecível...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Neoliberal!

O Orador: ...em relação à projeção de uma política setorial por parte do Governo e das responsabilidades que o Governo tem nas áreas sociais. É irreconhecível!

É pena que o Partido Socialista, um partido fundado em 1973 para combater modelos que em muitas destas áreas aplicavam exatamente estas receitas, regresse a algumas destas receitas.

O que eu vos posso realmente referenciar é que observem alguns trabalhos históricos sobre isto e vejam as semelhanças.

Por isso, da parte do PPM evidentemente nós não podemos votar favoravelmente um documento que significa e que implicará certamente, sem qualquer tipo de dúvida, um esforço maior às famílias açorianas e uma diminuição das responsabilidades do Governo Regional nesta matéria.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): O senhor não leu nada!

O Orador: É isto que na prática este documento implicará e nós estamos aqui a defender as famílias.

Digo-vos uma coisa, que é a perceção que a população açoriana neste momento tem em relação ao esforço que já tem que fazer para complementar a presença do Governo Regional neste setor: é o esforço brutal que é exigido às famílias e que este Código irá implementar ainda mais.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): O senhor não percebe nada do que está a dizer!

O Orador: As famílias açorianas, neste momento, são depenadas, autenticamente depenadas, por muitas destas instituições que ao mesmo tempo também recebem um apoio regional que é significativo. Portanto, o que existe neste momento é o empurrar estas instituições para práticas que penalizam ainda mais as famílias açorianas que são atualmente completamente depenadas por uma parte significativa destas instituições e está a empurrar as famílias para assumirem mais responsabilidades, tentando retirar-se àquelas que são as responsabilidades do Governo Regional nesta matéria.

O que vos quero dizer é que não estamos a falar certamente nesta matéria de clientes. Não estamos a falar de clientes, nós estamos a falar de pessoas, nós estamos a falar daquela que é a responsabilidade social do Estado e da região. É nisso que estamos a falar e os senhores que tanto apregoam a defesa do estado social aqui, estão exatamente no local oposto da barricada. Os senhores estão na defesa do neoliberalismo. Os senhores são mais papistas que o Papa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

E mais passistas que o Passos!

O Orador: Os senhores anteciparam-se àquelas que eram as políticas da moda, das políticas ultraliberais que são impostas pela Alemanha e pelos países que estão a aplicar este género ou que estão a tentar escapulir-se às suas responsabilidades sociais.

Os senhores tentaram antecipar-se porque acharam que era moderno e eu considero que não é moderno, o que é, é injusto.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): V. Exa. é que assinou o diploma. Já estive a ver!

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):**
Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A discussão tem, em algumas matérias, oposto algumas bancadas à proposta e (diria até há poucos minutos) uma componente e uma visão mais à esquerda sobre estas matérias que fui agora impossibilitado de continuar com essa caracterização a não ser que o PPM tenha também migrado para a esquerda.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas isso é um preconceito inaceitável!

O Orador: Tem a ver com aquilo que é o cerne da questão e que é o cerne da conceção das funções do Estado. Isto é que é fundamental e sobre esta matéria o que importa é assegurar a prestação do serviço e da função pública.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

Isso é um equívoco. Isso é equívoco e esse equívoco é que nos conduziu à situação que vivemos atualmente.

Esse equívoco está a custar-nos muito caro!

O Orador: Não é a entidade que o executa, porque não há dogmas sobre essa matéria. Não há dogmas que o Estado e a administração execute com maior eficácia e maior eficiência determinadas funções, como também não está de maneira nenhuma provado que os privados ou as empresas o façam com maior competência ou com maior eficácia.

Isto é, a conceção de afetação de recursos públicos para essas prioridades, o seu devido enquadramento, a garantia da generalidade do acesso por parte de todos os cidadãos, nomeadamente aqueles que carecem desse apoio social, a sua valorização enquanto opção de afetação de recursos que se deve entender como uma verdadeira política social.

O que este Código faz essencialmente é garantir precisamente essa possibilidade do Estado, neste caso a administração regional, executar as suas funções plenas de apoio social, nas suas diversas áreas, no âmbito das suas inúmeras atividades e das suas inúmeras funções sem ter que excluir à partida que essa função seja prestada por uma entidade ou pela outra. Essa possibilidade de abrangência penso que valoriza a capacidade de resposta em termos de funções sociais e não a minimiza.

O que é importante nesta matéria é que também este Código seja abordado num momento em que é particularmente importante reforçar, ao contrário de outros, noutros locais e noutros governos, a função do próprio Estado em termos sociais.

Por isso, consideramos que este Código consegue garantir por um lado a responsabilidade social, mas ao mesmo tempo também visa garantir a própria sustentabilidade das nossas empresas.

Não há nesta matéria exclusividades. O que há nesta matéria é o reforço da prioridade social, porque esse é um desígnio cada vez mais importante numa Europa com graves constrangimentos do ponto de vista financeiro e que tem cada vez mais sido afligida pelo flagelo do desemprego.

Este é um problema que consideramos que existe. Ainda hoje o presidente, aquando da sua nova candidatura à presidência francesa, um candidato de

direita, reconheceu, perante todos, que o desemprego era o maior desafio que se colocava à França, o seu aumento e que particularmente esta realidade derivava única e exclusivamente da conjuntura financeira internacional.

Nós vivemos um momento derivado da situação financeira e bancária a nível internacional. Na região detetámos uma retração clara da procura interna e uma retração clara do investimento privado.

Deputado João Costa (PSD): Isto está a correr tão bem que é preciso falar do Sarkozy.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não há situação que valha!

O Orador: Vivemos um período onde a implementação deste Código ainda é mais importante tendo em conta que vivemos um momento de ajustamento, do ponto de vista social, onde o aumento do desemprego decorre desse ajustamento de contração económico, motivado pela redução da procura interna, e do investimento privado, por via da falta do financiamento bancário e pela restrição do sistema financeiro. Neste contexto penso que é ainda mais importante a sua abordagem. Uma abordagem que é premente a sua publicação, tendo em conta que a perspetiva continuará a ser, nos próximos tempos, de que essa conjuntura internacional leve a que haja um ajustamento macroeconómico na nossa região e por essa via um abrandamento da atividade económica e, neste contexto, um aumento do desemprego.

Nós consideramos que este ajustamento, que começou a ser realizado derivado da situação e da crise internacional, parece-nos que começará a estar concluído (esta necessidade de ajustamento) no final do primeiro trimestre deste ano em termos de desemprego.

Deputado João Costa (PSD): É por isso que o desemprego vai diminuir!

O Orador: Por isso mesmo também consideramos que ainda é mais premente a implementação deste Código Social, porque o desemprego está a crescer nos Açores. Muito provavelmente só irá terminar este processo de ajustamento no final do primeiro trimestre deste ano e por essa via consideramos também que é preciso reforçar as políticas sociais, é preciso reforçar as entidades e o apoio social, ajustando claramente...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Vice-presidente isso é impossível de prever!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É nos 100 dias!

O Orador: Digo-lhe e respondo concretamente: consideramos que aqui, como no país e como na Europa, o desemprego irá continuar a crescer e poderá inclusivamente nos Açores atingir, no final do primeiro trimestre deste ano, o seu valor mais alto de sempre na ordem dos 16 a 17%.

Por isso é fundamental convocar novamente os apoios sociais, reforçar as políticas de dinamização do apoio social, conjuntamente com o reforço da atividade de apoio às nossas empresas para enfrentarem este ajustamento que está a ser feito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não pode fazer leituras conjunturais!

O problema é que isto é um atentado à inteligência das pessoas!

O Orador: Nós consideramos que este ajustamento, por via da retração económica, terá um fim próximo e terá um limite que irá ocorrer ao longo do primeiro trimestre deste ano como seu ponto máximo. Tudo faremos, tudo estamos a fazer e tudo fizemos para minimizar esse efeito na região e particularmente para, com o reforço das políticas sociais e com o reforço das políticas de apoio às empresas, ter uma dinâmica que permita inverter esta tendência de crescimento do desemprego, que como referi, pelas nossas previsões...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto não está nas previsões de qualquer analista.

O Orador: ...irá atingir o seu valor mais alto no final do primeiro trimestre de 2012, podendo nessa altura chegar aos 16 ou 17%.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nos Açores?

Deputado João Costa (PSD): Que vergonha! E o senhor diz isso com essa naturalidade. Belo momento para afastar o debate!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que quer dizer Sr. Vice-Presidente é que o desemprego vai aumentar 50% nos Açores, passa de 11% para 16 a 17% nos Açores. É essa a novidade que o senhor vem dar aqui hoje para justificar um Código da Ação Social que não vai resolver absolutamente nada.

Portanto, até 31 de março o desemprego nos Açores será de 16 a 17%.

Quem diria que isso ia acontecer, quem até há dois meses atrás resolvia isto! E presumo que não serão necessários a este Governo que está em funções pouco mais de 200 dias para resolver este problema. É realmente uma triste notícia para os Açores e para os açorianos...

Deputado João Costa (PSD): Se fosse o PSD a dizer isso!

O Orador: ...e esta prevenção que o senhor veio aqui tentar fazer não serve para nada, apenas vem confirmar aquilo que nós já denunciávamos há muito tempo.

Sra. Deputada Piedade, vou dizer-lhe uma coisa: gerir melhor recursos humanos é uma obrigação do Estado e aumentar um aluno ou uma criança por sala não agrava a qualidade do serviço (ou uma, ou duas) e, sim senhora, aproveitar a capacidade instalada é uma boa medida de gestão que muita gente nos Açores concorda, até no Governo se concorda com essa medida de gestão.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Não leu o Código!

O Orador: Explica a Sra. Deputada Piedade Lalanda, Sra. Secretária, porque foi ela que contestou essa medida.

Agora Sra. Deputada há uma diferença, concordará comigo, é que na República não há dinheiro, mas nos Açores há. Temos contas públicas equilibradas e portanto, temos a obrigação de ter uma melhor resposta que na República, que ficou sem dinheiro, ficou defraudada com o Governo do Partido Socialista, Sra. Deputada.

Deputado João Costa (PSD): Que escândalo! Ao que isto chegou! Deve ser da Troika!

O Orador: Portanto, os Açores têm obrigação de fazer melhor porque têm dinheiro, Sra. Deputada.

Agora este valor padrão até vai contra o vosso princípio das ilhas da coesão e a senhora sabe melhor do que eu, até sendo socióloga, não pode comparar uma realidade insular com uma realidade continental, Sra. Deputada. A descontinuidade é o fator que cria a diferença aqui e a senhora sabe melhor do que eu o que estou a dizer.

Agora Sra. Deputada também lhe digo, dum *mail* que recebi, e Sra. Secretária Regional, duma pessoa que diz, começa assim: “Venho por este meio, enfim, denunciar mais um caso [e pede confidencialidade, aliás está aqui escrito confidencial e diz o seguinte]...”

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O que quer dizer que não devia ser divulgado.

O Orador: ... “que muita gente fala”...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Se é confidencial!

O Orador: Oh Sr. Secretário, oiça! Tenha respeito por um cidadão que me mandou um *mail*.

É confidencial porque não quer ser identificado e não vai ser, porque tem confiança a quem mandou o *mail* e não vai ser.

Diz o seguinte: “uma situação que muita gente fala pelos corredores, com medo de alguém ouvir, desconfiar, ter represálias ou, como sabe, até pode ser despedido.”

Isto é um funcionário de uma IPSS que me manda isto, Sr. Secretário Regional e devido às ações que o senhor tem tomado, nomeadamente em algumas instituições, acaba assim relativamente...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Até denuncia mais situações.

Deputado Berto Messias (*PS*): O senhor tem que mandar isso é para a presidente da IPSS!

O Orador: Até diz, relativamente à gestão dos recursos humanos, à boa gestão de recursos humanos, até identifica uma instituição que tem 4 funcionários

noturnos e 2 diurnos e não tem lá um único utente ou cliente, como os senhores agora lhe chamam. Os senhores andam a retirar pessoal técnico a outras instituições e a Sra. Secretária sabe qual é a instituição que eu estou a falar.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Não sei, se é confidencial.

O Orador: A senhora sabe qual é a instituição, porque estão tomando medidas na Terceira para, obviamente, diminuir o quadro de pessoal dessa IPSS, Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Eu tomei medidas?

O Orador: E também sabe que a instituição é a do Pico da Urze, onde tem lá essas casas que os senhores criaram de má memória, que estão a ser mal geridas, muito mal geridas e os utentes ou clientes, como os senhores lhes chamam, que os senhores desmantelaram instituições sociais para criarem casinhas, casinhas que têm agora funcionários e casinhas onde agora não tem lá ninguém e nós continuamos a pagar funcionários para estar lá e continuamos, Sra. Secretária, a dizer que não temos para fornecer às outras instituições. Portanto, receio da denúncia há, receio da perseguição existe e é aqui bem plasmado neste *mail*.

Relativamente às boas intenções deste diploma desconfiamos, porque a última reforma que foi feita e que nós, infelizmente, votámos a favor, tem dado maus resultados...

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Isso não é verdade!

O Orador: ...e o último é a deslocação constante de funcionários da Terceira para São Miguel.

É verdade, Sra. Secretária!

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Isso não é verdade!

O Orador: São funcionários na Terceira que ficam sem nada que fazer e os senhores só dão resposta aos subsídios de desemprego...

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade sim senhor. No Faial também.

O Orador: ...porque está tudo concentrado em Ponta Delgada e os da Terceira não têm rigorosamente nada para fazer. Eles próprios é que se queixam. Há uma centralização, Sra. Secretária.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Isso não é verdade! Temos dois departamentos na Terceira e dois em São Miguel!

O Orador: E portanto, este diploma, tal como o outro, não vai ser aplicado e vai falhar.

Presidente: Sra. Deputada Nélia Amaral tem a palavra.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): São dois departamentos na Terceira e dois em São Miguel.

Deputado Luís Garcia (PSD): Está tudo centralizado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não entrem em diálogo.

Sra. Deputada Nélia Amaral tem a palavra

(*) Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para reafirmar uma das coisas que disse na minha primeira intervenção.

Para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista este é um diploma estruturante para toda a rede social da região, incluindo as Instituições Particulares de Solidariedade Social. É um diploma que se pretende disciplinador da relação entre estes diferentes parceiros e disciplinador no sentido da otimização dos recursos, da rentabilização, da boa gestão dos recursos, quer recursos humanos, quer infraestruturas, quer recursos financeiros e é também um diploma que se assume como promotor dos direitos das pessoas que precisam de apoios sociais. Pegando nesta última parte, gostaria de lamentar que uma grande parte da discussão à volta deste diploma se tenha centrado à volta do conceito de cliente, ou utente, ou beneficiário.

E certamente por lapso da minha parte, mas quando chegarmos à especialidade já verificaremos, não me recordo de ter visto nenhuma proposta de alteração, de

nenhum Grupo Parlamentar, para que se procedesse à alteração dessa designação, à alteração desse conceito.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Somos obrigados a isso?

A Oradora: Não, não é obrigado. Não estou a dizer que é obrigado. Só estou a dizer que não me recordo de ter visto. Só isso!

Sr. Deputado Pedro Gomes, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que se adie a entrada em vigor. Gostaria de lembrar que estamos a falar de um diploma que foi aprovado em Conselho de Governo a 3 de março de 2011, que deu entrada nesta Assembleia no dia 23 do mesmo mês. Portanto, está há quase um ano nesta Assembleia, como os senhores também já disseram.

Gostaria também de lembrar que, tal como a Sra. Secretária do Trabalho e da Solidariedade Social afirmou em Comissão, trata-se de um diploma que foi apresentado a todas as instituições de solidariedade social desta região,...

Deputado João Costa (PSD): Nós ficámos a perceber qual foi essa apresentação!

A Oradora: ...presencialmente, em todas as ilhas, ...

Deputado João Costa (PSD): Ficámos a perceber na Comissão como foram feitas, em *PowerPoint*, etc..

A Oradora: ...julgo que até em algumas ilhas com uma organização concelhia para permitir uma melhor comunicação com essas instituições.

A concluir, tenho que considerar no mínimo curioso que as mesmas pessoas que acusam o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista de eleitoralista, quando toma medidas que são positivas para as pessoas, venha agora dizer que se deve adiar a entrada em vigor deste diploma como prova de que não queremos penalizar mais as famílias em ano de eleições.

Deputada Benilde Oliveira (PS) e Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Não é essa a questão.

A Oradora: Ora entendam-se Srs. Deputados!

Afinal nós somos eleitoralistas ou estamos a querer penalizar as famílias em vésperas de eleições legislativas regionais?

Isto para já não referir que nenhum dos Srs. Deputados foi capaz de identificar em que capítulo, em que artigo, em que alínea, está prevista esta penalização que os senhores tanto apregoam.

O Governo socialista e este Grupo Parlamentar o que tem feito em tempo de crise (e volto a reafirmar) é reforçar o apoio às famílias, é reforçar o apoio às empresas, é reforçar a proteção dos mais fragilizados.

Deputados Benilde Oliveira e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem 45 segundos.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para retirar, enfim, a perspetiva de confusão, como aqui foi dita, a grande confusão que existe entre a esquerda e a direita.

Penso que há uma maneira muito clara, até com o pretexto deste diploma, de clarificar as águas e não haver confusão nenhuma. Chamam-se Parcerias Público Privadas.

Em sede de Comissão o Sr. Prof. Mário Fortuna, quanto e relativamente ao facto do Memorando da Troika impedir a celebração de novas parcerias, disse que defendeu as referidas parcerias, apesar de terem sido mal utilizadas, diz que não devem ser extintas, pelo contrário, devem continuar, mas com peso e medida.

Deputada Nélia Amaral (PS): Mas essa parte não quiseram dizer!

A Oradora: Foi isto que o Sr. Prof. Mário Fortuna disse em sede de Comissão, está no relatório e eu estava na reunião.

Convém agora acrescentar que do ponto de vista do Bloco de Esquerda um quarto do diploma, que é isto, é praticamente um quarto do diploma, nós vamos pôr de lado, nós dizemos felizmente. Nós, Bloco de Esquerda, não lamentamos. Dizemos felizmente. Temos é um problema, é que o Partido Socialista já disse que elas focam em banho-maria para eventualmente poderem ser novamente recuperadas, logo que a imposição da Troika possa desaparecer e isso nós consideramos gravíssimo.

Já agora aproveito a oportunidade para perguntar diretamente...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Deputada.

A Oradora: Termino, Sr. Presidente.

...à Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social o que é que pensa fazer com o quarto do seu diploma que vai para o caixote do lixo ou para banho-maria?

Gostava de ser esclarecida sobre qual das duas hipóteses é que é a correta.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção é derivada no essencial pela intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, porque lamento de facto que V. Exa. tenha esta visão sobre o diploma e sobre qual deve ser o papel do Estado e da região em termos do apoio social e da ação social.

Aliás, Sr. Vice-Presidente, se me permite, julgo que há aí alguns equívocos e esse equívoco de atribuir ao setor privado competências...

O problema não são só as competências, o problema são os fundos públicos que vão atrás das competências. O problema é exatamente esse, é que nos trouxe ou contribuiu para nos trazer à situação de profunda crise que nós estamos a viver.

Gostaria também que o Sr. Vice-Presidente especificasse melhor como é que a entrada em vigor deste Código da Ação Social vai combater o desemprego e vai contribuir para a sustentabilidade das empresas.

Por outro lado, ainda gostaria de saber se de facto o Sr. Vice-Presidente tem este entendimento, que pelo menos me ficou da sua intervenção, de que a região se deve substituir à banca.

A região deve-se substituir à banca? O Estado deve-se substituir à banca?

Mas afinal de contas qual é o papel da banca?

Não chegam já os tristes exemplos do BPN e do BPP? Vamos ter que continuar a pagar as asneiras desses senhores?

E V. Exa. vem para aqui defender isso? V. Exa. vem defender isso para aqui?

Gostaria que fosse mais claro, até porque tenho ou tinha-o como uma pessoa de esquerda, mas depois da intervenção que V. Exa. fez, fiquei com algumas dúvidas. Gostaria que clarificasse melhor a sua posição.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente do Governo acabou de revelar nesta câmara que a taxa de desemprego na Região Autónoma dos Açores vai atingir, no final deste trimestre, um valor de 16 a 17%. Um crescimento de desemprego nos Açores de 50%. É uma taxa de desemprego brutal.

No dia em que esta câmara está discutir o Código da Ação Social que agrava os pagamentos feitos pelas famílias...

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Não agrava nada. Isso não está escrito em lado nenhum.

O Orador: Srs. Deputados da maioria e Srs. Membros do Governo, não é possível manter este Código da Ação Social em discussão na forma como estamos a fazer perante este dado que foi agora revelado.

Creio que a melhor maneira de responder socialmente este drama que os Açores vão viver e estão a viver é retirar este Código da Ação Social, porque é a única resposta razoável que se espera de um Governo que esteja preocupado com as pessoas...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...porque não há outra maneira de responder socialmente a este drama do desemprego com uma taxa brutal de 16%, que é a maior taxa de desemprego de sempre na Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo primeiro à questão do Sr. Deputado Artur Lima e também ao Sr. Deputado Pedro Gomes.

Acho extraordinário o vosso ar com que abordaram a questão do aumento do desemprego, quando o aumento do desemprego é uma realidade que afeta toda a Europa e que afeta o nosso país, todas as componentes da região.

Deputado Rui Ramos (PSD): Desde 2001. É desonesto dizer isso!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O senhor é que disse que o desemprego não ia crescer!

O Orador: Primeira questão.

Segunda questão.

Deputado Rui Ramos (PSD): O senhor acredita que ele vai decrescer em 2012?

O Orador: É importante analisar a questão do desemprego como um problema, ainda hoje referido pelo presidente francês, conjuntural, estrutural europeu.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor dizia que o desemprego ia baixar.

O Orador: A grande diferença na abordagem da questão do desemprego entre nós, Governo dos Açores, e o Governo da República, é a seguinte. Nós abordamos esta questão com realismo, com rigor e com transparência.

Enquanto para nós um desempregado nos Açores é um problema que exige uma solução, no Governo da República um desempregado é um problema em que a única solução que tem é emigrar.

Para nós um desempregado é um problema que cabe ao Governo resolver, no âmbito das nossas políticas regionais de apoio às famílias e às empresas, resolvê-lo, combatê-lo e anulá-lo.

É este o desafio que nós temos, é essa a nossa diferença.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O que foi aqui referido foi efetivamente uma abordagem realista.

Deputado João Costa (PSD): Coisa que o senhor não é capaz de fazer!

O Orador: A situação financeira internacional, a falta de capacidade das instituições financeiras de concederem crédito às empresas e às famílias...

Deputado João Costa (PSD): Os senhores secaram esse crédito.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso para as empresas não é a partir dos primeiros 100 dias?

O Orador: ...tem originado uma significativa retração da atividade económica em todo o país e em toda a Europa. Isto é reconhecido por todos os países.

Ainda ontem a OCDE lançou um relatório onde apontou um aumento generalizado do desemprego em toda a Europa.

Vêm os Srs. Deputados, que têm responsabilidades de desenvolvimento de políticas públicas no Governo da República, que não só não conseguem combater este flagelo, porque é impossível combatê-lo a uma dimensão nacional e a uma dimensão regional...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E europeia!

O Orador: ...olhar aqui com um ar incrédulo em relação a esta realidade nos Açores, quando essa realidade existe no país.

A nossa única diferença sabe qual é? É que para nós um desempregado é um desafio a vencer.

Deputado João Costa (PSD): Mas é só nos primeiros 100 dias!

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso é demagogia!

Deputado João Costa (PSD): Grande consolo para os desempregados!

O Orador: Para nós um desempregado é uma pessoa que merece todo o apoio, todo o esforço público de apoio às empresas, de apoio social,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nos primeiros 100 dias depois de outubro!

O Orador: ...de apoio às famílias para o converter rapidamente num empregado.

É este o desafio!

Deputado João Costa (PSD): Diga isso ao seu colega que está atrás de si!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas os desafios para o Sr. Secretário da Economia é só a partir de outubro!

O Orador: Por isso é que nós não nos conformamos com aquilo que os senhores se conformam, que é um aumento do desemprego, como apontam os documentos do Governo da República, uma continuação do aumento do desemprego até ao final de 2013.

Nós assumimos este compromisso claro. Há ajustamento motivado pela situação financeira internacional,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oh senhor!

Deputado João Costa (PSD): Ao que chegámos!

O Orador: ...pela falta de capacidade da liquidez bancária que levou à retração da atividade económica nos Açores, mas também dizemos a segunda parte da questão. Consideramos que esse mesmo ajustamento começa a parecer claramente concluído, ou seja, nós estamos a chegar ao fim, aliás, como já tínhamos dito há uns meses, do aumento do desemprego e calculamos que isso acontecerá no final do primeiro trimestre deste ano.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já está!

O Orador: E calculamos precisamente que teremos todas as condições, no âmbito da execução das políticas que estamos a implementar de apoio às empresas, de apoio às famílias, para que a partir do final do primeiro trimestre de 2012 o desemprego comece a descer nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para que níveis?

O Orador: O Governo da República considera bom continuar a aumentar o desemprego até ao final de 2013.

É a nossa diferença em relação à República.

Nós tudo faremos para este ajustamento ficar concluído no final do primeiro trimestre de 2012 e a partir daí termos a capacidade de reduzir este problema, porque encaramos o desempregado como um problema que queremos resolver e não, como considera o Sr. Primeiro-Ministro, o desempregado como alguém cuja única solução que tem é emigrar.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não foi isso que foi dito!

O Orador: É essa a nossa diferença.

Por isso mesmo nós temos nesta matéria realismo,...

Deputado João Costa (PSD): Não diga isso, não é verdade!

Deputado Rui Ramos (PSD): Demagogia quanto baste!

O Orador: ...temos nesta matéria rigor e transparência, mas temos essencialmente uma enorme, uma profunda vontade de depois de feito este ajustamento conseguir,...

Deputado João Costa (PSD): Não diga isso que não é verdade!

O Orador: ...através das políticas que implementámos e estamos a implementar de apoio às empresas e às famílias, fazer com que os Açores sejam efetivamente uma região, ao contrário da tendência que ainda se vai sentir no resto país, em que o desemprego reduz e reduz para níveis devidamente sustentáveis do ponto de vista económico e social.

É este o desafio que colocamos e é desta forma concreta, objetiva, direta, mas com muita vontade de resolver este problema, que nos apresentamos aqui perante esta conduta.

Por isso mesmo é que considero, e para concluir esta intervenção, (não esquecendo de responder ao Sr. Deputado Aníbal) que o reforço dos mecanismos de apoio social, sejam eles executados por empresas, por Instituições Particulares de Solidariedade Social, por entidades públicas diretas ou administração direta ou indireta, todos juntos, mas só todos juntos é que conseguiremos ter a força, a capacidade, a dinâmica suficiente para combater esta situação de conjuntura internacional.

Deputado Aníbal Pires (PPC): E capital público para isso?

O Orador: Quando à partida excluimos alguns (empresas que são privadas; IPSS's, porque têm uma determinada característica; ao público, porque o público não presta), quando começamos a excluir cada uma destas entidades, quando começamos a minorizar uma entidade em relação a outra, estamos a começar a perder este desafio...

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: ...porque só todos juntos, todos unidos, todos rumando para o mesmo fim,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Todos juntos, todos unidos e quem paga?

O Orador: ...todos afetando o máximo de recursos públicos a esse objetivo é que conseguiremos que nos Açores o ajustamento da retração económica...

Deputado João Costa (PSD): Agora é ajustamento!

O Orador: ...termine mais cedo e possamos ter mais rapidamente um crescimento do emprego.

Em relação à questão da banca, Sr. Deputado, muito rapidamente.

O que disse segunda-feira, repito hoje. O Governo Regional, nem nenhuma administração tem capacidade para substituir a banca.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já teve!

O Orador: Nunca teve.

O único sítio onde a banca foi substituída por entidades públicas foi nos idos anos de 75, quando a banca foi nacionalizada e deu os resultados que deu.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas o BPN não foi nacionalizado?

O Orador: Por isso mesmo nós consideramos que nunca, Sr. Deputado, o Governo Regional...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O BPN não foi nacionalizado?

Deputado Mário Moniz (BE): E a Caixa Geral de Depósitos?

O Orador: ...terá capacidade para substituir a banca, mas o Governo Regional tudo fará, tudo o que estiver ao seu alcance, dentro dos seus recursos disponíveis, dentro das suas competências, para minimizar o efeito negativo para as empresas e para as famílias...

Presidente: Sr. Vice-Presidente, agradecia que terminasse.

O Orador: ...em relação à falta de liquidez da banca.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Apoiando diretamente!

Presidente: O Governo terminou o seu tempo neste debate.

Vamos prosseguir. Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que acabou de acontecer aqui é a demonstração óbvia que escrever primeiras páginas com um dia de antecedência é um erro do ponto de vista do jornalismo.

O que aconteceu aqui é que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional antecipando-se, tentando picar o balão, que é uma velha tática que é antecipar-se às más notícias e ser o portador para que a notícia não tenha tão mau aspeto amanhã quando explodir nas redações deste país e desta região, fez aqui esta manobra de diversão, onde tentou antecipar-se, tentou ser o portador, tentou amenizar a desgraça que nos trazia, que é uma taxa de desemprego de 16 a 17%. É um desastre fabuloso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Dramático!

O Orador: É algo absolutamente inacreditável. E mais do que isso: depois numa conjuntura altamente instável, quando os mecanismos institucionais não estão estabilizados, quando os mercados internacionais não estão estabilizados vêm-nos aqui fazer um exercício que é, do ponto de vista académico, verdadeiramente ...

Deputado João Costa (PSD): Banha de cobra!

O Orador: Não é banha de cobra, porque considero que isso é ofensivo.

Deputado João Costa (PSD): Para a cobra!

O Orador: O que lhe venho dizer é que não é próprio de alguém que é licenciado em economia, porque como sabe esse exercício é uma impossibilidade académica.

Nas atuais circunstâncias, nem o Sr. Vice-Presidente, nem o maior mago, o maior académico da economia se atreve, perante a instabilidade destes cenários, em que nada está estabilizado, a dizer que isto é o máximo do ajustamento.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional está a falar para gente inteligente. Eu considero-me ofendido. Acho que isto é uma ofensa à inteligência de todos vir aqui com este argumento que isto é um ajustamento.

Não é ajustamento e não há previsão nenhuma. Isto significa é que as políticas que forem implementadas pelo Governo Regional no sentido de amenizar o impacto da crise nos Açores falharam. Essa é a confissão do seu discurso. Falharam não por pouco, falharam espetacularmente.

Deputado João Costa (PSD): Redondamente!

O Orador: As consequências do ponto de vista social serão devastadoras, estão a ser. Nós temos essa consciência.

O que o Sr. Vice-Presidente tentou foi, neste debate, assim de repente, mandar para ver o que é que acontece.

Tem de cair em cima!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Em cima salvo seja!

O Orador: É que de facto nós percebemos a mensagem, percebemos a estratégia e percebemos que isto é o editorial.

Esta é que é a primeira página deste debate.

O Sr. Vice-Presidente, nesta questão, não consegue amenizar.

Estas notícias são mesmo más. Isto não é um ajustamento. Isto não é uma estabilização. O que existe aqui por parte do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, este exercício que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional fez, foi politiquice e partidarice aguda. O senhor sabe que essas previsões não são possíveis.

O que o Sr. Vice-Presidente está à espera é que a sazonalidade que,...

Deputado João Costa (PSD): Esses anúncios eram feitos pelo Sr. Secretário da Economia.

O Orador: ...como sabe, tem algum efeito na economia açoriana, no verão possa amenizar...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é variação homóloga! Sabe o que é variação homóloga?

O Orador: ...a continuação do crescimento destes números e depois o que se espera é ganhar tempo, é ganhar alguns meses para que depois, no meio de um debate sobre outra matéria o Sr. Vice-Presidente nos possa dizer: “Bom, as circunstâncias eram instáveis. Do ponto de vista institucional, a União Europeia não caminhou no sentido que era o correto e previsto e portanto, tenho aqui mais este número para vos apresentar.”

Isto é a sua notícia. Tem a vantagem de ter sido o portador, tem a vantagem de tentar antecipar-se, mas eu tenho a certeza absoluta que amanhã, nos jornais,

perante a opinião pública, o impacto será o mesmo. O truque retórico não resultou, Sr. Vice-Presidente.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

O PSD não tem muito tempo, mas o Sr. Deputado saberá, senão lembrar-lhe-ei na altura própria.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na verdade aquilo que o Sr. Vice-Presidente aqui veio fazer com a divulgação da taxa de desemprego que estima para o final do primeiro trimestre, é uma jogada de antecipação relativamente àquilo que vamos todos conhecer amanhã.

Amanhã, dia 16, serão divulgados os dados do inquérito trimestral ao emprego, relativamente ao último trimestre do ano. Naturalmente estará na posse de mais informação do que aquela que nós possuímos e provavelmente o número que conheceremos amanhã irá conduzir a uma preocupação muito forte da parte de todos aqueles que têm responsabilidades políticas nos Açores, porque aquele que é o maior problema, seguramente em termos sociais, na Região Autónoma dos Açores irá conhecer amanhã um agravamento substancial e isso preocupa-nos e de que maneira.

Mas o Sr. Vice-Presidente, nessa tentativa de antecipação, desenvolve aqui um conjunto de conceitos (designadamente o tipo de abordagem que se faz nos Açores da questão do desemprego, da questão dos desempregados, do tratamento do desempregado) substancialmente aqueles que se fazem a nível nacional.

Esse ajustamento que o senhor fala é um ajustamento que ocorre aqui, como ocorrerá a nível nacional em termos mais ou menos idênticos, e aquilo que existe, aquilo que se vai verificar (são dados que já são conhecidos, que já foram antecipados a nível nacional) é que a taxa a nível nacional irá aumentar (o que será conhecido amanhã) na ordem dos 13 a 13,5%. Talvez 13,6% a nível nacional, segundo já foi noticiado hoje. O senhor fala aqui em 16, 17%. Não sei o que vamos encontrar amanhã. Juntou este ajustamento aos 16 ou 17% de desempregados que teremos ao longo deste trimestre e juntou este ajustamento

com uma esperança, a esperança de que a partir do final deste primeiro trimestre, isto é, que daqui a um mês e meio, a situação vai melhorar.

Sr. Vice-Presidente lembra-se disto?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Está certo! Quando?

O Orador: O senhor no dia 19 de outubro disse “o desemprego vai baixar”. O senhor 3 meses ou 4 meses depois vem-nos aqui dizer que a taxa de desemprego nos Açores, que é de 11,6%, vai aumentar para 16 ou 17%.

Qual é a sua credibilidade?

Deputado João Costa (PSD): Zero!

O Orador: Como é que as pessoas podem acreditar num Governo que tem feito este tipo de afirmações?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Leia o que está aí.

O Orador: Os senhores mais uma vez andam a atirar areia para os olhos das pessoas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais grave! Para os olhos dos desempregados, para aqueles desempregados que estão em número crescente e que seguramente estão a olhar para isto francamente desanimados e a saberem que têm na sua frente um Governo que aquilo que tenta permanentemente fazer é enganá-los, é esconder a realidade ao dizer que em 100 dias, daqui por alguns meses, vão resolver a situação.

Pura e simplesmente este Governo já deu o que tinha a dar e pura e simplesmente não dá qualquer tipo de esperança aos açorianos,...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... designadamente aos açorianos desempregados.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: O PPM e o PSD terminaram os seus tempos para intervenção neste debate.

Sras. e Srs. Deputados creio que estamos em condições de passar...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas eu ainda não intervim.

Presidente: Peço desculpa, Sr. Deputado. Tem toda a razão.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, entre dezembro de 2010 e dezembro de 2011 o desemprego nos Açores cresceu 54,4%.

O senhor vem hoje dizer aqui que afinal até março ele vai crescer 60 a 70%. É isso que o senhor veio hoje dizer aqui.

Lembro-lhe que no final de 2010 o desemprego nos Açores era 7% (6,9% mais exatamente). Era então a taxa mais baixa de Portugal e nós gabávamo-nos disso e bem! No continente era 10,9%.

Sr. Vice-Presidente, a taxa no continente passou para 12,4, vai aumentando gradualmente; a nossa quase que duplicou, Sr. Vice-Presidente, e essa é que é a diferença. Essa é que é a diferença do falhanço das políticas de emprego do Governo dos Açores e não lhe aceito que venha dizer (porque não lhe fica bem, porque é governante) que um qualquer governante, de qualquer governo, em qualquer país não está preocupado com o desemprego da sua população e que o senhor tenha a arrogância de ser o Governo dos Açores o único preocupado com o desemprego nos Açores e com o número de desempregados. Não há um único primeiro-ministro que não fique preocupado com o aumento do desemprego, Sr. Vice-Presidente.

Agora o que não vale é vir dizer que é culpa da crise internacional. Não,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ...porque no continente cresceu 10%, nos Açores aumentou 60% o desemprego e a culpa é da política regional, Sr. Vice-Presidente.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Essa é que é essa!

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Vice-Presidente eu sei que queria falar, mas não tem tempo.

Sr. Deputado Berto Messias?

Deputado Berto Messias (PS): Quanto tempo tem o PS?

Presidente: O PS tem um minuto.

O PS quer ceder um minuto ao Governo para esclarecimentos?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não pode. O CDS não tem tempo, só pode ceder tempo quem pede esclarecimentos. É a regra.

Presidente: Se é essa a regra que temos.

A regra é que só pode ceder tempo o partido para o qual tem de responder e o CDS/PP terminou o seu tempo.

(Apartes inaudíveis entre as bancadas)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, faça favor.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Eu não me oponho a que o PS dê o tempo ao Sr. Vice-Presidente.

O que quero dizer é que da outra vez eu precisava de tempo para responder ao PSD, o PS quis-me dar tempo e não foi autorizado porque tinha que ser a quem eu ia responder a ceder o tempo. Era o que estava acordado entre nós.

Foi só isso.

Presidente: Mas se estão todos de acordo, então o tempo do PS, um minuto, é cedido ao Sr. Vice-Presidente.

Faça favor, Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito rápido.

Indo concretamente ao que o Sr. Deputado António Marinho referiu.

O Sr. Deputado António Marinho deveria ter lido as minhas declarações e as declarações que eu proferi nesta casa em outubro foram claramente estas: o desemprego irá continuar a aumentar durante o ano de 2011...

Deputado António Marinho (PSD): Isso é verdade!

O Orador: ...e a nossa projeção é que irá baixar no ano de 2012.

Deputado António Marinho (PSD): E o que é disse agora?

O Orador: Ora bem, o ano de 2012, como eu disse agora, a nossa estimativa é que o ajustamento e aumento de desemprego termine no primeiro trimestre de 2012 e comece a baixar a partir desta altura. É exatamente o que está aí.

Deputado António Marinho (PSD): É sempre de 3 em 3 meses!

O Orador: Portanto, está respondida essa questão. Omitiu essa parte.

Deputado António Marinho (PSD): Já ninguém acredita!

Deputado João Costa (PSD): Até o Sr. Secretario da Economia já desapareceu da bancada.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não lhe dá jeito!

O Orador: Só para concluir e para, agradecendo a interpretação, lhe dizer uma coisa Sr. Deputado Artur Lima.

O jogo percentual das variações é muito fácil. Vou dar-lhe só um exemplo.

Presidente: Agradecia que fosse rápido. Terminou o seu tempo.

O Orador: Se eu tiver um desempregado e passar para dois eu aumento em 100% o número de desempregados. Se eu tiver 100 e aumentar para 110, aumento 10%. Ou seja, o senhor está a aumentar 10%, aumentando 10 desempregados, estou a aumentar 100%, aumentando um desempregado.

Quando se quer trabalhar, jogar com as percentagens, pode permitir a interpretação que o senhor está a fazer, porque o número de desempregados e a variação de desempregados, em termos absolutos, são completamente diferentes, como o senhor sabe.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio não haver mais inscrições.

Vamos passar à votação na generalidade do nosso diploma.

Vou colocá-lo à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a proposta apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, esta discussão esgotou praticamente o seu tempo.

Gostava de fazer agora, porque penso que é merecido, um intervalo de 20 minutos, mas gostava de lembrar os Srs. Deputados que começamos imediatamente com votações.

Agradecia um esforço de pontualidade e vamos fazer um intervalo de 20 minutos.

Retomamos às 19 horas e 05 minutos.

Obrigado.

(Eram 18 horas e 46 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então iniciar o nosso processo de votação na especialidade.

(Eram 19 horas e 12 minutos)

(Neste momento, o Deputado Cláudio Lopes reocupou o seu lugar na Mesa)

Vou colocar à votação o artigo 1.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 3 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos ao artigo 2.º.

Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 2.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral do PSD para o artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Passamos agora para o Anexo, para o Código propriamente dito.

Pergunto à câmara se posso colocar à votação os artigos 1.º e 2.º que não são objeto de qualquer proposta de alteração.

Não posso.

Então vamos votar o artigo 1.º.

(Aparte inaudível da câmara)

Presidente: Não se votou o artigo 3.º. Tem razão, Sr. Deputado.

Vamos voltar um pouco atrás.

Vamos votar o artigo 3.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Agora sim, Sras. e Srs. Deputados, vamos passar para o Anexo.

Vamos votar o artigo 1.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo do Anexo foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 2.º.

Sra. Deputada Zuraida Soares?

Deputada Zuraida Soares (BE): Pedia que o n.º 3, do artigo 2.º fosse votado separadamente.

Presidente: O n.º 3 em separado. Muito bem.

Vamos votar os ns.º 1 e 2 do artigo 2.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os números anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o n.º 3, do artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O número anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o artigo 3.º, aliás de substituição integral.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral do PS para o artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Coloco à consideração da câmara a possibilidade de votarmos os artigos 4.º e 5.º em conjunto.

Não.

Artigo 4.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração de um grupo de deputados para o artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto os artigos 7.º e 8.º.

Não posso.

Artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral do PS para o artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral de um grupo de deputados para o artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento de um artigo 11.º-A, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o proémio do artigo 12.º, apresentada por um grupo de deputados.

(Aparte inaudível da câmara)

Presidente: Creio que não, porque na prática é uma substituição integral.

Já tínhamos votado a proposta de alteração para o proémio do artigo 12.º? Foi anunciada?

Não.

Vamos votar agora a proposta de alteração para o proémio do artigo 12.º, apresentada por um grupo de deputados.

Sra. Deputada Nélia Amaral?

Deputada Nélia Amaral (PS): É só para chamar a atenção que a alteração não se limita ao proémio, é também ao corpo do artigo.

Presidente: É também uma parte do artigo.

Muito bem. Agradeço.

Vamos então votar com este esclarecimento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 13.º, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o mesmo artigo 13.º, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 13.º da proposta.

Diga, Sra. Deputada?

Deputada Zuraída Soares (BE): Queríamos que o ponto 4 do artigo 13.º fosse votado em separado.

Presidente: O ponto 4 fosse votado em separado.

Muito bem.

Vamos votar os ns.º 1, 2 e 3 do artigo 13.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Os números apresentados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o n.º 4, do artigo 13.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O número apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 14.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 15.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral do PS para o artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 17.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral do PSD para o artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação do artigo 18.º, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Srs. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 19.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento do PS de um artigo 19.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 votos contra do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada por um grupo de deputados para o artigo 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração que acaba por ser de substituição integral do PS para o artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração de um grupo de deputados para o artigo 23.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 23.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à consideração da câmara se posso votar em conjunto os artigos 24.º e 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 26.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 26.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto os artigos 27.º e 28.º.

Não.

Então vamos votar o artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral do PS para o artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral do PS para o artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à consideração da câmara se posso colocar à votação em conjunto os artigos 31.º e 32.º.

Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora uma proposta de substituição integral, apresentada por um grupo de deputados, para o artigo 33.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 34.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 35.º, apresentada por um grupo de deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 35.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 36.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral do PS para o artigo 37.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 38.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de substituição integral do PS para o artigo 39.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de eliminação do PSD para o artigo 40.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral do PS para o artigo 40.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de substituição integral apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco à consideração da câmara se posso votar em conjunto os artigos 41.º, 42.º e 43.º.

Não havendo oposição, assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação do artigo 44.º, apresentada por um grupo de deputados.

Aliás, deixem-me ver. Proposta de eliminação apresentada por um grupo de deputados do 44.º ao 75.º, inclusive.

Posso colocar à votação em conjunto. Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As propostas de eliminação anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Coloco à consideração da câmara se posso colocar à votação em conjunto os artigos 76.º e 77.º.

Artigo 76.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 77.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento de um artigo 77.º-A, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco à consideração da câmara se posso colocar à votação em conjunto os artigos 78.º, 79.º e 80.º.

Não posso.

Artigo 78.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto contra do PCP, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 79.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 80.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 81.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 81.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 82.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 82.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 83.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 83.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, que na prática é uma substituição integral, apresentada por um grupo de deputados para o artigo 84.º.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo mesmo grupo de deputados para o artigo 85.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 85.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 86.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 86.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração de um grupo de deputados para o artigo 87.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 87.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Dos artigos 88.º a 92.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração.

Não posso colocá-los à votação em conjunto.

Artigo 88.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Agora pode ser em conjunto, Sras. e Srs. Deputados.

Não.

Artigo 89.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 votos contra do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 90.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 91.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 92.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o n.º 1, do artigo 93.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 93.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 93.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral do PSD para o artigo 94.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 94.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco à consideração da câmara...

Não posso colocar à votação em conjunto.

Artigo 95.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 96.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 97.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 97.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 99.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 99.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Dos artigos 100.º ao 103.º, inclusive, não há propostas de alteração. Não posso colocá-los à votação em conjunto. O PP diz-me que não. É para destacar só um?

(Aparte inaudível da câmara)

Presidente: Então vamos votar o artigo 100.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora em conjunto os artigos 101.º, 102.º e 103.º.

Sim?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Podemos votar o 101.º e 102.º, o 103.º isoladamente.

101.º e 102.º em conjunto.

Presidente: O 101.º e 102.º em conjunto. O 103.º não pode ser.

Então vamos votar os artigos 101.º e 102.º em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 103.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o artigo 104.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 104.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 4 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral do PS para o artigo 105.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto dos artigos 106.º a 112.º.

Sr. Deputado Paulo Rosa?

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Do 106.º a 111.º.

Presidente: Do 106.º a 111.º, inclusive.

Vamos então votar, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Paulo Estêvão?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Da minha parte, o 110.º tem que ser votado isoladamente.

Presidente: Então pode ser do 106.º a 109.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 110.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votámos o artigo 109.º?

Não, foi o 110.º.

Vamos votar então o artigo 111.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 112.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral de um grupo de deputados para o artigo 113.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação do PSD para o artigo 114.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 114.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Repetir a votação.

Vamos votar então o artigo 114.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Um grupo de deputados apresenta propostas de eliminação para os artigos 115.º e 116.º.

Posso colocá-los à votação em conjunto?

Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As propostas de eliminação apresentadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração de um grupo de deputados para o artigo 117.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 117.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração de um grupo de deputados para o artigo 118.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 118.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 119.º a 122.º, inclusive, não são objeto ...

(Aparte inaudível da câmara)

Presidente: 121.º.

Portanto, pode ser 119.º, 120.º e 121.º?

Então Sr. Deputado Paulo Estêvão?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem de ser isoladamente.

Presidente: Isoladamente.

Vamos votar o 119.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 120.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 121.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 122.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 123.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 123.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 124.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar o artigo 124.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral do PS para o artigo 125.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de substituição apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados do artigo 126.º ao 135.º inclusive...

128.º?

Em separado?

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: 126.º ao 128.º?

Não.

Vamos votar o artigo 126.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 127.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 5 votos contra do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 128.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 129.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 130.º.

(Aparte inaudível da câmara)

Presidente: Do 130.º ao 135.º?

Não pode ser.

Sr. Deputado Paulo Rosa?

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): A votação até ao 133.º pode ser feita em conjunto da nossa parte.

Presidente: Do 130.º ao 133.º?

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Exatamente.

Mas gostaria de fazer um alerta à câmara em relação ao artigo 132.º que na sua alínea d) remete para um artigo que entretanto foi alterado por proposta da Comissão para o ponto 1 e ponto 3 do artigo 113.º que deixa de existir, esses pontos 1 e 3.

Portanto, temos duas alternativas: ou eliminamos esta alínea, ou quando o diploma for...

Presidente: Depois na redação final é resolvido.

Posso votar do 130.º ao 133.º?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 134.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 135.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 136.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Artigo 136.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 votos contra do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Artigo 137.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a alteração de um grupo de deputados para o artigo 138.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 138.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para o artigo 139.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 5 votos contra do CDS/PP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão quer repetir a votação?

Vamos repetir a votação da alteração do PS para o artigo 139.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar o artigo 139.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 140.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral do PS para o artigo 141.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 votos contra do PSD.

Presidente: Posso colocar à votação em conjunto os artigos 142.º e 143.º?

Não posso.

Artigo 142.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 votos contra do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Artigo 143.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração de um grupo de deputados para o artigo 144.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigo 144.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, encerrámos este ponto.

Retomaremos a nossa agenda amanhã à tarde com o ponto seguinte.

De manhã começaremos os nossos trabalhos às 10 horas com PTAP.

Muito boa noite. Bom jantar.

Até amanhã.

(Eram 20 horas e 08 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e Silva

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Joe Valadão Rego

Correspondência

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Procede à terceira revisão do Código do Trabalho. Aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro – 46/XII - n.º 188/IX

Autor: Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 02 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 05;

Assunto: Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados - 47/XII - n.º 189/IX

Autor: Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 02 – 14

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 05.

2 – Projectos de Lei:

Assunto: Define o regime de audição e participação das autarquias locais e populações no processo legislativo de criação, extinção, fusão e modificação de autarquias locais, procede à primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho e procede à terceira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto - n.º 163/XII – n.º 179/IX

Autor: Assembleia da República

Comissão: Política Geral

Data de Entrada: 2012 – 02 – 13

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 05;

Assunto: Reforça a transparência do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais - n.º 111/XII - n.º 180/IX

Autor: Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 02 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 02 – 22;

Assunto: Reforça os deveres e a fiscalização sobre os rendimentos dos titulares de cargos políticos - n.º 112 – n.º 181/IX

Autor: Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 02 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 02 – 22;

Assunto: Quadro de referência para a elaboração dos códigos de conduta e de ética para a prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas - n.º 113/XII - n.º 182/IX

Autor: Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 02 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 02 – 22;

Assunto: Reforça as incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos n.º 114/XII – 183/IX

Autor: Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 02 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 02 – 22;

Assunto: Lei da Transparência Ativa da Informação Pública n.º 115/XII – 184/IX

Autor: Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 02 – 14

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – 02 – 22;

Assunto: Altera o Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que "Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos", introduzindo menções específicas para as explorações de aquicultura e a atribuição de títulos de utilização de recursos hídricos a associações sem fins lucrativos (Sétima Alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que "Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos") n.º 166/XII – n.º 185/IX

Autor: Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 02 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 05;

Assunto: Estabelece a universalidade do acesso à televisão digital terrestre e o alargamento da oferta televisiva. N.º 167/XII – n.º 186/IX

Autor: Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 02 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 05;

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 136/2006, de 26 de julho, que estabelece os princípios de utilização nos veículos automóveis ligeiros e pesados de gases de petróleo liquefeito, designados por GPL. - n.º 169/XII - n.º 187/IX

Autor: Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 02 – 14

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 05;

Assunto: Altera o regime de arrendamento urbano e cria um regime especial de mobilização de fogos devolutos n.º 170/XII – n.º 190/IX

Autor: Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – 02 – 14

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – 03 – 05.

3 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Procede à primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 11/2007/A, de 22 de maio, que estabelece o regime jurídico da publicidade e do patrocínio dos produtos do tabaco na Região Autónoma dos Açores – n.º 2/2012](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2012 – 02 – 13.

4 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores - n.º 5/2012](#)

Autor: PS

Data de Entrada: 2012 – 02 – 14;

5 – Requerimento:

Assunto: [Operação da Transmaçor no Porto comercial das Velas em São Jorge](#)

Autor: Luís Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.02.10

Referência: 54.01.00 – N.º 588/IX.

6 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a enviar a Moção - Encerramento do Tribunal Judicial de Nordeste

Proveniência: Câmara Municipal de Nordeste

Data de Entrada: 2011.02.13

Referência: 23.09/1/IX;

Assunto: Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional. Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores - n.º 5/2912

Autor: PS

Data de Entrada: 2012 – 02 – 14;

Assunto: Relatório sobre matéria de interesse regional – “Pescas nos Açores”

Autor: PS

Data de Entrada: 2012 – 02 – 14;

Assunto: Ofício a dar conhecimento do relatório de auditorias e as verificações internas de contas de gerência aprovadas e a seguir indicadas:

- Audit. n.º 1/2012-FS/SRATC (Proc.º n.º 10/113.03) – “Auditoria à Escola Secundária Domingos Rebelo e Fundo Escolar”;
- VIC. n.º 1/2012-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.01) – “Freguesia do Concelho de Calheta”;
- VIC. n.º 2/2012/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.31) – “Centro de Oncologia dos Açores Prof. Doutor José Conde”;
- VIC. n.º 3/2012/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.34) – “Unidade de Saúde de Ilha do Pico”.

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2012.02.14

Referência: 04.01.06/1/IX.

7 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 02 – 14;

Assunto: [Petição n.º 8/2011 – “Pela não instalação de um parque de armazenagem de combustíveis, na zona Entre-Morros, na vila das Velas, ilha de São Jorge”, que tem como primeiro subscritor o senhor Hélder Fernando Sousa Teixeira](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 02 – 14;

Assunto: [Pedido de autorização para o Deputado Francisco Silva Álvares prestar depoimento, na qualidade de testemunha, nos autos de Processo Comum \(Tribunal Singular\) n.º 47/09.1TAPVC, que correm termos na Secção Única do Tribunal Judicial de Povoação.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 02 – 14;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 143/XII \(PS\) – “Estabelece as Bases da Política de Ambiente \(Revoga a Lei n.º 11/87, de 7 de abril, que aprovou a «Lei de Bases do Ambiente»\)”.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 02 – 14;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 154/XII \(PCP\) – “Estabelece as Bases da Política de Ambiente”.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 02 – 14;

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2012 – 02 – 14;

Assunto: [Projeto de Lei nº 144/XII \(PS\) – Aprova medidas para incentivar o crescimento económico nas áreas da reabilitação urbana e do mercado de arrendamento.](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2012 – 02 – 14;

Assunto: [Projeto de Lei nº 146/XII \(PSD e CDS/PP\) – “Segunda alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de setembro \(Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência\)”.](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2012 – 02 – 14;

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao mês de janeiro](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2012 – 02 – 14.

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao mês de fevereiro](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2012 – 02 – 14.

Pela Redatora, Ana Sofia Pereira da Silva Machado

